



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 91

III Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 9 de abril de 2019

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Graça Silva (substituída no decorrer da sessão pelo Deputado Manuel Pereira) e Deputado Jorge Jorge.*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 05 minutos.

Após a chamada dos/as Srs. /as Deputados/as, passou-se para a **Eleição do Secretário da Mesa da ALRAA**, tendo sido eleito o Sr. Deputado Manuel Pereira.

Em seguida, passou-se para a [Interpeção ao Governo Regional sobre "Os desafios dos Açores na Europa pós 2020"](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a intervenção inicial pelo Sr. Deputado André Bradford, usou de imediato da palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas (*Rui Bettencourt*).

Para além dos oradores referidos, pediram a palavra para participar no debate as Sras. Deputadas Graça Silveira (*CDS-PP*) e Sabrina Furtado (*PSD*) e os Srs. Deputados Luís Maurício (*PSD*), João Paulo Corvelo (*PCP*), José Contente (*PS*), António Lima (*BE*), António Almeida (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS-PP*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Francisco César (*PS*) e o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Posteriormente, foi apresentada pela Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*) a [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 33/XI – “Programa Casa Renovada, Casa Habitada”](#).

Pediram para usar da palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau (*PS*) e os Srs. Deputados Paulo Mendes (*BE*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Marco Costa (*PSD*).

Em votação final global o diploma foi aprovado por unanimidade.

Proferiram declarações de voto o Deputado Marco Costa (*PSD*) e a Deputada Sónia Nicolau (*PS*).

De seguida, foi aprovada por unanimidade a [Proposta de Resolução N.º 11/XI – “Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano 2017”](#), apresentada pela Mesa da ALRAA.

A [Proposta de Decreto Legislativo Regional N.º 23/XI – “Regime de Proteção e Classificação das Cavidades Vulcânicas dos Açores”](#) apresentada pela Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*) foi aprovada por maioria.

No entanto, usaram da palavra as Sras. Deputadas Catarina Chamacame Furtado (*PSD*) e Graça Silva (*PS*), bem como os Srs. Deputados Alonso Miguel (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), João Paulo Corvelo (*PCP*), José Contente (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Após a votação proferiram declarações de voto os Srs. Deputados António Lima (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), José Contente (*PS*) e a Sra. Deputada Catarina Chamacame Furtado (*PSD*).

Por fim, iniciou-se o debate sobre a [Proposta de Decreto Legislativo Regional N.º 27/XI – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2010/A, de 25 de maio, que regulamenta a elaboração e disponibilização de relatórios e informação pública sobre o estado do ambiente, regula o apoio às organizações não governamentais de ambiente e altera a composição do Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável”](#) apresentado pela Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*).

Tendo para o efeito participado a Sra. Deputada Catarina Chamacame Furtado (*PSD*) e os Srs. Deputados Alonso Miguel (*CDS-PP*), João Vasco Costa (*PS*), Deputado João Paulo Corvelo (*PCP*) e Deputado António Lima (*BE*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 43 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional.
Vamos começar pela chamada.

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 05 minutos

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Jorge Dionísio Bradford

André Cláudio Gambão **Rodrigues**
António Gonçalves Toste **Parreira**
Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**
Carlos Emanuel Rego **Silva**
Dionísio Medeiros Faria e **Maia**
Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
João Paulo **Ávila**
João Vasco Pereira da **Costa**
José António Vieira da Silva **Contente**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José Manuel Gregório de **Ávila**
Lubélio da Fraga **Mendonça**
Manuel Alberto da Silva **Pereira**
Manuel José da Silva **Ramos**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Maria de **Fátima** Soares Fernandes Rocha **Ferreira**
Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**
Mário José Diniz **Tomé**
Marta Ávila de **Matos**
Marta Cristina Moniz do **Couto**
Mónica Gomes Oliveira **Rocha**
Renata **Correia** **Botelho**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Sónia Cristina Franco **Nicolau**
Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Elisa Lima **Sousa**

Jaime Luís Melo **Vieira**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira **Miguel**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Jorge Azevedo **Paiva**

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Paulo José Maio Sousa **Mendes**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presentes à chamada 55 Sras. e Srs. Deputados.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 55 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum.

Declaro aberto a sessão.

Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados como puderam verificar na nossa agenda vamos proceder à **Eleição do Secretário da Mesa**. Regem esta matéria os artigos 28.º, 29.º e 33.º do Regimento. A Mesa recebeu a candidatura do Sr. Deputado Manuel Pereira, com todos os formalismos definidos pelo Regimento, para o exercício desta função e por isso pedia que fossem distribuídos os boletins de voto e depois à chamada agradecia então que procedessem à votação.

(Neste momento, foram distribuídos os boletins de voto pelas Sras. e Srs. Deputados)

Presidente: Estão distribuídos os boletins de voto.

Vamos dar início à votação.

(Neste momento, procedeu-se à votação e contagem dos votos)

Secretário: O Deputado Manuel Pereira foi eleito Secretário da Mesa com 38 votos a favor, 12 votos contra e 5 abstenções.

(Aplausos da câmara)

Presidente: Está então eleito o Sr. Deputado Manuel Pereira, desejo-lhe as maiores felicidades.

Seja bem-vindo à equipa, desejo-lhe igualmente um bom trabalho.

Não posso, hoje também, deixar de aqui uma palavra e uma referência de agradecimento à Sra. Deputada Graça Silva que desempenhou estas funções ...

(Aplausos da câmara)

Presidente: ... de forma exemplar, sempre com grande disponibilidade e responsabilidade e por todo o apoio que deu à Mesa, quer em Plenário, quer nas nossas reuniões de trabalho. Desejo-lhe, assim também, as maiores felicidades e um bom trabalho nas novas funções como Presidente da ACAPAT.

Pedia então que ocupasse o seu lugar no Plenário e que o Sr. Deputado Manuel Pereira ocupasse o seu lugar na Mesa para darmos continuidade aos nossos trabalhos e entrarmos na Agenda.

(Neste momento, o Deputado Manuel Pereira ocupou o seu lugar na Mesa)

Presidente: Vamos então entrar agora na Agenda, nomeadamente no **Ponto 1 - Interpeleção ao Governo Regional sobre "Os desafios dos Açores na Europa pós 2020"**, esta interpeleção foi apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS. Rege esta matéria o artigo 183º e 184º do nosso Regimento e os tempos que foram definidos pela Conferência de Líderes, são os seguintes:

O Partido Socialista e o Governo Regional têm 32 minutos; o PSD, 24 minutos; o CDS-PP, 15 minutos; o BE, 12 minutos e as representações parlamentares do PCP e do PPM, 10 minutos.

Para dar início ao debate tem a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

Deputado André Bradford (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Em fevereiro do ano passado, o Grupo Parlamentar do PS/Açores lançou um repto a todos os partidos representados nesta Casa, para que nos uníssemos e fizéssemos “um pacto de regime” em torno das políticas europeias.

O nosso apelo foi para uma união entre as forças partidárias e em conjunto com os parceiros sociais e a sociedade civil, em prol dos Açores.

Nessa altura, como agora, acreditamos que o nosso poder de reivindicação é sempre mais forte se falarmos a uma só voz, quer no plano nacional, quer no âmbito da nossa ação política europeia.

Foi com esse espírito que aqui aprovámos, por unanimidade, em junho do ano passado, uma iniciativa do PS/Açores de “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa *na defesa intransigente dos interesses e direitos da Região Autónoma dos Açores no âmbito da Proposta de Orçamento Plurianual da União Europeia para o período 2021-2027*”.

E é também partindo dessa mesma intenção que hoje estamos aqui para interpelar o Governo Regional sobre os principais desafios que se colocam aos Açores na Europa pós-2020.

O facto de estarmos muitos próximos do final do presente mandato europeu – e de, por isso, vivermos um período de pré-campanha eleitoral – e o calendário do processo negocial conducente ao novo Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia, tornam ainda mais premente uma reflexão específica e partilhada sobre os desafios e as oportunidades com que a nossa Região terá de lidar nos próximos anos no plano europeu.

Temos ideias, propostas e intenções para o futuro do nosso relacionamento com as instâncias europeias, mas também temos receios e dúvidas, e, tanto num caso como noutro, achamos ser nosso imperioso dever fomentar, sempre que oportuno, um alargado debate político que envolva pontos de vista distintos, contributos diferenciados, e que, dessa forma, nos faça sermos melhores e mais eficientes no plano da nossa ação política de âmbito europeu.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Nenhum dos desafios maiores da nossa Autonomia deve ser desligado da capacidade política que revelarmos para sensibilizar e reivindicar no plano nacional, como no plano europeu.

Agora que se definem as grandes linhas orientadoras da futura Política de Coesão, da Política Agrícola Comum ou da Política Comum de Pescas, e que se fixam os respetivos envelopes financeiros, não é irrelevante a nossa presença, a nossa ação e a nossa capacidade de gerarmos apoios, consensos e alianças nos grandes centros de decisão da política Europeia.

As recentes posições do Parlamento Europeu no que toca ao futuro das políticas que mais diretamente dizem respeito à Região, contrapondo às austeras e insensíveis propostas iniciais da Comissão uma defesa intransigente dos princípios fundadores da coesão, da convergência e da subsidiariedade, são disso prova clara – sendo merecedor de destaque e de reconhecimento, a este propósito, o trabalho desenvolvido pelos nossos eurodeputados Ricardo Serrão Santos e Sofia Ribeiro.

Ninguém nos conhece melhor do que nós próprios;

Ninguém nos pode defender melhor do que um de nós;

Ninguém estará melhor habilitado a cumprir essa nobre e exigente missão do que aqueles que se disponibilizarem a ser os porta-vozes da maior vontade comum e do mais amplo e partilhado conjunto de aspirações, em nome dos Açorianos e do desenvolvimento da nossa terra

Para esta interpelação contamos, por isso, com a abertura que o Governo dos Açores tem sempre relevado desde sempre sobre estas matérias, mas também com a disponibilidade e o empenho de toda a oposição para um debate construtivo e consequente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os Desafios dos Açores na Europa pós-2020 ganharam ainda outra proeminência porque, por circunstâncias que agora não importa esmiuçar, e ao contrário do que vinha sendo habitual, deixaremos de poder contar com um representante dos Açores no maior grupo político do Parlamento Europeu.

Tal circunstância, obriga-nos a robustecer o nosso entendimento interpartidário e a procurar, em articulação com o poder executivo, os fundamentos para uma Região unida e preparada para defender os interesses dos Açorianos, acima de qualquer questiúncula específica de índole político-partidária.

É, por isso, fundamental que, conjuntamente com o Governo dos Açores, façamos um ponto de situação sobre matérias tão decisivas quanto as que dizem respeito à Agricultura, às Pescas, aos Transportes e à Mobilidade, ou ao Ambiente e à Sustentabilidade, enfim, às várias áreas-chave do nosso futuro coletivo.

Fruto da boa execução dos fundos comunitários, somos a Região do país que mais convergiu com a União Europeia desde o início do século e temos sabido aproveitar as verbas europeias em benefício do progresso da nossa terra, mas há que continuar a fazer valer as nossas especificidades e a nossa condição particular.

Na Agricultura, importa garantir que há uma maior coesão interna e externa nos resultados da aplicação da PAC, que não se pode eximir de tratar de forma diferente o que é efetivamente diferente, para que todos possam ter condições de evoluir por igual no plano europeu.

Nas Pescas, há-que rentabilizar o aumento previsto para a verba comunitária no próximo quadro financeiro plurianual para 2021-27, em concreto na dotação para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) que poderá passar dos cerca de 6 mil milhões, para os cerca de 7 mil milhões de euros. Ainda neste setor, os Pescadores Açorianos têm de continuar a manter o equilíbrio, que tem sabido garantir, entre a sustentabilidade necessária e os rendimentos justamente almejados, valorizando aquilo que se pesca não pela quantidade, mas pelo valor de venda.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Nos Transportes - para darmos apenas mais um exemplo - é chegada a hora, do nosso ponto de vista, de nos batermos por um conjunto próprio e adequado de políticas de apoio dirigidas às especificidades das Regiões Ultraperiféricas, afastadas por natureza, e por imperativo geográfico, do investimento direcionado para a rodovia e ferrovia da Europa Continental.

Estas são algumas das questões mais prementes que se colocam aos Açores nesta fase particularmente relevante da preparação das linhas orçamentais europeias para o período pós-2020.

São matérias que nos definem enquanto comunidade e parcela territorial da União Europeia; que moldarão necessariamente o nosso horizonte de expectativas e de aspirações nos próximos sete anos; que ajudarão a consolidar o nosso trajeto de progresso e desenvolvimento.

Desvalorizar este debate é desvalorizar as nossas aspirações num futuro ainda melhor.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Menorizar a sua importância pode ser (para alguns) de conveniência partidária, mas não será certamente um ganho para a Região que os Açorianos desejam e merecem ter.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Pelo contrário, é tempo de legitimar e fortalecer politicamente a nossa voz e a nossa ação junto das instâncias europeias.

Infelizmente, os Açores têm sido notícia pelo distanciamento que os nossos eleitores sentem em relação à União Europeia. É impossível conviver comodamente com os 80% de abstenção que tivemos nas últimas eleições Europeias. E todos nós aqui nesta Casa temos responsabilidade nisso.

Temos a responsabilidade e o dever de mostrar aos Açorianos que a Europa também é aqui e que as políticas europeias são determinantes para o nosso futuro. Que a nossa pertença à Europa tem resultados visíveis em todas as ilhas – nas estradas, nas escolas, nos centros de saúde, na proteção dos recursos naturais – e que o que não formos capazes de ser nós a influenciar, será sempre decidido por outros, não necessariamente de acordo com as nossas vontades e necessidades.

É nossa responsabilidade esbater o fosso que existe entre os Açorianos e a Europa.

A força da nossa voz vai depender da forma como nos unirmos e da forma como formos capazes de ultrapassar as nossas divergências ideológicas em favor dos Açores.

Os eventuais ganhos ou as possíveis perdas no âmbito do futuro Quadro Orçamental Europeu não serão do Governo, ou da maioria que o apoia, mas sim dos nossos empresários, dos nossos agricultores, dos nossos pescadores, dos nossos jovens, do nosso território, do nosso ambiente, do nosso Mar, da nossa biodiversidade...

E estes podem não ter a escala ou a dimensão, suficientes, na interpretação de alguns, mas para nós – para todos nós – serão sempre a fortuna maior e a razão de ser última de representarmos o povo Açoriano e os seus legítimos anseios.

Disse!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional para as Relações Externas.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas (*Rui Bettencourt*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Caros Colegas e Cara Colega:

Tenho o grande gosto de partilhar convosco e com os Açorianos aqui o que está em causa e como preparámos os Açores para o pós-2020, em particular, no que diz respeito ao quadro financeiro plurianual 2021-2027 que desejamos ser suscetível de apoiar todos os projetos de desenvolvimento e progresso em termos de prestações para esta década.

Para melhor apreendermos o que está em causa, gostaria aqui de começar por salientar aquilo que devemos ter em mente, e deve ser explicado aos nossos interlocutores neste processo, a nossa realidade. E a nossa realidade é que os Açores não são uma região qualquer.

Deputada Renata Correia Botelho (*PS*): Muito bem!

O Orador: Desde logo, não somos uma região qualquer porque na Europa somos das poucas regiões que têm este nível de autonomia, dentro destas regiões somos menos de cinquenta a tê-lo. Uma governação autónoma própria, legitimada por uma representação parlamentar, o que nos traz uma forte legitimidade que nos diferencia no palco europeu.

Igualmente, não somos uma região qualquer porque temos estatuto próprio, num tratado ratificado pelos vinte e oito Estados Membros da União Europeia

que tem uma força e uma legitimidade próprias que não estão ao sabor das circunstâncias, que não pode ser ignorado, não pode ser minorizado.

Temos estatuto de Região ultraperiférica pelo artigo 349º do Tratado de Funcionamento da União Europeia, reforçado pelo Acórdão do Tribunal de Justiça Europeu, de dezembro de 2015, que é muito particular este estatuto, muito cobiçado também, pois há apenas duas regiões ultraperiféricas em Portugal, uma região ultraperiférica em Espanha e seis em França ... [impercetível].

Este Estatuto coloca a União Europeia com o dever de apoiar concretamente essas nove regiões, de modo a minimizar as nossas fragilidades, distanciamento em relação ao continente europeu, fragilidades também na nossa dispersão, da nossa exposição às intempéries, da dimensão dos nossos mercados.

Juntaria aqui um elemento fundamental para compreender a nossa ultraperiferia, que muitas vezes não é percebido e que muitas vezes por não ser percebido levanta um certo número de ambiguidades e equívocos. Nós não somos só frágeis, nós também trazemos à União Europeia mais valias gigantescas, nós trazemos a Portugal e à União Europeia uma dimensão oceânica, um posicionamento geoestratégico, uma projeção mundial.

Podemos aqui observar, por exemplo, que a superfície terrestre do continente português e do seu mar adjacente são 420 mil km², a superfície terrestre dos Açores e do seu mar são 960 mil km² (mais do dobro), ou seja, nos Açores temos mais de 25% de mar europeu e este momento em que os grandes desafios se colocam ao progresso e ao desenvolvimento da união encontram-se na economia do mar, nas pescas, na economia do mar profundo, no turismo marítimo, nos transportes marítimos e do espaço, bem como na sua posição no Mundo. Estamos pois, no centro daquilo que é capital para o futuro da Europa e de Portugal, são mais valias de enorme dimensão. Ignorar esta realidade

fragiliza Portugal e a Europa, ter isto em conta reforça, quer as vantagens negociais de Portugal, quer a estratégia de desenvolvimento da União Europeia. A ideia de que somos pequenos porque a população açoriana é apenas 2,5% da população nacional (250 mil em 10 milhões), ou que somos apenas 0.05% da população europeia, é uma ideia falsa, redutora e que não diz da verdadeira dimensão dos Açores.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Também não somos uma região qualquer porque temos uma execução de fundos comunitários exemplar. Ainda há dias, a Diretora do Orçamento da Direção Geral das Políticas Regionais, a DGRJIO, afirmava aqui nos Açores e cito: “os Açores são uma Região exemplar”.

Mas há mais, o processo de envolvimento da socialidade civil e a tomada de posição deste Parlamento há um ano atrás trouxe, não só um grande prazer ao Secretário Regional, evidentemente, mas sobretudo, um enriquecimento, uma clarificação e uma legitimidade que poucas regiões podem dizer ter.

Os debates aqui nesta Assembleia, à volta da posição açoriana, não foram exercidos para preenchimento de tempo, foram atos fundamentais para sabermos o que queremos para o futuro e trazem consigo uma legitimidade acrescida que nós dizemos.

A visão de futuro para os Açores, expressa numa resolução desta Assembleia, destaca a inovação, o empreendedorismo, a competitividade, a qualificação e o ensino que tem em conta as necessidades da economia, do mercado de trabalho e das pessoas, um turismo sustentável com um fator diferenciador do mercado turístico mundial, uma industrialização dos Açores e internacionalização da nossa economia e da nossa Região, uma agricultura interligada com o desenvolvimento rural numa abordagem integrada com o ambiente e o turismo, o apoio aos setores tradicionais, a potenciação da exposição económica de cada ilha, numa lógica de coesão interna forte, social e territorial; o investimento de

banda larga e no cabo submarino; o financiamento público de atividades económicas e a valorização dos produtos regionais; a importância da saúde com o fator mesmo de coesão; a mobilidade, as acessibilidades e os transportes.

Por isso na nossa posição defendemos a política agrícola comum e a manutenção de monitorização financeira robusta e capaz de apoiar o desenvolvimento da agricultura; relevamos o carácter fundamental de que se reveste a manutenção do POSEI e o aumento do seu envelope financeiro; defendemos o modelo de governação do mar, assente na proximidade com gestão à escala regional; defendemos a manutenção de apoios específicos à fileira das pescas e à dotação de financiamento de fundos europeus para assuntos marítimos e das pescas, também para a formação de pescadores; insistimos no objetivo de inclusão das regiões ultraperiféricas geral e dos Açores, em particular, na rede de Autoestradas do Mar, em particular a atenção pela necessidade de fazer isto para a Macaronésia; chamámos também a atenção para a necessidade de viabilizar o acesso ao fundo de sociedade da União Europeia em caso de catástrofe, tão importante para a nossa Região; pugnamos para o acesso facilitado dos investigadores e das instâncias vocacionadas para investigação da Região e defendemos, incluindo apoios financeiros, de implementação e manutenção de infraestruturas tecnológicas, ou seja, os Açores sabem o que querem!

Deputado André Bradford e Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Atravessamos assim a preparação do quadro financeiro plurianual para 2021/2027 com esta ideia central de que os Açores não são uma região qualquer, pois somos uma região autónoma como poucas na União Europeia, temos estatuto particular de região ultraperiférica, trazemos mais valias à União Europeia e Portugal, temos uma execução dos fundos comunitários exemplar, sabemos o que queremos e temos uma legitimidade forte.

No segundo trimestre de 2018 a Comissão Europeia apresentou uma proposta do quadro financeiro plurianual para 2021-2027 que não agradou aos Açores. Não nos agradou o facto de, pela primeira vez, a dotação para programas de gestão centralizado em Bruxelas serem superiores às dotações da política agrícola comum e às dotações da política de coesão, o que indicia uma centralização do Governo na nossa comunitária, contrário ao espírito mesmo da constituição europeia, assente na implicação dos territórios, regiões e estados membros. Os Açores foram durante muito tempo a única voz a dizê-lo, não nos agradam os cortes no POSEI, na política de coesão, na política agrícola comum, não nos agradou a redução da taxa de cofinanciamento comunitário nos nossos projetos, de desenvolvimento de 85% para 70%, o que implicaria uma duplicação do esforço próprio regional para aceder a financiamento comunitário (estamos a falar de 200 milhões de euros), aqui também fomos os primeiros e, durante muito tempo, os únicos a dizê-lo.

A proposta do quadro financeiro plurianual para 2021/2027 da Comissão Europeia não nos agradou e dissemo-lo aos nossos interlocutores nacionais e comunitários. Explicitamos bem aos nossos interlocutores a posição açoriana, a nossa realidade, as nossas forças, os nossos desejos, ora com diplomacia, ora com pedagogia, ora com contundência, às vezes com veemência, sempre com delicadeza e firmeza.

O próprio Presidente do Governo e o Secretário Regional mantiveram sucessivos e intensos encontros a nível nacional, com o próprio Primeiro Ministro, com a Assembleia da República, com vários Ministros e Secretários de Estado que nos tem dado a maior atenção.

A nível comunitário foram várias as tomadas de posição perante o Presidente da Comissão, vários comissários, em particular o da política regional, do orçamento, da agricultura, do mar e vários diretores gerais e decisores comunitários. O Presidente do Governo reuniu mesmo numa reunião inédita

com o Presidente da França, o Chefe do Governo de Espanha, Primeiro Ministro de Portugal no sentido de os sensibilizar para que o Conselho Europeu, na devida altura, tivesse em conta a nossa posição.

Em fevereiro deste ano, há poucas semanas atrás, o Parlamento Europeu tomava posição em relação ao quadro financeiro plurianual para 2021-2027 que a Comissão Europeia tinha proposto. Por uma esmagadora maioria (460 votos a favor, 170 contra) o Parlamento Europeu decidiu não aceitar cortes na política de coesão, na política agrícola comum e não aceitar que a taxa de cofinanciamento comunitária passe nas ultraperiféricas dos frágeis 85% para 70%.

Isto não acontece por acaso, fomos extremamente vigilantes, ativos, intervenientes. A nossa ação perante o Parlamento Europeu foi de intensa atividade.

Permitam-me aqui fazer um parêntesis para referir algo significativo: logo a seguir à tomada de posse deste Governo, as primeiras reuniões que o Secretário Regional teve foi com os Deputados Europeus Açorianos e com os jovens para significar bem onde se encontrava o nosso futuro, no parlamento europeu e os jovens açorianos.

A posição Açoriana que decide este Parlamento foi apresentada num primeiro círculo aos Deputados Açorianos, depois aos Deputados Portugueses, aos de outras regiões ultraperiféricas e aos de outros Estado Membros que tinham RUP, a França e Espanha, de modo a serem sensibilizados pela nossa causa. Mantivemos conversações com a Deputada Relatora das questões do próximo quadro financeiro plurianual, que tem sido de uma grande compreensão e apoio, e reunimos com o Presidente do Parlamento Europeu – António Tajani – ao qual expusemos a posição açoriana, entregando um documento escrito com toda a nossa posição. Tudo isto, sempre explicando a posição açoriana e sempre

apresentando as resoluções que foram aqui votadas nesta Casa, o que nos trouxe legitimidade e força.

Paralelamente apresentamos e fizemos aprovar, pelo Comité das Regiões, vários pareceres que defendiam a posição açoriana e das regiões ultra periféricas e ganhamos aliados noutras regiões e em vários estados.

A tomada de posição do Parlamento Europeu, por larga maioria, não aceitando os cortes, não aceitando a redução da taxa de cofinanciamento, colocou a posição açoriana com mais força nas negociações que vão vir no trílogo – Comissão Europeia, Conselho Europeu, Parlamento Europeu.

É previsível que, na melhor das hipóteses, o Conselho Europeu do próximo outono, apresente ao Parlamento Europeu uma proposta do quadro financeiro para 2021-2027 e que só no primeiro semestre de 2020 o Parlamento Europeu aprove ou não esta proposta.

Vejam neste contexto, a importância e a centralidade que o Parlamento Europeu está a ter e vai ter na aprovação do quadro financeiro plurianual para 2021-2027, que é tão fundamental para os Açores.

Juntaria, por isso, aqui uma nota final nesta Casa da democracia Açoriana e da pluralidade política apelaria a que todos nós nos mobilizássemos e mobilizássemos açorianos para as eleições europeias, que sabemos todos, que tudo se vai jogar no Parlamento Europeu.

Por tudo isto, porque não somos uma região qualquer e porque este momento é único na construção da Europa, na afirmação dos Açores e da nossa Autonomia, temos obrigação de apelar a uma mobilização dos Açorianos.

Muito obrigado!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário Regional.

A Mesa já tem algumas inscrições.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Passados trinta e três anos da adesão de Portugal à Comunidade Europeia e de milhares de milhões de euros transferidos para a Região, continuam por resolver as debilidades do nosso processo de desenvolvimento económico e social.

O balanço de, praticamente vinte anos de fundos comunitários transferidos é claro. Apostou-se essencialmente em infraestruturas, muitas vezes, numa lógica bem pouco coordenada.

Construímos escolas ultramodernas, mas continuamos em últimos lugar nos rankings das tabelas a nível nacional.

Em termos de coesão social, em algumas das nossas escolas, mais de 90% dos alunos tem apoio da ação social escolar.

Construímos hospitais que os nossos netos e bisnetos irão continuar a pagar,...

Deputado Francisco César (PS): Naturalmente!

Deputado Carlos Silva (PS): E vão continuar a usar!

A Oradora: ... mas continuamos a ter açorianos com listas de espera, para uma pequena cirurgia, com mais de três anos.

Construímos portos em todas as ilhas, mas continuamos a ter um modelo de transportes marítimos de mercadorias que penaliza a competitividade das nossas empresas e estrangula a nossa economia.

No fundo, temos uma Região com menos coesão e crescentes desigualdades sociais numa Europa cada vez menos solidária.

Deputado José Ávila (PS): E a coesão?

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A verdade é que não fomos capazes de assumir o pé ao 2020 como um instrumento estratégico de convergência positiva da Região, face aos novos desafios de uma economia global, complexa e exigente.

Os atores económicos e sociais: empresas, municípios, universidades e centros de inovação, preocupam-se hoje, única e exclusivamente, com a sua sobrevivência conjuntural.

Assim, não é possível cumprir um dos principais desígnios da Região no pós-2020. Criar um contexto competitivo apostando em políticas do conhecimento capazes de valorizar os nossos recursos endógenos, capazes de garantir a nossa sustentabilidade ambiental e capazes de criar emprego qualificado para os nossos jovens, que continuam a ter que emigrar à procura de novas oportunidades e com eles as famílias que vão constituir, deixando para trás uma população, cada vez mais, envelhecida.

Estamos a um ano do pós-2020. O que verdadeiramente mudou?

Na Agricultura aprovaram-se e financiaram-se projetos milionários de estabulação, quando a nossa principal riqueza foi, é e sempre será a qualidade das nossas pastagens. Então pergunto, Sr. Secretário, é agora que, finalmente, vamos no POSEI ter apoios que são tão necessários à reconversão da nossa pastagem?

Deram-se apoios à quantidade, sem nunca valorizar a qualidade ou o mérito. E então pergunto, Sr. Secretário, é agora que, finalmente, vamos ter no POSEI a ajuda à produção, que vai deixar de ser exatamente igual a um leite de má e de excelente qualidade?

No setor das pescas fez-se uma reconversão da frota pesqueira mal feita, privilegiando políticas de assistencialismo...

Deputado Mário Tomé (PS): Não é verdade!

A Oradora: ... e assistiu-se sem intervir à degradação dos stocks de espécies de elevado valor comercial, como é o goraz.

Agora? Agora temos que vender melhor porque temos bem menos para vender. Ou seja, Sras. e Srs. Deputados gastaram-se demasiados recursos a tentar resolver problemas conjunturais, sem nunca conseguir resolver as nossas questões estruturais, gerindo apenas o que se vê.

Muito obrigada!

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A União Europeia foi criada para promover a paz e o crescimento económico na Europa e necessariamente em cada um dos seus Estados Membros.

A história tem se encarregado de demonstrar que o projeto europeu arquitetado pelos seus pais fundadores – Robert Schuman e Jean Monnet – se tornou um sucesso.

Vivemos uma prolongada paz na Europa e a luta por um alargamento de fronteiras deixou de ser um mal a combater. Vivemos níveis de vida que fazem da Europa um paraíso porque muitos povos anseiam. O funcionamento institucional de uma União Europeia que é monetária, mas que não é política, ainda não atingiu os patamares que se exigem de uma democracia madura. É uma tarefa dificultada por séculos de fronteiras rígidas a separar povos e culturas, é uma luta contínua entre a história do estado nação e a realidade que se vai impondo de uma comunidade supranacional.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Os Açores são o que são hoje graças, em boa parte, à nossa integração política e económica na Europa de quem, geográfica e culturalmente, sempre fizemos parte.

Os fluxos de meios financeiros transferidos para os Açores, ao longo dos mais de trinta anos, as derrogações comunitárias com que temos sido beneficiados e, sobretudo, o reconhecimento em letra de Tratado da União Europeia do nosso estatuto de região ultraperiférica são conquistas que a democracia portuguesa possibilitou e que a autonomia açoriana soube exigir.

Este estatuto de região ultraperiférica com valor constitucional, estatuído no artigo 349º do Tratado sobre o funcionamento da União Europeia, popularmente conhecido por Tratado de Lisboa, viu reforçada a sua legitimidade depois do Acórdão de Mhaiot, no que diz respeito à sua prevalência sobre disposições sectoriais dos Estados Membros. É este estatuto o que verdadeiramente nos caracteriza e é o que especificamente nos identifica e nomeia ao mais alto nível.

Chegou a altura, pois, de dar o passo em frente, os instrumentos na nossa relação com a União Europeia aí estão ao dispor da nossa autonomia. Temos a obrigação de saber usá-los para, em paz, podermos oferecer aos açorianos uma sociedade economicamente desenvolvida, onde as igualdades de oportunidades sejam de facto uma realidade.

Não podemos continuar a ser uma das regiões europeias mais favorecidas no que diz respeito à atribuição *per capita* de apoios comunitários e ao mesmo tempo, continuarmos a ter um desemprego jovem de mais de 32% e um produto interno bruto *per capita* que representa, em termos de paridade de poder de compra, somente 68% da média da União Europeia.

Deputado Carlos Silva (PS): Está desatualizado!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Os handicaps, ou seja, as características e os condicionalismos que nos caracterizam como região ultraperiférica da União e que prejudicam gravemente o nosso desenvolvimento são permanentes. A insularidade, o afastamento dos grandes centros, a pequena superfície, a dispersão arquipelágica e a dependência económica em relação a um pequeno número de produto são e continuarão a ser persistentes.

Mas a realidade económica, social e cultural da nossa Região não deve nem pode continuar a ser aquela que vivemos, ainda hoje em dia, passados mais de trinta anos de integração política e económica na União Europeia.

A nossa insularidade é e será permanente, mas o fraco crescimento económico dos Açores não é, nem tem que ser uma fatalidade.

O nosso afastamento dos grandes centros é e será permanente, mas os níveis de pobreza em que vive uma alta percentagem dos açorianos não é e nem deverá ser uma fatalidade.

A nossa dispersão arquipelágica é e será permanente, mas os altos índices de insucesso escolar não são, nem poderão ser uma fatalidade.

A nossa pequena dimensão territorial é e será permanente, mas a alta percentagem de jovens que não encontram emprego, não é nem poderá ser uma fatalidade

Deputado André Bradford (PS): Uma coisa não tem nada a ver com a outra!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O PSD Açores vai continuar a envidar todos os seus esforços para que o nosso estatuto de região ultraperiférica e outras medidas específicas, como seja o POSEI, programa de opções específicas para fazer face ao afastamento e à insularidade, continuem a ser respeitados, melhorados,

permitindo assim a continuação dos apoios da União Europeia ao nosso desenvolvimento económico, social e cultural.

Constituiremos um grupo de trabalho que acompanhará junto das instituições nacionais, das instituições regionais e das instituições europeias a política europeia de apoio às regiões ultraperiféricas, e no caso concreto, aos Açores.

No período pós-2020 colocam-se aos Açores diferentes desafios na sua relação com a União Europeia: uma política de coesão que garante uma dotação de fundos adicionais com uma taxa máxima de cofinanciamento europeu, que vá de encontro ao investimento na educação, na formação profissional, na inovação e no empreendedorismo; um apoio ao setor das pescas que ajude a contrabalançar os custos adicionais que os pescadores dos Açores têm de suportar e que contribui para desenvolver uma pesca e uma economia marítima sustentáveis e que apoie os pequenos pescadores costeiros; no âmbito da política agrícola comum, um POSEI que reforce o apoio prestado aos agricultores e uma política de desenvolvimento rural que apoie a biodiversidade na agricultura e favoreça o desenvolvimento económico das zonas rurais; uma política de apoio ao transporte e à melhoria das infraestruturas aéreas e marítimas.

O PSD Açores vai continuar a defender a desgovernamentalização da distribuição dos fundos e da sua gestão, em prol das pequenas e médias empresas regionais, das instituições particulares de solidariedade social, ou seja, num reforço de iniciativa privada e das suas associações porque assim, e disto estamos certos, os resultados alcançados na criação de riqueza e de emprego, na criação de igualdade de oportunidades e no combate à pobreza terão outros e melhores resultados dos que até agora alcançados.

O PSD Açores vai continuar a defender o princípio da subsidiariedade na Europa, mas vai também exigir, aqui nos Açores, o reforço dos meios financeiros a atribuir ao poder local, porque a proximidade do poder local e o

real conhecimento das capacidades de desenvolvimento e das necessidades das populações fazem do poder local um verdadeiro parceiro do desenvolvimento, gerindo eficazmente as verbas provenientes dos fundos comunitários.

Continuaremos a defender nas eleições para o Parlamento Europeu a criação de um círculo eleitoral próprio da Região Autónoma dos Açores. A representação dos Açorianos no Parlamento Europeu não pode ficar refém dos humores do Terreiro do Paço, tenham eles a cor política que tiverem, sejam hoje como já o foram no passado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Queremos que os Açores continuem a ser um “bom aluno” na execução dos fundos financeiros que a União Europeia põe ao nosso dispor mas, queremos também passar a ser bons alunos na criação de riqueza, na criação de emprego para os nossos jovens, no alcançar do sucesso escolar, na proteção de cuidados de saúde, no combate às dependências e na eliminação da pobreza.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O bom aluno não é aquele que se limita a frequentar as aulas, o bom aluno é aquele que frequenta as aulas e que alcança os objetivos e as metas a que se tinha comprometido.

Os Açores pertencem do corpo e alma à família europeia. Queremos continuar a usufruir da sua paz e ansiamos por atingir os seus níveis de desenvolvimento económico, social e cultural.

A União Europeia é a nossa Casa Mãe, queremos participar na sua construção para fazer dos Açores uma região mais coesa e mais próspera.

No final da implementação do próximo orçamento plurianual, 2021-2027 União Europeia, só teremos justas para celebrar se ultrapassarmos nos próximos sete anos os problemas graves que não resolvemos em mais de trinta anos de integração europeia e em mais de quarenta e dois anos de autonomia.

Disse!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Num momento em que é conhecido que entre 2010 e 2018 o Banco Central Europeu lucrou 7,8 mil milhões de Euros com a dívida portuguesa, não podemos naturalmente deixar de nos interrogarmos afinal que Europa é esta em que estamos integrados e que papel está destinado, quer aos países menos desenvolvidos e mais periféricos como o nosso, quer de modo muito especial às regiões ultraperiféricas às quais pertencemos nesta Europa, que como bem se vê coloca acima de tudo grandes interesses financeiros e do grande capital dos países economicamente mais desenvolvidos, clube a que o nosso país evidentemente não pertence e está longe de vir a pertencer.

Se por cá ainda dúvidas houvesse quanto ao que esta Europa é e representa certamente as palavras recentemente proferidas pelo sr. Primeiro-ministro e secretário geral do PS de que, citamos: “O Euro foi o maior bónus que a Europa ofereceu à Alemanha” “sic”. Deveriam, pelo menos dar que pensar a todos aqueles que contrariando as evidências continuam a querer passar a mensagem que agora, com eleições para o Parlamento Europeu à porta é que tudo se irá conjugar para que dos cofres da união jorrem rios de dinheiro que tudo solucionarão neste país e nesta Região, pois os novos deputados europeus irão dar um novo rumo às políticas de decisão desta Europa.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sejamos realistas. Hoje é já uma certeza que o quadro financeiro plurianual 2021-2027 sofrerá um corte nos fundos comunitários em relação ao quadro financeiro plurianual 2014/2020, que ora está prestes a findar e quanto a este tendo já sido indicado o processo de elaboração do Orçamento da União Europeia para o ano de 2020, a última oportunidade dos deputados ao Parlamento Europeu se pronunciarem sobre o mesmo foi no passado mês de Março, aquando da reunião em Estrasburgo do Parlamento Europeu.

Esta foi, pois, a ocasião soberana para os eurodeputados apresentarem propostas concretas no sentido de salvaguardar os nossos interesses, pois não é certamente teorizando, mas sim com medidas e propostas concretas que se defendem os interesses das populações que representamos e são os interesses dessas populações que para além das bonitas palavras e das declarações mais ou menos pomposas têm de estar sempre presentes nessas instâncias.

Fiel aos seus compromissos o Partido Comunista Português através dos seus deputados europeus apresentou um conjunto de 25 propostas algumas das quais, pela sua importância e impacto para a nossa região, não posso deixar de realçar:

- Aumento do envelope financeiro das rubricas ligadas à coesão;
- Reforço do programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e à Insularidade (POSEI), o qual abrange diretamente quer a nossa Região quer a Região Autónoma da Madeira;
- Recuperação do POSEI Pescas e criação do POSEI Transportes;
- Aumento do financiamento das infraestruturas de transporte local, regional e nacional nos países mais periféricos;
- Criação de rúbricas orçamentais para combater as deficiências da capacidade produtiva e os meios de produção industrial obsoletos como é o caso de algumas fábricas de laticínios na nossa Região;

- Aumento do financiamento para atenuar o impacto das crises e da volatilidade dos mercados agrícolas;
- Criação de mecanismos de compensação e de apoio aos rendimentos dos pescadores em função da instabilidade associada à atividade piscatória;
- Reforço do Fundo Social Europeu e da Iniciativa para o Emprego Jovem;

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

É encarando de frente os nossos problemas e as nossas deficiências e propondo medidas concretas e objetivas para a sua solução que o Partido Comunista Português entende que deve ser a nossa postura nas várias instâncias da União Europeia.

Numa região ultraperiférica como a nossa, reforçar o programa de opções específicas para fazer face ao afastamento e à insularidade é de extrema relevância.

Os Açores pós 2020 continuarão, como não pode deixar de ser, totalmente dependentes dos transportes, nomeadamente do transporte marítimo e do transporte aéreo, quer no caso das ligações com o exterior da Região, quer na circulação de pessoas e bens no interior da própria Região. A criação do POSEI transportes proposto pelo PCP a nível do Parlamento Europeu será de extrema importância para a nossa Região porque abrirá, caso venha a concretizar-se, perspectivas, até agora inexistentes, de financiamentos essenciais neste capítulo.

Questão central é sem dúvida a necessidade de modernização das nossas indústrias. Aumentar a produtividade passa em grande parte pela modernização dos meios de produção, ora olhando para os nossos meios de produção, nomeadamente para as nossas indústrias de laticínios, indústria fundamental e diríamos mesmo essencial na nossa Região, facilmente detetamos sérios e graves problemas em várias unidades que necessitam urgentemente serem modernizadas e os seus meios adequados às atuais exigências.

Transformar estas indústrias obsoletas em indústrias atualizadas e modernas é questão fundamental para garantir o desenvolvimento da nossa Região no seio da Europa pós 2020. As propostas do PCP relativamente ao orçamento da União Europeia para 2020 vêm precisamente nesse sentido e são sem sombra de dúvida um contributo essencial e imprescindível para a nossa indústria.

Questão sem dúvida relevante para a nossa Região é tudo o que se relaciona com as pescas. Garantir mais e melhores apoios aos pescadores agora e também pós 2020 é uma questão de primordial importância que com estas propostas o PCP reivindica e inscreve na proposta de orçamento da União Europeia.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Para finalizar não posso certamente deixar de referir as questões relativas à agricultura.

Efetivamente a agricultura e a pecuária continuarão como atualmente acontece a desempenhar relevante papel na economia da nossa Região pós 2020.

Porque assim é o Partido Comunista Português tem vindo a propor e a defender, a nível do Parlamento Europeu, uma série de medidas no setor que visam defender a nossa produção. Medidas que vão desde o setor da produção leiteira tendo em vista a minimização das consequências do fim das quotas leiteiras, passando pela produção pecuária até ao setor vitivinícola, nomeadamente pela defesa da casta Isabel e pela produção do vinho de cheiro.

Não podemos contudo deixar de lamentar que em questões como a promoção de circuitos curtos de comercialização e de preço justos à produção, de um rendimento justo para os agricultores e de redistribuição dos pagamentos de modo a assegurar uma distribuição equitativa entre países, tipos de produção e produtores, eliminando as disparidades atuais e beneficiando em termos relativos os Estados-Membros com os défices de produção mais acentuados, bem como os pequenos e médios agricultores, os eurodeputados portugueses e

mais especificamente os eurodeputados do Partido Socialista tenham contribuído com o seu voto para a sua rejeição a nível do Parlamento Europeu. É significativo e demonstra que afinal na hora da verdade nem todos estão dispostos a defender os nossos interesses na União Europeia!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Contente.

Deputado José Contente (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que o Partido Socialista presta, neste momento, o seu preito e a sua homenagem a José Medeiros de Ferreira e a Mário Soares pelo grande trajeto que nós fizemos depois do pensamento e do trabalho deles na nossa integração na comunidade europeia, que nos tem vindo também a beneficiar ao longo do tempo.

E nós não podemos ter uma atitude dúbia quando achamos que a União Europeia tem um papel fundamental e depois acabamos por, como vimos aqui há pouco (algumas Sras. e Srs. Deputados), arranjar “meios números” para de algum modo denegrir a política dos Governos Regionais, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... sobretudo do Partido Socialista. Não é essa a nossa postura, por uma razão simples: o Partido Socialista tem pensamento sobre a questão europeia, tem estratégia sobre a questão europeia e tem aquilo que muitos hoje tentam arranjar outras variantes, que é uma espécie de delegação da autonomia regional com grupos de trabalho ou com deputados da Madeira que, ainda recentemente, nem se referiram aos Açores quando falaram nos próximos desafios europeus, e por isso nós temos três desígnios fundamentais que são, neste momento, importantes para os próximos desafios: temos estratégia, temos pensamento e temos um candidato que é motivo de satisfação para defender os

Açores e ser uma voz ativa e ter discurso e voz sobre os Açores na comunidade europeia, sem delegar autonomia em mais ninguém.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: E queríamos também dizer que, nós entendemos que a comunidade europeia vive há bastante tempo alguns dilemas, desde logo, os dilemas que redundam e resultam de existir um Parlamento Europeu e um Conselho Europeu onde os Governos estão também representados.

Mas também é verdade que o Parlamento Europeu ao longo da sua história, e sobretudo desde 1979, tem vindo a ganhar peso e projeção nas decisões europeias, ao ponto do anterior e agora Presidente da Comissão Europeia já ter sido eleito com base nos poderes desse Parlamento Europeu.

E é por isso também que nós valorizamos estas eleições europeias e é por isso também que nós valorizamos o facto de termos um deputado europeu nestas instâncias e nestes redutos que são fundamentais nos processos decisórios.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Está a valorizar o nosso parlamento!

O Orador: Nós sabemos que há uma tensão entre estes três poderes e sabemos que o dilema entre a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu e o Conselho Europeu acabam por redundar numa atuação que ou quer beneficiar mais os estados membros, ou quer beneficiar mais as questões supranacionais e as questões transnacionais.

Mas é importante que os Açores, nesta Europa que tem tantos problemas complexos e um xadrez, tenha uma política clara, uma política estrategicamente pensada para o futuro e que tem vindo, ao contrário do que foi dito aqui, a ter muita importância no nosso desenvolvimento.

Nós entendemos, a Sra. Deputada Graça Silveira, está numa fase destrutiva e por isso, provavelmente também, só vê tudo negro à sua volta.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Oh, Sr. Deputado, faça o debate com elevação, com argumentos!

O Orador: ... mas a nossa posição é uma posição construtiva nesta matéria europeia e por isso, nós não temos posições negativas no seio da Europa e no seio do nosso desenvolvimento.

E gostaríamos de dizer, mesmo ao nível da convergência, ao contrário do que foi dito aqui, tem havido convergência ao nível dos Açores e da Europa e não basta ir buscar só alguns dados. Vejamos o que é que se passou entre 2000 e 2015: houve uma convergência real em relação à Europa de cerca de 6,6 pontos percentuais.

Deputado André Bradford (PS): É verdade!

O Orador: Por isso, nós podemos arranjar as estatísticas que quisermos, agora, nós não podemos invocar que as infraestruturas construídas para os Açores são, de algum modo, desaproveitadas com outros quaisquer números. Porque vejamos, se nós não tivéssemos hotéis, para que é que queríamos tantos turistas agora? Ou seja, as infraestruturas foram construídas com uma visão de futuro e é fundamental que continuemos a ter essa visão para que os Açores sejam defendidos na Europa também.

E queria também dizer que nestas circunstâncias os Açores e também o grupo parlamentar do Partido Socialista continua a acreditar na Europa porque a Europa continua a ser o farol dos valores humanos, um espaço de paz, um espaço de liberdade e um espaço em que os Açores podem e devem continuar a desenvolver-se, e nós sabemos que com o nosso pensamento, a nossa estratégia, a nossa força e também a nossa capacidade negocial perante o Governo da República face aos quadros comunitários que aí vem, tem sortido efeito no passado com aumentos percentuais dos 25% no quadro comunitário até 2014,

com outros aumentos substantivos negociados para importantes áreas, como de 2014 até agora, negociados na altura pelo Sr. Secretário – que agora é Presidente do Governo – em matéria de POSEI ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e sabemos também (já foi dito aqui), quer o Presidente da Comissão Europeia – Durão Barroso – , quer esta Comissária que veio aqui há pouco tempo, elogiou a atuação do Governo Regional e também a utilização dos fundos comunitários, por isso essa é uma postura positiva do Governo dos Açores e do grupo parlamentar do PS que o suporta.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao perspetivar o futuro dos Açores no pós-2020 importa analisar o que foram as políticas europeias e o que elas significaram para Portugal e para os Açores.

O projeto da Europa da solidariedade, da paz, da liberdade e da democracia e da igualdade, afinal trouxe-nos para uma realidade que é de desigualdades entre povos e países e desigualdades no seio de cada país.

A União Europeia da igualdade entre os povos é afinal a União da defesa do superior interesse das multinacionais e dos mercados. Salva-se, até agora, o projeto da paz na Europa, mas mesmo esse é, cada vez mais, ensombrado pela ascensão da extrema direita, pela construção de muros em cada fronteira

externa, pelos milhares de mortos no cemitério que se tornou o Mar Mediterrâneo.

Os dirigentes do Partido Socialista Europeu e do Partido Popular Europeu após a crise de 2009 juravam que a austeridade era o único cenário possível para o futuro. Restava assim aos povos viver cada vez pior, numa espiral de empobrecimento. O resultado foram 100 milhões de pobres, a pobreza na União Europeia é ainda hoje 4% mais elevada do que era antes da crise financeira de 2008. 32 milhões de pessoas em risco de pobreza são trabalhadores. As políticas europeias deram assim origem à emergência das mais variadas matrizes da extrema direita e dos populismos que ameaçam a democracia em vários países europeus. Para estas, a passividade e tolerância do diretório europeu contrasta com a perseguição aos países que não cumprem, por míseras décimas, as absurdas regras do défice.

Neste cenário, eis que chegamos à discussão do que será o próximo quadro comunitário europeu de apoio para o pós-2020. Já conhecemos quais são as prioridades da Comissão Europeia, por um lado o reforço das fronteiras, uma Europa cada vez mais rodeada de luz, os mesmos que deitaram abaixo o Muro de Berlim e festejaram a abolição das barreiras que separaram vidas, pagam milhares de milhões à Turquia para impedir que refugiados emigrantes atinjam, sequer, as fronteiras europeias – a união dos “muros da vergonha”. Por outro lado, mobilizam-se novos fundos para a defesa, a Europa da Paz troca o caminho da coesão social pela criação de um exército europeu (velho sonho das elites e das grandes potências europeias). Em Portugal este caminho tem a bênção do PS, PSD e CDS.

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Não é o Brexit o principal responsável pelos cortes nos fundos estruturais, são os muros e são também as armas.

Quando se fala de fundos comunitários, importa em primeiro lugar desmistificar o que são e para que servem. Estes fundos não são dádivas de Bruxelas ou Berlim, como por vezes e a miúdo se quer fazer crer. Os países e regiões, como os Açores, recebem fundos comunitários de modo ao atenuar os efeitos negativos do mercado único, do euro e de políticas europeias nos países e regiões mais pobres. Ainda assim, os fundos comunitários são largamente insuficientes para atenuar os efeitos negativos de muitas políticas europeias.

Mas vejamos então ao que levou este caminho da União Europeia: o fim das cotas leiteiras, caminho sempre aceite por sucessivos Governos, tanto do Partido Socialista como do PSD e do CDS, representa a cedência à lei do mais forte, aos grandes produtores do Centro da Europa com quem os Açores não podem competir pela quantidade. Apesar dos alertas do Bloco de Esquerda para o desastre que significava a desregulação do setor do leite, os sucessivos governos portugueses e o próprio Governo Regional sempre afirmaram que os Açores estavam preparados para o fim das cotas. Nada mais falso, como infelizmente a realidade demonstra, este processo foi a arma dos grandes produtores e dos grandes países para a destruição de milhares de pequenos produtores e assim dominarem o setor do leite.

A economia de mercado a funcionar, dirão alguns, na linha neoliberal. Para o Bloco de Esquerda é a destruição de um setor, são falências e são, acima de tudo, milhares de famílias com um futuro incerto. Numa altura em que muito se fala de derrogações para os Açores, tendo em conta as nossas especificidades no contexto Europeu, vale a pena lembrar propostas concretas de derrogações que foram ceifadas à nascença. É o caso da proposta da criação de derrogações para os Açores em 2009, no que respeita à gestão dos seus recursos marinhos, entre as cem e as duzentas milhas da nossa zona económica exclusiva.

Em 2009 todos os partidos nesta Casa chumbaram uma proposta do Bloco de Esquerda que recomendava ao Governo Regional que exigisse uma derrogação

para os Açores, no que respeita à gestão dos recursos marinhos entre as cem e as duzentas milhas. Perdeu-se assim, uma oportunidade de defender o setor das pescas e o nosso estatuto de região ultraperiférica.

Estes exemplos demonstram bem a pertinência da proposta do Bloco de Esquerda de alteração ao nosso Estatuto Político Administrativo, de modo a que os Açores tenham uma posição preponderante na negociação de tratados internacionais, como são os tratados europeus, para que possam solicitar a suspensão das negociações e, se necessário, exigir a sua concordância quando estes digam respeito unicamente aos Açores.

Defender os Açores assim o exige. Está o Governo Regional disponível para apoiar esta proposta do Bloco de Esquerda que, na nossa opinião, defende os Açores?

Mas os desafios para o pós-2020 não se ficam pela agricultura e pescas. Novos horizontes se vislumbram, a ciência e a tecnologia, a inovação e a educação, em suma o conhecimento, são inevitavelmente o grande motor do desenvolvimento em qualquer parte do mundo, e nos Açores não pode ser diferente.

O futuro dos Açores tem que passar pelo conhecimento e por sermos sujeitos na construção desse mesmo conhecimento. Temos condições excecionais para a investigação: temos a nossa posição geoestratégica, a nossa biodiversidade e os nossos recursos geológicos do mar profundo. Em várias áreas de investigação, da biotecnologia ao estudo dos oceanos, da atmosfera às alterações climáticas, os Açores são laboratório e fonte de recursos. Mas temos que ser mais do que uma mera plataforma de recolha de dados que criarão conhecimento e riqueza noutras paragens, numa lógica de exploração neocolonial.

Temos, como disse recentemente Jaime Gama, de controlar os recursos e o conhecimento produzido nos Açores, ele tem que ficar nos Açores. Só assim este conhecimento fica na Região e apenas assim ele pode contribuir de forma significativa para o nosso desenvolvimento.

Como há muito tem defendido o Bloco de Esquerda é necessário a criação nos Açores de centros científicos de referência de âmbito nacional e internacional.

Esta é também uma forma de fixar recursos humanos, de gerar massa crítica ...

Deputado André Bradford (PS): É isso que se está fazendo!

O Orador: ... e ultrapassar os constrangimentos burocráticos que limitam o acesso das instituições e das empresas regionais aos fundos europeus destinados à ciência.

Mas o caminho que está a ser trilhado pelo Governo Regional e pelo Governo da República, nesta área, é da criação de estruturas difusas, baseadas em redes cujas sedes até podem estar nos Açores, mas que os centros de decisão e plataformas de geração de conhecimento estão longe e ao serviço de outros interesses.

Está o Governo Regional disponível para defender que por exemplo, o Observatório do Mar seja mais que uma mera associação difusa, mas que constitua a prazo um centro de referência nacional na investigação científica ligada aos oceanos e à biotecnologia marinha? E para que possa no pós 2020 marcar uma nova fase na produção de conhecimento nos Açores?

Deputado André Bradford (PS): O senhor está a dizer para se fazer o que se está a fazer!

O Orador: Nos Transportes os Açores têm ficado de fora dos investimentos prioritários da União Europeia. Ficamos de fora das Autoestradas do Mar, ficamos de fora da rede transeuropeia de transportes. Uma vez mais o estatuto de ultraperiferia é ignorado pela Comissão Europeia e a Europa da Solidariedade não sai do papel.

Se no continente português a pluralidade é, e bem, a ferrovia, não se compreende que para os Açores, uma Região ultraperiférica, o acesso ao continente europeu das pessoas, das mercadorias, não tenha a mesma prioridade.

Começa a ficar claro que os Açores serão fortemente afetados pelas alterações climáticas. Temos que nos preparar para este fenómeno, pelo qual todos temos responsabilidades, mas que os Açores não serão, nem de perto, nem de longe, os maiores responsáveis. Mas os efeitos gravosos das alterações climáticas na nossa vida, no acesso à água, na nossa agricultura, na nossa economia poderão ter gravíssimas consequências. É por isso, imediatamente, necessário preparar a mitigação e adaptação a esta nova realidade, exigir medidas específicas para as regiões ultraperiféricas e para os Açores, assim como, formas de apoio ao investimento na produção de energias a partir de fontes renováveis. Não compreendemos o silêncio do Governo Regional sobre estas matérias.

Deputado Francisco César (PS): O senhor está a brincar com a gente!

Deputado André Bradford (PS): Está distraído!

O Orador: Estas são algumas das áreas que para o Bloco de Esquerda são fulcrais para o pós-2020.

Agora é preciso perceber o que tem defendido e o que tem proposto o Governo Regional no processo de negociação do próximo quadro comunitário de apoio. Em março do ano passado foi aprovado por unanimidade uma resolução nesta Assembleia, por proposta do Partido Socialista, para que o Parlamento acompanhasse o processo de negociação do próximo quadro financeiro plurianual. Até à data, tanto quanto sabemos, não chegou nada a este Parlamento e por isso, estão em falta os relatórios necessários da comissão competente.

Deputado André Bradford (PS): O que é que a gente está a fazer aqui? Estamos a debater!

O Orador: Tem aqui o Governo Regional, obviamente, a oportunidade para prestar contas do que tem sido o processo de negociação nacional e comunitária para o próximo quadro comunitário de apoio.

Disse!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer agora um intervalo. Regressamos ao meio dia.

Eram 11 horas e 31 minutos.

Presidente: Vamos então dar continuidade ao debate.

Está inscrito o Sr. Deputado António Almeida.

Eram 12 horas e 08 minutos.

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria, no início dessa minha intervenção, de manifestar o meu desagrado pela ausência do Secretário Regional de Agricultura e Florestas.

Deputado Francisco César (PS): A gente também pode manifestar o nosso desagrado pela ausência do candidato do PSD!

O Orador: Considero, tal como disse na sua intervenção inicial, o Sr. Deputado André Bradford, a importância desse debate ou a desvalorização que se lhe atribui corresponde à desvalorização dos interesses no nosso debate, na nossa participação na União Europeia, quanto mais a Agricultura nos Açores depende de uma política agrícola comum, depende de fundos comunitários e depende de políticas diferenciadas para nos apoiar.

Os desafios da Agricultura na Europa pós-2020 são, em nosso entender, a matéria com maior relevância e implicações nos Açores no quadro desta interpelação.

O atraso estrutural que persiste na Agricultura dos Açores após diversos quadros comunitários de apoio é razão mais do que suficiente para mantermos uma expressiva preocupação quanto à dependência dos financiamentos da União Europeia, mas fundamentalmente quanto à forma como o Governo dos

Açores decide aplicar os fundos europeus destinados à agricultura açoriana e aos resultados obtidos.

Somos um território ultraperiférico reconhecido no tratado europeu e temos beneficiado dessa condição.

Seria injusto negá-lo e é preciso continuar a defendê-lo.

Mas terá o Governo dos Açores utilizado esses recursos financeiros para superar os estrangimentos do setor agrícola, criando empresas competitivas e emprego sustentável e uma economia rural capaz de diversificar-se, incorporar valor acrescentado nos seus produtos e serviços e com menor dependência dos fundos públicos?

Na Agricultura mantemos ainda desafios que já deviam ter sido superados em face dos recursos financeiros que nos foram atribuídos, mas também pela responsabilidade que foi concedida à Região de escolher as políticas, as medidas e os instrumentos mais adequados para atingir os objetivos que a própria União Europeia fixou.

Só nos dois últimos quadros comunitários de apoio, de 2007 a 2013 e de 2014 a 2020 a despesa pública para investimento agrícola situa-se nos 685 milhões de euros e do Posei, para apoio ao rendimento e no mesmo período, mais de 1.000 milhões de euros, para além dos outros diversos inúmeros apoios regionais.

Em 14 anos estamos a falar na atribuição de mais de 1.600 milhões de euros de subsídios diretos para a agricultura e para a agroindústria dos Açores.

Seria por isso expectável outros resultados quer na eficiência, quer na rentabilidade das explorações e na competitividade das agroindústrias, bem como no rendimento dos produtores.

Mas também nas infraestruturas públicas.

Os indicadores de crescimento da produção agrícola deviam ter sido acompanhados do crescimento do rendimento disponível e em resultados

positivos nas empresas agrícolas, antes dos subsídios, tornando-as económica e financeiramente saudáveis.

Para cumprir os desafios da Política Agrícola Comum pós-2020 o ponto de partida nos Açores apresenta-se, ainda, com sérias limitações:

Continuamos sem infraestruturas adequadas a uma atividade agrícola moderna e competitiva: caminhos sem dono, mais de metade das explorações sem abastecimento de água, a maioria sem eletricidade.

Continuamos com problemas fundiários, sem emparcelamento relevante, com uma percentagem elevada do uso da terra por arrendamento, com a dispersão de parcelas e um conjunto de restrições no ordenamento do território completamente desadequado aos interesses dos agricultores e de uma perspetiva de desenvolvimento rural integrado, sustentável e sustentado.

Continuamos com um nível baixo de escolaridade no setor agrícola face à média da União Europeia, pese embora com formação específica em diversas atividades.

Constatamos que no setor do leite e da carne a dependência de subsídios da União Europeia e do orçamento regional não permite superar os impactos negativos do comportamento dos mercados, evidenciando a fragilidade das explorações agrícolas, a cada momento em que os mercados reagem quer nos preços dos produtos agrícolas quer nos fatores de produção.

Repare-se que com mais leite produzido, mais bovinos por exploração, mais instalações, mais tratores e máquinas agrícolas, maiores fábricas de lacticínios estamos importando mais fatores de produção, cada vez mais caros, sem o correspondente aumento dos preços dos produtos agrícolas e a melhoria da eficiência das explorações como seria, naturalmente, de esperar.

Continuamos com uma dimensão média das explorações insuficiente para sustentar outro modelo de produção pecuária.

Continuamos a exportar maior quantidade de produtos de grande consumo e de baixo preço e a vendê-los maioritariamente no mesmo mercado.

O Governo ainda está construindo matadouros e procurando a sua certificação em pleno século XXI.

Estamos em 2019 com um quadro financeiro de apoio ao investimento agrícola quase esgotado e continuamos sem uma reestruturação séria do setor agrícola.

Continuamos com programas de incentivo ao aumento da produção em vez de programas de incentivo ao aumento dos resultados nas explorações agrícolas.

Assim continuamos com agricultores com dificuldade em pagar as suas contas e promover investimento.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Devemos ou não comungar dos objetivos e das metas anunciadas para o futuro da Política Agrícola Comum e serão os Açores capazes de os concretizar?

Vejamos os temas fortes da PAC:

- Produzir alimentos seguros e de qualidade;
- Praticar uma agricultura respeitadora do ambiente e adequada ao impacto das alterações climáticas;
- Uma PAC administrativamente mais simples para os agricultores.
- Uma agricultura capaz de assegurar a manutenção das pessoas nos espaços rurais;
- Capaz de incentivar os jovens agricultores e estimular a inovação e o recurso a novas técnicas e tecnologias agrícolas e agroindustriais;
- Um sistema capaz de assegurar a gestão de riscos resultantes de crises de mercado criando instrumentos de compensação da perda de rendimento.

E a agricultura nos Açores está preparada para dar essa resposta agora e no futuro à sustentabilidade económica, ambiental e social?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os desafios da Agricultura dos Açores no âmbito da PAC pós-2020 decorrem dos seguintes pressupostos:

- Que papel queremos que a Agricultura desempenhe na sociedade e na economia regional mediante o cumprimento dos condicionalismos determinados ao nível da União Europeia;
- Que exigências resultam do comportamento dos consumidores na atualidade e no futuro, relativamente às opções que os Açores querem ter quanto aos produtos agrícolas adequados aos atuais desafios do mercado;
- Que tipologia de explorações querem os Açores privilegiar em cada fileira agrícola e em cada ilha para dar resposta às exigências atuais;
- Queremos ou não diferenciar os critérios de atribuição de apoios públicos de acordo com os pressupostos de valorização dos produtos e serviços agrícolas.

E da União Europeia que integramos, o que queremos:

- Naturalmente que garanta o nível de cofinanciamento de 85% nos programas de investimento agrícola estrutural e no âmbito do desenvolvimento rural;
- Que reconheça no quadro financeiro e na aplicação da PAC nos Açores o estatuto de região ultraperiférica;
- Que faculte aos agricultores dos Açores os recursos financeiros necessários à sua reestruturação agropecuária e florestal;
- Que reforce os pagamentos diretos aos agricultores no decurso de um programa plurianual de reestruturação das fileiras do leite e da carne, designadamente do POSEI, em face dos rateios aplicados e dos modelos de produção agrícola;
- Que permita atribuir aos agricultores dos Açores um prémio anual por exploração, desligado das respetivas produções, por compensação e para a manutenção de modelos de agricultura e de exploração sustentáveis;

- Que financie diretamente e através de linhas de crédito bonificadas os investimentos dos agricultores que optem pela diversificação para atividades não agrícolas úteis à economia rural.

E os responsáveis da política agrícola regional não têm também de assumir compromissos?

Estamos certos que sim:

- Estudar os produtos e serviços agrícolas inovadores que sejam valorizados pelos novos mercados e consumidores;
- Integrar e certificar os valores de interesse ecológico e ambiental, no quadro das preferências dos consumidores, nos produtos e serviços agroflorestais dos Açores;
- Definir o modelo de exploração agrícola e de produção que pretendemos privilegiar em cada ilha e em cada fileira, de acordo com a cadeia de valor integrado dos mercados;
- Adequar e simplificar o modelo de financiamento aos investimentos e ao rendimento dessas explorações;
- Determinar a diferenciação dos critérios de atribuição de apoios de acordo com a tipologia das explorações agrícolas;
- Determinar o impacto dos programas de apoio baseados nas quantidades produzidas de acordo com o comportamento das indústrias transformadoras e dos mercados, promovendo o desligamento parcial ou total das ajudas públicas;
- Equacionar os apoios ao redimensionamento das explorações agrícolas facultando o acesso aos terrenos libertados pelos agricultores que optem voluntariamente pela saída da atividade mediante o pagamento de compensação justa;
- Assumir o processo de simplificação administrativa de candidaturas aos fundos públicos;

- Reduzir o financiamento dos investimentos que não acrescentam valor ao produto agrícola, quer ao nível da produção, quer ao nível da indústria transformadora;
- Assumir, de uma vez por todas, um programa de internacionalização dos produtos agrícolas dos Açores;

Os Açores devem apresentar-se junto das instituições europeias reclamando, no âmbito da PAC, os meios financeiros, mas também legislativos adequados a um futuro sustentável e sustentado da Agricultura Açoriana.

Não podemos continuar a ser um exemplo nacional na execução financeira dos programas da União Europeia e continuarmos estruturalmente atrasados e pouco competitivos.

Tenho dito!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira tem agora a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Deputado José Contente, a Deputada Graça Silveira não tem nada de destrutiva, aliás, quem tem alguma coisa de destrutivo aqui é a governação socialista, da qual o sr. fez parte e cujo o desempenho é bem o exemplo daquilo que a Deputada Graça Silveira disse ali da tribuna: uma política de betão aos quais os srs. tentaram juntar a ilusão dos resultados.

Quem é que não se lembra? O sr., na altura Secretário José Contente, a fazer gáudio dos km e km de estrada que o sr. contava religiosamente cada vez que vinha apresentar a inauguração de um troço de estrada.

E portanto, em nome da lisura e elevação do debate político eu desafio o Sr. Deputado José Contente a dizer aqui, nesta Casa, o que é que a Sra. Deputada Graça Silveira na realidade destruiu?

Deputado Francisco César (PS): Ainda não conseguiu!

A Oradora: Porque devo-lhe lembrar que ao contrário, a Deputada Graça Silveira, no âmbito daquilo que estamos hoje aqui a discutir, que são os desafios do pós-2020, tentou dar o seu contributo na construção de uma Região que todos nós nos podemos orgulhar.

E lembro-lhe, olhe, na tentativa da regulação do mercado do leite há três anos atrás quando começou a haver sinais de um excesso de produção, a Deputada Graça Silveira apresentou aqui nesta Casa uma iniciativa na bancada do CDS, sempre, mas neste caso em particular a Deputada Graça Silveira, porque o ataque não foi feito à bancada do CDS mas à Deputada Graça Silveira, devo-lhe lembrar que apresentou uma iniciativa do pagamento único, onde se propunha, inclusivamente, reduzir 20% da produção, fazer o abate de 20% das vacas sem penalização na ajuda e os srs., gloriosamente sós, chumbaram essa iniciativa.

Em relação ao Mar 2020, há três anos atrás, a Deputada Graça Silveira fez uma proposta para que este plenário se pronunciasse sobre o que é que nós queríamos e podíamos partilhar na gestão dos nossos recursos. Apresentou há três anos, voltou a apresentar há dois anos para fazermos o trabalho de casa para no pós-2020 estarmos bem preparados em relação à gestão partilhada dos recursos do mar. A bancada socialista, gloriosamente só, chumbou das duas vezes essa iniciativa.

Em relação ao que se está a passar, neste momento, com as acessibilidades, com o transporte marítimo de mercadorias, a Deputada Graça Silveira apresentou aqui nesta Casa, por duas vezes,...

Deputado André Bradford (PS): Está em campanha?

A Oradora: ... uma iniciativa para que se fizesse a revisão do atual modelo de transporte de mercadorias que penaliza a competitividade das nossas empresas e estrangula a nossa economia. A bancada socialista, gloriosamente só, chumbou ambas as iniciativas.

E portanto, Sr. Deputado José Contente, a Deputada Graça Silveira não tem nada de destrutivo, os srs. e a vossa governação e a bancada que o suporta é que tem uma atitude destrutiva, sempre chumbam as iniciativas da oposição numa tentativa de contribuir para a construção de uma Região que todos nós nos orgulhemos.

Muito obrigada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Sr. Deputado André Bradford disse na sua intervenção que temos um problema na Região Autónoma dos Açores que tem a ver com as altas taxas de abstenção, o que é verdade, são taxas que superam os 80%.

Isso faz dos Açores uma das regiões que vota menos para o Parlamento Europeu e é evidente que do ponto de vista político essa situação, altas taxas de abstenção, prejudicam politicamente a Região Autónoma dos Açores porque já somos uma região com diminuto peso demográfico, é evidente para quem analisa as taxas de participação e a contribuição dos Açores para a eleição dos deputados no âmbito das listas que apresentam ao Parlamento Europeu, que o facto de votarem poucos desvaloriza ainda mais a nossa posição, ou seja, há dois fatores que convergem para a diminuição da importância dos Açores no âmbito das eleições europeias, que é o peso demográfico diminuto da Região Autónoma dos Açores e também a baixa taxa de participação no âmbito das eleições.

Portanto, é para nós estratégico que a nossa taxa de abstenção diminua drasticamente e que os açorianos participem nas eleições de forma importante e em maior número.

Eu lembro que algumas comunidades conseguem um peso acrescido no âmbito da decisão nacional participando de forma intensa no âmbito das eleições que se realizam nesses estados. Vou dar apenas um exemplo, o exemplo dos judeus na América do Norte, representam percentualmente cada vez menos na população norte americana, mas têm taxas de participação eleitoral muito altas, o que faz com que tenham uma importância maior no âmbito do sistema político respetivo, neste caso, no sistema político norte americano. Portanto, o que nós temos de defender são altas taxas de participação dos açorianos no âmbito das eleições europeias.

Também temos que colocar é a questão: porque é que os açorianos não se interessam e votam pouco? Eu acho que votam pouco, em primeiro lugar, porque não se sentem representados, há um sistema político que não reforça, de facto, a participação e os vínculos do eleitor açoriano no âmbito da participação quer nas eleições, quer depois no processo europeu.

Existe esta perceção, é necessário mudar essa perceção e é por isso que existe na CEVERA, neste momento, uma grande unanimidade em relação à necessidade de ser criado um círculo regional no âmbito da participação das eleições europeias.

É fundamental e isso significaria uma participação direta do eleitor açoriano na escolha do seu representante no Parlamento. É fundamental também que isso possa suceder e é uma das estratégias que podem ser desenvolvidas no âmbito de conseguir e obter uma maior participação dos açorianos no âmbito do processo europeu.

Depois há uma segunda questão, considero que é uma questão estratégica, que tem a ver com o facto de a vertente atlântica, no âmbito da União Europeia, está

cada vez mais desvalorizada. A saída da Grã-Bretanha vai acentuar este fenómeno. Nós temos países, como a Noruega e a Islândia, que não integram a União Europeia embora tenham acordos vários de associação e temos inclusivamente regiões que integram países da União Europeia, a Dinamarca no caso, nos exemplos que vou dar, como as ilhas Féroé ou Gronelândia que não entraram exatamente por questões relacionadas com exploração do mar.

E portanto há uma perspetiva, temos uma Europa cada vez mais continental e uma Europa com uma natureza atlântica cada vez mais diminuída, que a saída da Grã-Bretanha irá acentuar. Por isso, eu penso que seria fundamental que os Açores pudessem desenvolver uma estratégia de valorização da vertente atlântica e podemos fazer várias coisas, uma delas é aquela que eu tenho vindo a defender, que é a criação de uma grande euro-região atlântica.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Como sabem, existem várias regiões na Europa que se integram em projetos de cooperação, temos várias euro-regiões, inclusivamente, regiões portuguesas como o norte de Portugal e a Galiza, ou por exemplo também, a região que associa o Alentejo com a Andaluzia e o Algarve. E portanto, há vários exemplos de euro-regiões que valorizam estrategicamente as respetivas regiões e também permitem um financiamento mais adequado destas regiões em projetos comuns.

Eu considero que nós deveríamos desenvolver este conceito, que é um conceito que tem sido utilizado do ponto de vista continental, embora também existam euro-regiões mediterrânicas, e eu penso que nós deveríamos contribuir para a criação de uma grande euro-região atlântica que poderia surgir em contraponto e num contexto de desvalorização da União Europeia, portanto no âmbito da saída da Grã-Bretanha e portanto, substituir a saída da Grã-Bretanha valorizando a vertente atlântica que os Açores podem ter, juntamente com a

Madeira, as Canárias e também com a Associação de Cabo Verde (uma vez que Cabo Verde não integra a União Europeia).

Essa era uma das estratégias, outra estratégia que considero fundamental (outra linha de ação) é reforçar os vínculos com a América do Norte. Nós não somos única e exclusivamente uma região europeia, somos também...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Atlântica!

O Orador: ... por localização, pela presença e importância da nossa diáspora e pelos interesses económicos que temos na América do Norte, nomeadamente com os Estados Unidos e Canadá, nós deveríamos reforçar também uma outra vertente, que é a vertente do relacionamento com os Estados Unidos, com o Canadá, com a América do Norte. E aí, eu penso que, reforçaríamos também aquilo que nós somos. Somos uma região atlântico-europeia, mas somos também uma região que tem laços e vínculos muito importantes com a América do Norte. Essa também considero que era uma estratégia importante que os Açores deveriam desenvolver nos próximos tempos.

Depois dizer também que a outra questão é uma questão que evidentemente, nos ultrapassa, tem a ver também, mas que nós podemos dar um contributo importante, que é neste momento além dessa “continentalização” da União Europeia, dessa Europa Continental cada vez mais reforçada também e uma Europa Atlântica cada vez mais diminuída, nós temos uma outra perspetiva que está também a afetar, na minha perspetiva, os nossos interesses que é a construção e o reforço de uma Europa dos Estados e uma diminuição da importância da Europa das Regiões.

Esse reforço da Europa dos Estados tem a ver com alguns separatismos europeus, como por exemplo a Catalunha ou o País Basco que fazem com que os Estados diminuam cada vez mais a projeção dos poderes regionais na União Europeia e a nós interessa-nos, precisamente, o contrário, ou seja, o reforço dos mecanismos da Europa das Regiões, de projeção das regiões no âmbito da

União Europeia do processo de decisão da nossa integração no processo de decisão, e por isso esta vertente de reforço dos Estados, em contraponto à diminuição da projeção política das regiões, é algo que nós deveríamos tentar dar o nosso contributo, no âmbito de reforçar esta Europa de Regiões que é a Europa que eu me revejo também e não na Europa dos Super Estados e do diretório Franco Alemão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Depois, finalmente dizer-lhes também que em relação às políticas de curto prazo penso que existe uma convergência entre o Governo Regional dos Açores e várias forças políticas, nomeadamente no que diz respeito ao reforço do POSEI no pós 2020, no âmbito dos mecanismos que devem ser introduzidos na política agrícola comum ou na aposta na integração dos Açores nas Redes Transeuropeias, também aí, nessa matéria, nós convergimos com aquilo que tem sido anunciado e nessas políticas nós estamos a favor.

Muito Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional Berto Messias tem agora a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Cara e Caros Colegas:

Uma brevíssima intervenção, porque não posso deixar passar em claro as infelizes declarações do Sr. Deputado António Almeida no início da sua intervenção, relativamente ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas e portanto, não posso deixar de usar da palavra para informar a Câmara aquilo que, aliás, é público e portanto, se o Sr. Deputado António Almeida não sabe, deveria saber, o Sr. Secretário Regional da Agricultura não está presente neste debate porque esteve ontem em Bruxelas num conjunto de reuniões, quer com o Chefe da Unidade do POSEI, Bruno Chauvin, quer também em vários contatos

com o Gabinete do Comissário Europeu da Agricultura e Desenvolvimento Rural, um conjunto de contatos e uma deslocação que foi feita também em articulação e parceria com a Federação Agrícola dos Açores, cujo presidente esteve também a acompanhar o Sr. Secretário Regional da Agricultura nesses contatos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado António Almeida (PSD): Muito mau!

O Orador: E portanto, Sr. Deputado António Almeida permita-me sugerir-lhe que possa também evoluir no seu discurso e naquelas que são as suas afirmações recorrentes na área da agricultura.

E olhe que, por exemplo, acompanhe o exemplo do seu líder parlamentar, que também hoje evoluiu na apreciação que o PSD faz relativamente às questões europeias, quando afirmou daquela tribuna e cito: “Queremos que os Açores continuem a ser um “bom aluno” na aplicação dos fundos comunitários”, ou seja, o PSD hoje reconheceu, finalmente, que os Açores tem sido um “bom aluno” na aplicação dos fundos comunitários, e portanto, Sra. Presidente era esta clarificação que não podia deixar de fazer, depois das afirmações infelizes do Sr. Deputado António Almeida no início da sua intervenção.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente. Sra. e Srs. Membros do Governo:

Debater a Europa é sempre muito positivo no nosso Parlamento e por isso é bem vindo este debate sobre a Europa, numa altura em que sobretudo atravessamos um período de grande incerteza.

Não foi aqui falado, ou eu não estaria cá quando alguém falou nisso, mas é preciso não esquecer o Brexit e as consequências que o Brexit pode vir a ter no financiamento da União Europeia e sobretudo o que pode afetar as nossas regiões ultraperiféricas, que devem ser cada vez mais defendidas.

E o Sr. Deputado André Bradford, que cumprimento pela sua intervenção, queria-lhe só dizer uma coisa, V. Exa. disse: “A Europa também é aqui” e eu digo-lhe de uma outra maneira mais enfática: A Europa começa aqui. E é aqui que a Europa tem que começar e o CDS orgulha-se de ter apresentado uma candidatura e integrar a lista europeia às eleições europeias e portanto, ter também uma voz a defender os Açores e as suas políticas relativamente à Europa e a defender intransigentemente aquelas que são as regiões ultraperiféricas e particularmente os Açores. E portanto, é uma alternativa Sr. Deputado André Bradford que o CDS apresenta à sua votação. O CDS apresenta uma candidata numa lista nacional que é uma alternativa à candidatura que V. Exa., com todo o respeito, encabeça.

Devo dizer também que a dimensão social é um pilar fundamental do projeto europeu e por isso indispensável para uma união europeia mais justa e mais solidária. Aliás, com medidas que até o CDS tem apresentado neste Parlamento. É por isso que defendemos o reforço dos fundos europeus para a coesão social que permitam o investimento e mais e melhores políticas de apoio à natalidade, de consolidação da vida familiar com a vida profissional, do combate à pobreza fundamental e à exclusão social, bem como na proteção dos idosos.

Para o CDS a nossa Agricultura e as nossas Pescas têm de crescer e prosperar. Para nós, Sras. e Srs. Deputados, é indispensável olhar para uma questão que nos parece muito importante e que as pessoas ainda não tomaram como

verdadeiramente importante e com consequências imprevisíveis que nós temos que olhar, que são as alterações climáticas.

O CDS já apresentou nesta Casa, então quando era voz do Sr. Deputado Félix Rodrigues, e apresentamos aqui, nós CDS, um projeto de resolução nesse sentido e algumas das medidas foram executadas, mas infelizmente outras ainda não foram. E portanto, é prioritário que face ao risco de ocorrência de fenómenos naturais devido a essas alterações climáticas que podem afetar a segurança das nossas populações e dos nossos bens, tenhamos a capacidade de responder. E é por isso que consideramos absolutamente essencial que embora reconhecendo os progressos que foram feitos na Proteção Civil nos Açores e o progresso que se fez nessa matéria (em equipamentos, treino do pessoal, fez-se um avanço extraordinário nessa matéria), mas o CDS considera que face às calamidades que possam vir a existir, como tivemos infelizmente os fogos no ano passado no Continente, em que a ajuda europeia foi minúscula e falhou. Tivemos, em consequência desses fogos, seca aqui nos Açores, particularmente na ilha Terceira, e portanto é necessário ter uma Proteção Civil Regional, uma Proteção Civil Nacional, mas sobretudo uma Proteção Civil Europeia que dê resposta capaz de uma maneira muito própria a quem está sujeito a grandes calamidades, como é o caso da Região Autónoma dos Açores.

E portanto, os Srs. Deputados que forem eleitos e representarem os Açores e aqueles que são candidatos para esta Região devem, quanto a nós, defender uma Proteção Civil Europeia capaz de dar resposta às calamidades e sobretudo a uma Região como a nossa, tivemos vários exemplos, das cheias da seca, infelizmente na nossa Região e que é necessário que a União Europeia tenha uma reposta solidária e de subsidiariedade relativamente a esse aspeto da Proteção Civil Europeia. Fala-se pouco e o CDS quer por este tema na Agenda do debate europeu, os nossos deputados lá, defenderão essa questão e nós achamos que é absolutamente fundamental que se tenha isso em mente,

exatamente pelas alterações climáticas que cada vez mais estão na ordem do dia.

Gostaria também de dizer que para o CDS é preciso haver verdadeiras condições de transporte e de mobilidade, aliás já foi aqui referido. Nós vivemos numa região ultraperiférica e é preciso dizer que não somos apenas duas ilhas, somos uma região ultraperiférica que dista 600 km de uma ponta à outra, é muito mar entre nós e é preciso que tenhamos acessibilidades internas e externas, também garantidas pela subsidiariedade europeia que tanto necessitamos.

E tem sido um ponto de honra desta bancada e que no passado isto já foi de alguma maneira subsidiado e que também queremos pôr na ordem do dia como uma medida humanista que é a União Europeia financiar o transporte de doentes das ilhas...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ...sem hospital para as ilhas com hospital. É uma obrigação europeia também da coesão ter isto em mente.

Vou ter que terminar.

Por último, Sra. Presidente permita-me só mais esta frase, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Sr. Secretário Regional, que cumprimento devido também à sua intervenção que tem tido nessa matéria e que o colóquio que fez e que gostaria de aqui referir novamente, e onde também o CDS participou e deu os seus contributos: Eu queria dizer que a nossa economia, Sr. Presidente do Governo, tem que crescer e as nossas empresas têm que ter condições para serem competitivas, devemos ter em conta que o mercado europeu corresponde a mais de 500 milhões de clientes e é condição essencial para o emprego, para o crescimento e para o investimento e para a inovação na nossa Região. É por isso imprescindível que sejam dados aos nossos empresários a capacidade de estarem presentes no mercado europeu...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... para que as nossas empresas e o nosso emprego possam crescer, sobretudo o emprego jovem.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O CDS esgotou o seu tempo para este debate.

Tem então a palavra o Sr. Deputado José Contente.

Deputado José Contente (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente. Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria, até porque sei que a Sra. Deputada Graça Silveira não tem tempo, dizer-lhe com toda a simpatia que este não é um debate entre o Deputado José Contente e a Deputada Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Quem o iniciou foi o senhor!

O Orador: É um debate que, obviamente, ultrapassa isso. Agora, a sua intervenção e percebo que esteja num período muito sensível...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isso não é forma de se dirigir a uma Sra. Deputada! Um período sensível!

O Orador: ... de maneira que a palavra “destrutiva” deve ter causado algum incómodo em V. Exa. mas, o que nós queremos dizer é que o tom da sua intervenção, como se viu, foi radicalmente diferente do seu líder do partido e da bancada parlamentar...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Oh, Sra. Presidente! Períodos sensíveis, no seu interior ... há um limite!

O Orador: ... e até do Sr. Deputado Paulo Estevão e das outras intervenções que aqui foram feitas e portanto, deve haver aí um clima um pouco diferente e a nossa leitura política não a pode impedir de nós a fazermos.

De qualquer modo, queria-lhe dizer que face a obras, eu não estou aqui para fazer o “deve” e o “haver” das obras que estão feitas na Região Autónoma dos

Açores e portanto, não vou fazer enumerações de propostas porque teria que fazer era enumerações de obras feitas e naturalmente que isso orgulha o Partido Socialista, não por vaidade vã, mas pela utilidade que as infraestruturas têm na Região Autónoma dos Açores, que curiosamente V. Exa. e outros deputados, de vez em quando, não fazem outra coisa se não pedir obras e pedir mais infraestruturas em algumas dessas ilhas e muito bem, quando elas são necessárias. Portanto, não pode haver essa duplicidade de discurso.

Depois, deixe-me dizer outra coisa Sra. Deputada, parece que foi tão contrária à política assistencialista dos Açores e por outro lado esqueceu-se que a própria Europa da coesão é uma Europa que tende a dissipar disparidades e apoia, efetivamente, aqueles que são mais pobres e que precisam desse tipo de ajudas e portanto, há aí algumas contradições que eu penso que devem ser resolvidas no seu interior, mais do que na sua bancada, porque como já lhe disse há pouco, o discurso do seu líder foi muito mais construtivo.

Queria dizer também que o Governo e o Partido Socialista neste debate apresentou-se e continua a apresentar-se com uma estratégia, com propostas, recebendo também os contributos (como se viu há pouco), contributos interessantes, quer do Sr. Deputado Paulo Estevão, quer também do Sr. Deputado Artur Lima e isso sim, faz parte de uma atitude mais positiva perante uma Região que nós queremos ver vingar e construir e não perante um discurso que “tudo está mal”, “tudo existe com índices negativos”, “que os Açores continuam a ser os coitadinhos e os pobrezinhos”, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Quem é que disse isso?

O Orador: ... porque nem isso interessa à Europa e muito menos aos Açores.

Nós, pela nossa parte, e os açorianos têm retificado essa nossa posição, vamos continuar a ter esta atitude positiva e construtiva para o bem e para o futuro dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão que foi levantada por partidos da oposição, nomeadamente pelo Grupo Parlamentar do PSD relativamente aos resultados dos quadros comunitários, tem sido de alguma maneira diluída naquilo que são os argumentos utilizados pela bancada do Governo.

E há uma questão essencial que tem a ver com a convergência e os números aqui não falham, nós temos os indicadores publicados pelo SREA, em que de acordo com o SREA o pib *per capita* em paridade com o poder de compra, a Região entre 2000 e 2017 (são os últimos dados validados) estagnou.

Deputado André Bradford (PS): Oh, senhor, nós somos a região do país que mais convergiu!

O Orador: Nós partimos em 2000 do indicador 107,3 e estamos em 2017 (de acordo com o Eurostat) com 68%, ou seja, em dezoito anos ou dezassete anos, independentemente daquilo que foi o percurso do país e das outras regiões do país (e esse é o argumento que o PS tem utilizado) fomos a região do país que mais cresceu. Primeiro, não cresceu, não se aproximou nesse período e segundo, porventura há regiões que tiveram um resultado pior, mas essa é uma questão que é importante, não só não é uma questão política, é uma questão de avaliação porque quem não avaliou os resultados, não faz um diagnóstico, não perspectiva para o futuro de uma forma séria.

E é bom não esquecer que no âmbito das regiões ultraperiféricas, no quadro comunitário de 2014-2020 a Região dos Açores, no conjunto de todas as regiões ultraperiféricas que já foram mencionadas pelo Sr. Secretário, a Região com 5% da população teve 18% dos fundos comunitários. E portanto, há aqui uma disparidade que é bom para a Região que tenha sido assim, mas é mau que os

resultados não tenham correspondido àquilo que foi a afetação de recursos e essa questão é essencial e é importante que se faça essa avaliação e o Partido Socialista recusa essa avaliação.

O Sr. Deputado José Contente falou que a aproximação tinha sido 6%. Gostaria que dissesse que indicador é que utilizou e para que períodos, falou de 2000 até 2015, qual foi o indicador que utilizou, que nós não encontramos esse indicador em lado nenhum?

Muito obrigado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este é, provavelmente, dos assuntos mais importantes que o Partido Socialista trouxe a esta Câmara nos últimos anos. É um assunto que diz muito respeito ou que tem uma importância sobre maior, quer em relação àquilo que será o futuro e as orientações estratégicas que a Região Autónoma deverá seguir nos próximos anos, como também para o país e para a Europa.

Nós procuramos, quando trouxemos este debate a esta Assembleia, sabíamos que inevitavelmente teríamos que discutir o passado e temos orgulho do passado de governação do Partido Socialista. Basta ver que a agência para o desenvolvimento e para a coesão refere que o comportamento singular da Região Autónoma dos Açores, sendo a única região portuguesa a convergir positivamente desde o início do século.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Basta ver o que diz esta agência sobre a Região Autónoma, como aquela que apresenta uma eficiência produtiva mais próxima da média europeia,

comparativamente com as restantes NUTS II, são aquela Região que apresenta um índice de poder de compra que converge com a União Europeia, ao contrário do que aconteceu com as outras regiões, são aquela região que pode ser considerada como um “bom aluno” de aplicação de fundos, se dúvidas houvesse, maior isenção nesta afirmação foi aquela que foi realizada pelo próprio líder parlamentar do PSD e por comissários europeus ou até diretores da Comissão Europeia.

E portanto, sobre o passado, Sras. e Srs. Deputados, o Partido Socialista tem orgulho no trabalho que o Governo realizou. Sabemos que, naturalmente, poderia haver áreas onde poderíamos ter feito melhor, é assim, temos esta humildade, mas estamos satisfeitos com a convergência que a Região tem tido a nível nacional e europeu.

Isto é indesmentível, mas também o trabalho do Partido Socialista neste Parlamento e do Governo foi discutir que estratégia é que deve ser implementada no futuro. Nós tivemos uma discussão de um documento orientador sobre a posição dos Açores junto do Governo da República e junto da União Europeia em matéria de estratégia pós 2020.

Porque isso é importante, que este Parlamento se manifeste em termos de estratégia em relação ao futuro. É importante que os partidos políticos tenham peso junto da República, junto do Parlamento Europeu, junto da Comissão Europeia.

Aliás, há pouco, dizia numa declaração infeliz o Sr. Deputado António Almeida: “O Secretário Regional não está aqui presente.”

Pois bem, o Secretário Regional está junto da União Europeia, a discutir e a defender os Açores na Europa.

Deputado António Almeida (PSD): Sim senhor!

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: ... Que é algo, que infelizmente, os srs. nos próximos cinco anos não poderão fazer.

Mas também é a verdade que isto releva o peso que a República dá e que os partidos políticos a nível nacional dão às autonomias.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Nós temos orgulho de termos um Governo da República que ouviu as pretensões do Governo Regional, que ouviu as pretensões do Partido Socialista e que não nos considerou apenas por “pesarmos” 12.000 ou 20.000 votos no dia das eleições.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Nós temos o orgulho do papel que o Governo da República, que o país dá à Região Autónoma dos Açores como algo que acrescenta, como algo que complementa o país, como algo que dá mais força a Portugal. Este é um orgulho que nós temos do Governo da República e porque não dizê-lo, do Partido Socialista a nível nacional.

Por isso, porque afirmamos também aqui a nossa autonomia nesta matéria e porque a queremos valorizar trouxemos a este debate aqui para que o PSD também possa ter um local, ou mais um local, onde possa apresentar quais são as suas prioridades em relação ao futuro.

É este, também aqui, o papel porque nós temos a consciência de que o lugar do Partido Social Democrata no Parlamento Europeu era fundamental para valorizar os Açores.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Porque esta é aquela eleição onde dois candidatos não são um contra o outro, são dois candidatos pelos Açores com representação no Parlamento Europeu e por isso esta discussão era importante ser tida e está a ser tida da parte do Partido Socialista porque queremos trabalhar para que a

Região Autónoma dos Açores possa, num futuro próximo, ter uma defesa acérrima dos seus interesses.

Este é o nosso compromisso e é isso que nós iremos implementar no futuro.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós estávamos aqui serenamente a ter um debate elevado e a contribuir todos, apesar de ter sido o Partido Socialista a dar esta oportunidade, como diz o seu líder parlamentar, e estávamos aqui a assistir serenamente ao Brexit, que também podemos dizer que é exatamente isto, quando de facto não podia deixar passar... Brexit... em claro as referências político-partidárias que acabaram de ser proferidas.

Deputado Francisco César (PS): Apenas a citei!

A Oradora: E apenas lembrar também ao Sr. Deputado José Contente que gosta muito de aulas de história, que em 1994 o Partido Socialista rejeitou um lugar não elegível na lista do PS nacional. Tanto rejeitou que fez-se representar por Torres Couto que veio à pressa até comprar uma casa aos Açores e o sr. deve-se lembrar disso muito melhor do que eu.

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

A Oradora: Mas, apenas dizer uma coisa, não se iluda o Partido Socialista por em 2019 o PSD não ter conseguido um lugar elegível na lista nacional de

deputados à Europa, porque não o teve em 1994, em 1996 os srs. ganharam as eleições regionais e é só ter mais um bocadinho de paciência para a história se repetir exatamente da mesma maneira.

Muito obrigada.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José Contente tem a palavra.

Deputado José Contente (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente. Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu recordo-me um pouco do Bertolt Brecht que dizia que “o rio que comprime as margens é tão violento como as margens que o comprimem” e parece que não se sabe quem é que está a comprimir o rio, mas o rio de certeza que está a comprimir as margens.

O que eu sei é que, em matéria de história, o Partido Socialista não teve essa história que contou, ela não está bem contada. Mas já que quis falar em história eu o que me lembro também, infelizmente, é daquilo que aconteceu com a Dra. Manuela Ferreira Leite que anunciou que nós eramos e tínhamos um candidato muito bem colocado, preterindo o ex-líder do PSD Duarte Freitas, e o que se veio a verificar mais recentemente foi que até nessa altura ficámos atrás da Madeira com a Sra. Deputada Patrão Neves.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Ah, 96 já não lhe interessa!

O Orador: Portanto, já que quer falar de história vá-se lembrando dessas suas “más histórias” que são recorrentes no Partido Social Democrata.

Deputado Francisco César (PS): A senhora também não disse muito!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos anunciar os tempos restantes para o debate continuar à tarde.

Sr. Secretário da Mesa.

É uma hora, é a hora que geralmente fazemos o intervalo para o almoço. Por isso é que eu lhe perguntei se era uma inscrição, se fosse uma interpelação dar-lhe-ia, naturalmente, a palavra.

Secretário: Ora, o Governo Regional dispõe de 17 minutos e 10 segundos; o PS de 5 minutos e 16 segundos; o PSD de 1 minuto e 45 segundos; o CDS esgotou o seu tempo; o Bloco de Esquerda de 1 minuto e 7 segundos; o PCP de 1 minuto e 38 segundos e o PPM de 1 minuto e 27 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Regressamos então às 15 horas.

Eram 13 horas.

Eram 15 horas e 09 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados peço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

O Sr. Deputado Luís Maurício prescindiu pelo que a Mesa, de momento, não tem inscrições.

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver.

Sendo assim, pergunto se o Sr. Secretário Regional quer usar da palavra para fazer um encerramento pelo Governo.

Tem a palavra Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas

(Rui Bettencourt): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Cara e Caros Colegas:

Gostaria de deixar aqui algumas notas sobre o que aconteceu hoje neste debate.

Nós debatemos, como foi aqui referido, algo extremamente importante porque diz respeito ao nosso futuro, ao futuro dos Açores e ao futuro das açorianas e açorianos.

É verdade que um quadro financeiro é um quadro financeiro, mas por trás desse quadro financeiro há uma série de estratégias de desenvolvimento que foram aqui levantadas, debatidas e que devem ser aprofundadas, continuar a ser debatidas e continuar a ser colocadas para discussão e para construção deste quadro financeiro 2021-2027.

Evidentemente, nós vimos também aqui quão importante a Europa é para os Açores e é necessário nós realçarmos e insistirmos nesse aspeto, nós vimos e pudemos verificar, em cada uma das nossas ilhas que há obra Açoriana com financiamento comunitário e portanto, a Europa está presente nos centros de saúde, nos hospitais, nas escolas, nas nossas estruturas, também de funcionamento da nossa economia. E é necessário que haja uma tomada de consciência das açorianas e dos açorianos para isto, é necessário nós vermos que a Europa é importante nos Açores e que os Açores são importantes na Europa. É necessário que nós tomemos consciência da nossa importância, do nosso lugar, do papel que temos a desempenhar nesta Europa que está, em muitos aspetos, a ser repensada, modernizada, enfim, é necessário que tudo isto seja uma tomada de consciência saudável para os Açores e para os Açorianos.

Em todo o caso gostaria, por último, de salientar que esperamos que este debate faça realmente esta tomada de consciência, faça com que os açorianos e açorianas tomem consciência e possam mobilizar-se com entusiasmo porque o objetivo aqui deve ser não replicar alguns aspetos de pessimismo que percorre a

União Europeia, mas de introduzirmos entusiasmo nesta União Europeia de que os Açores fazem parte e de que os Açores são uma parte muito proativa.

Obrigado!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

E agora para encerrar o debate em nome do PS tem a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa do Partido Socialista tinha, como tive oportunidade de dizer na intervenção inicial, como propósito suscitar um debate sobre as questões da atualidade da União Europeia e fazer com que isso funcionasse como um fator de agregação, de união e de consolidação de uma voz açoriana sobre estas matérias porque se ela for partilhada, se ela se fundar naquilo que cada um de nós pensa e defende sobre estas questões, ela será de certeza mais forte, mais capaz, mais eficaz neste quadro de negociações que se atravessa a nível europeu e que será da responsabilidade do próximo Parlamento Europeu eleito a 26 de maio.

O PS, sobre isso, não tem muitas dúvidas, está pronto, disponível, desejoso de ser a voz dos Açores na Europa nos próximos cinco anos. Consciente da enorme responsabilidade que é sê-lo e ao arrepio do que vinha sendo tradição dos últimos 25 anos, sê-lo sozinho. Mas, fará com todo o seu empenho, todas as capacidades que tiver, todos os recursos que conseguir usar para fazer valer aquilo que nos preocupa, aquilo a que nós aspiramos, aquilo que são os nossos desejos e as nossas necessidades no que diz respeito à ligação da Região ao processo de construção europeia.

Assistimos aqui, da parte da oposição, a contributos de grande valia, intervenções centradas, algumas, na questão fundamental da participação eleitoral, nós temos de facto um problema de participação eleitoral nas eleições europeias, nós todos temos esse problema, afeta todos os partidos, os que tem candidatos em lugar elegível, os que têm candidatos em lugar não elegível e os que não têm candidatos. Portanto, a responsabilidade de fazer com que isso não aconteça outra vez ao nível do que aconteceu há cinco anos, é de todos, também daqueles que não têm candidato

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Nós assistimos também aqui a contributos interessantes, alguns dos quais nós somos capazes de acompanhar e concordar, outros nem tanto, mas em matérias específicas e em áreas que são da nossa maior preocupação, uma vez que são aquelas que nos aproximam do que é decidido em Bruxelas.

Sr. Deputado António Almeida, por exemplo, que corre um pouco por fora do tom da bancada, levantou aqui uma série de questões de grande interesse, de grande atualidade, sobre o que pode ser o futuro da política agrícola comum. Pena é que o resto da bancada não tenha feito o mesmo noutras áreas que seria importante nós debatermos e sabermos qual é a posição do grupo parlamentar do PSD e do PSD enquanto partido, por exemplo teria sido importante ouvir da bancada do PSD um apelo à participação eleitoral, teria sido importante debater convosco medidas que aproximassem os açorianos das eleições do próximo dia 26 de maio, teria sido mais importante do que estarmos a discutir se há 25 anos nós tínhamos um candidato ou não tínhamos um candidato, se isso é relevante ou não é relevante.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os senhores é que foram por aí!

O Orador: Nós não temos dúvida nenhuma sobre a importância que seria para a Região Autónoma dos Açores haver um deputado indicado pelo PSD Açores no maior grupo político do Parlamento Europeu. Nós não temos dúvida

nenhuma que isso seria bom para os Açores, facilitaria aquilo que nós temos que fazer nos próximos cinco anos, os processos em que estaremos envolvidos a nível negocial, a defesa que temos que fazer dos nossos interesses.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é que é falar!

O Orador: Não temos dúvida nenhuma! Preocupa-nos que não seja possível, lamentamos que não seja possível.

Cabe-nos o papel de sermos os únicos? Pois, seremos com toda a abertura, toda a disponibilidade, toda a vontade de dialogar com os parceiros sociais, com aqueles que representam os setores de atividade nos Açores e com aqueles que tem posições políticas diferentes das nossas.

Portanto, podem contar connosco para fazer a defesa mais abrangente que formos capazes de fazer, em nome dos interesses dos açorianos.

Muito obrigado!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerramos assim o ponto 1 da nossa Agenda.

Conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes o ponto 2 e 3 da Agenda serão debatidos, respetivamente, nas manhãs de quarta e quinta-feira.

Sendo assim avançamos para o **Ponto 4 – Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 33/XI – “Programa Casa Renovada, Casa Habitada”**.

Os tempos são os que habitualmente utilizamos no processo legislativo comum e tem então agora a palavra a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

(*) Secretária Regional da Solidariedade Social: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Decorridos dezassete anos da definição do regime jurídico da concessão dos apoios financeiros a obras de reabilitação em habitações degradadas urge inovar e fazer face aos novos desafios que se colocam às famílias e à Administração Pública Regional, nomeadamente por força do impacto que a atual conjuntura social e económica tem provocado no mercado de arrendamento.

É com esse propósito que o Governo dos Açores apresenta a esta Assembleia esta proposta de Decreto Legislativo Regional, o programa Casa Renovada, Casa Habitada, uma iniciativa para estabelecer o regime jurídico de concessão dos apoios financeiros a obras de reabilitação, reparação e beneficiação de edifícios ou frações para habitação própria permanente ou para arrendamento.

Este regime aplica-se às operações de reabilitação em edifícios ou frações nos quais se justifique uma intervenção destinada a conferir características adequadas, de desempenho, de segurança funcional e construtiva, em virtude da sua degradação, designadamente no que se refere às condições de segurança e salubridade.

O diploma consiste na criação de duas modalidades de apoio à recuperação da habitação degradada, nomeadamente o Renovar para Arrendar e o Renovar para Habitar e tem como objetivo assegurar a reabilitação dos edifícios com afetação de habitação, que se encontram degradados funcionalmente ou funcionalmente inadequados; desenvolver novas soluções de acesso a uma habitação condigna; recuperar os espaços habitacionais funcionalmente obsoletos promovendo o seu potencial de atração de populações aos centros urbanos desertificados; fomentar a adoção de critérios de eficiência energética, de eficiência material e de respeito pelo património construído.

Assim, a modalidade Renovar para Habitar consiste na reabilitação da habitação própria permanente e reveste a forma de subsídio reembolsável e não reembolsável, às famílias cuja situação socioeconómica não lhes permita proceder às intervenções necessárias à sua recuperação.

Nesta modalidade passa a ser assegurado um apoio a 100%, sendo que, os candidatos com melhores condições económicas terão de reembolsar à Região uma parte do apoio. Este reembolso será feito em prestações mensais que serão calculadas tendo em conta as despesas que os agregados já têm com a habitação candidatada e corresponderá, até um máximo, de 30% total do valor das obras assegurando taxas de esforço suportáveis.

A comparticipação financeira prevista neste proposta poderá ser majorada nos casos em que o agregado familiar do candidato integre pessoas com deficiência, idosos ou três ou mais descendentes, assim como, nos casos de habitações sitas nas ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo.

Este diploma prevê, tal como na legislação atual em vigor, a possibilidade de celebrar acordos de colaboração com as autarquias locais, bem como protocolos com instituições particulares de solidariedade social ou outras pessoas coletivas de utilidade pública administrativa que prossigam fins sociais.

Por sua vez, a possibilidade de conceder o apoio financeiro à reabilitação de habitação para arrendamento, designado Renovar para Arrendar, assegura a concessão de apoio financeiro para obras de reconversão de imóveis devolutos em imóveis com condições para integrar o mercado de arrendamento.

Esta modalidade garante um apoio a 100% do orçamento da intervenção e reveste a forma de subsídio reembolsável sem juros. Destina-se a pessoas singulares, mas também IPSS's e pessoas coletivas de utilidade pública que prossigam fins sociais, que comprovadamente não tenham condições de reabilitar os edifícios com recursos a capitais próprios, bancos ou outros meios de financiamento.

Este apoio será efetuado através do financiamento à reabilitação e recuperação de imóveis desocupados em que os seus proprietários não tenham condições de os reabilitar. O imóvel recuperado será usado pela Região para arrendamento de longa duração durante o período necessário para o reembolso total do apoio.

Pretende-se assim tornar mais abrangente o regime de reabilitação habitacional, apoiando não só os prédios afetos à habitação permanente, mas também os prédios com afetação de habitação devolutos, cujos proprietários não tenham condições de os reabilitar com os produtos disponíveis no mercado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Os apoios que atribuímos à habitação degradada são apenas uma componente da nossa política para esta área, que inclui vários outros programas, como o apoio à aquisição e à construção, o incentivo ao arrendamento, a recuperação de casas afetadas por térmitas, o realojamento para situações de grave carência habitacional.

Na legislatura de 2012/2016 foram investidos quase 50 milhões de euros no setor da habitação, traduzidos em apoios diretos a cerca de 4000 famílias, pela via do realojamento em regime de arrendamento apoiado, regime de arrendamento com opção de compra e na reabilitação e requalificação do edificado habitacional disperso pelas nove ilhas dos Açores.

Na atual legislatura e até março de 2019 o Governo dos Açores já apoiou quase 3600 famílias, num investimento total que se traduz em mais de 29 milhões de euros nos vários regimes existentes.

Sras. e Srs. Deputados:

Esta proposta é, se me permitem, mais um bom exemplo da estratégia levada a cabo por este Governo para responder eficientemente às necessidades habitacionais dos açorianos e açorianas, proporcionando o acesso a uma habitação condigna, adequada e a custos suportáveis, promovendo simultaneamente a reabilitação do parque habitacional degradado e a requalificação do ambiente urbano.

Esperamos por isto, que este programa seja encarado como uma medida política que visa garantir respostas melhor adaptadas aos desafios do nosso território

com o propósito de chegar ainda a mais famílias garantindo condições condignas às habitações próprias e proporcionando mais respostas no mercado de arrendamento.

No fundo, o Governo Regional renova por esta via o compromisso que firmou com os açorianos, de promover políticas habitacionais dirigidas à boa gestão dos recursos públicos que lhe estão confiados, à integração social das famílias e à consolidação da qualidade funcional das habitações, reforçando assim a coesão territorial e social

Estamos certos que esta proposta se traduzirá numa melhor resposta às reais necessidades habitacionais das famílias açorianas, na medida em que lhes proporcionará o acesso a uma habitação condigna, adequada e a custos suportáveis.

Assim como, dão um novo impulso ao mercado de arrendamento por promover a reabilitação do parque degradado e a requalificação do ambiente urbano.

Obrigada!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

(*) Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O direito à habitação é um dos pilares da social democracia que o PSD sempre defendeu.

As políticas de habitação são uma ferramenta essencial ao desenvolvimento sustentado das nossas ilhas e que pode favorecer a inclusão.

Políticas de habitação que promovam a recuperação do edificado favorecendo a melhoria das condições de habitabilidade das famílias e a oferta aos jovens de novos desafios de vida são fundamentais para a melhoria do quadro demográfico das nove ilhas dos Açores, tal qual as conhecemos.

O diploma agora apresentado apresenta duas linhas principais de intenção: o apoio à recuperação de habitações (para habitação permanente) e o apoio à recuperação de habitações (para colocação no mercado de arrendamento). Tendo as famílias como preocupação principal, o PSD Açores irá associar-se a esta proposta.

Defendemos a recuperação do edificado, também o urbano, seja através de criação de programas, seja através da criação de instrumentos financeiros que visem a reabilitação.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Vivemos em nove ilhas com diferentes realidades e estamos longe, talvez cada vez mais longe, de conseguir um desenvolvimento harmónico...

Deputado André Bradford (PS): Olhe que não!

O Orador: ...um equilíbrio demográfico também na área habitacional em todas as ilhas dos Açores e isso preocupa-nos.

Os dados disponíveis revelam que em ilhas como São Miguel e Terceira o problema apresenta-se pela não existência de habitação disponível conjugado com o nível de pobreza das famílias, enquanto nas restantes ilhas do arquipélago os problemas habitacionais passam, principalmente, pelas carências económicas, que não permitem às famílias libertar verbas para a reabilitação e recuperação das suas habitações.

A pobreza existe nos Açores e revela-se também nas necessidades habitacionais das famílias.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Vamos falar do diploma, Sr. Deputado!

O Orador: Um dos documentos que melhor representa esta realidade dá pelo nome de estratégia regional de combate à pobreza e exclusão social e inclui um capítulo dedicado à habitação.

É tempo de julgar mais de vinte anos de políticas socialistas e de implementação de vários programas no acesso à habitação condigna.

São sete as medidas em vigor e muitos os milhões vindos de Bruxelas para correção de assimetrias, mas a análise leva-nos à mesma conclusão, muito insucesso.

Além dos programas de iniciativa do Governo, também existiu a SPRHI, agora extinta, e que o Governo Regional sempre defendeu como um importante instrumento para a execução das políticas na área da habitação.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Vamos falar do programa!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O programa agora apresentado apresenta virtudes, mas também algumas fragilidades.

Em nosso entender, dá pouca atenção aos problemas dos jovens em relação à habitação. E é por isso mesmo que consideramos importante criar regras que levem à majoração dos apoios aos casais jovens.

Em relação aos jovens não podemos deixar de fazer eco da instabilidade profissional dos jovens e todas as suas consequências perante a necessidade de assumir compromissos perante os diversos produtos financeiros que lhes permitam a aquisição de habitação própria. Por outro lado, consideramos que os vínculos de compromisso perante os apoios que na proposta que nos é apresentada com dez anos, ou seja, duplicando em relação à legislação agora revogada, que poderão levar a situações contra a liberdade e opção de vida e ter implicações financeiras bruscas, até irresolúveis. Propomos, por essa razão, a manutenção dos cinco anos de compromisso.

Reconhecemos a necessidade da existência de decretos regulamentares regionais complementares, mas este modelo, neste diploma em concreto, reduz em muitos pontos a proposta ao mero documento de intenções, retirando à Assembleia muito do objeto prático de aplicação da proposta agora apresentada. É importante deixar aqui uma reflexão: estamos perante uma proposta que visa recuperar parque habitacional e colocá-lo ao dispor da população que reúna os critérios de necessidade. O Governo apoia a recuperação das habitações para colocar ao dispor do mercado de arrendamento, mas pode ser o mesmo Governo forçado a pagar a renda.

Ora, é possível, é necessário, mas não deixa de ser curioso o encadeamento de dependência de ações sociais públicas apenas para assegurar o mínimo, o direito à habitação condigna.

A necessidade de mais ações e iniciativas na área da habitação tem nos levado também à interpretação do insucesso das políticas de desenvolvimento económico e deveria levar o Governo a alguma contenção e recato perante as vítimas, as famílias que não deram o salto.

Estamos ao lado da proposta apresentada, ...

Deputado André Bradford (PS): Estão ao lado, mas falam mal!

O Orador: ... mas não vamos de forma nenhuma pactuar com atos eleitoralistas.

Tenho dito!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado

Sr. Deputado Paulo Mendes tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

A proposta que aqui o Governo Regional nos traz, hoje, a esta Casa e depois de ter passado por uma apreciação, até bastante aturada, desta iniciativa em sede de comissão, permite-nos concluir que estamos perante uma proposta, que dada a sua natureza, apresenta uma ambição bastante larga...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ambiciosa!

O Orador: ... bastante ambiciosa, isso mesmo, Sra. Deputada! (risos). E propõe até como já foi aqui dito, até pela sra. Secretária, duas soluções traduzidas em duas modalidades, sendo que, tentam responder àqueles que são dois objetivos: o primeiro desses objetivos, que é um objetivo transversal às duas modalidades, visa, essencialmente, incentivar a reabilitação do edificado degradado e devoluto na Região e esse é um objetivo que todos nós nesta Casa, penso eu, estão solidários com esse objetivo e também procuramos cumprir esse mesmo objetivo.

O segundo objetivo, esse sim está mais associado à segunda modalidade que procura, digamos que, incentivar o arrendamento e mais do que incentivar o arrendamento, de acordo com as palavras da Sra. Secretária aquando da primeira apresentação pública desta proposta, até nem foi em sede de comissão, antes disso através dos meios de comunicação social, mas até mesmo em sede de comissão a Sra. Secretária começou por aí, começou por dizer que esta proposta tem também como principal objetivo fazer face àquela que tem sido uma distorção do mercado do arrendamento por via da pressão desse mesmo mercado feito pela oferta de alojamento turístico, mais especificamente o alojamento local.

E portanto, face ao mercado desvirtuado, desregulado, virado para a habitação, marcado até historicamente por uma fraca cultura e incentivo ao arrendamento, agora mais agravado por um mercado de alojamento turístico que acaba por

influenciar, e muito, a oferta disponível de habitação para arrendamento e acaba também, claro, por influenciar aqueles que são os valores das rendas, hoje em dia, praticados também na Região.

Ora, e tendo em conta esses dois objetivos parece-nos que existem, pelo menos, dois aspetos importantes que não nos parecem devidamente acautelados nesta proposta, apesar de, assumirmos desde já que o nosso grupo parlamentar irá votar favoravelmente esta mesma proposta. Mas esses dois aspetos importantes, que na nossa perspetiva, estão omissos e que seria importante que estivessem mais clarificados e que no primeiro caso não dependessem da publicação de decreto regulamentar, o primeiro tem a ver com os valores máximos de financiamento para reabilitação dependessem de uma posterior regulamentação, algo que será determinante para perceber até que ponto é que este sistema será determinante para incentivar a reabilitação do edificado para todas as nove ilhas dos Açores e deixa para regulamentação e mais concretamente, no que diz respeito ao número seis do artigo 15º e a alínea b) do número três do artigo 24º que deixa, digamos, este limite máximo para futura regulamentação e por isso mesmo nós não sabemos muito bem qual poderá ser o verdadeiro alcance desta proposta.

É verdade que podemos ter alguns indícios, há um primeiro indício, que eu penso que a Sra. Secretária nem referiu em sede de comissão, mas referiu em publicamente que este sistema contará, só em 2019, com uma verba de nove milhões de euros para ser aplicada em toda a Região. Não sei se poderá confirmar essa informação, que transmitiu publicamente, mas por esta verba ficamos com uma ideia que este programa tem todo um potencial para mudar um pouco aquele que é o cenário, neste momento, da habitação devoluta e degradada na Região.

Mas também, por outro lado, parece-nos que o período de reembolso limitado em dez anos poderá também indiciar que este programa poderá não ser assim

tão aliciante para quem procura reabilitar porque se estiver limitado a dez anos e se esses dez anos correspondem de facto, ao tal período, também, de reembolso que será feito através da cobrança da “tal” renda, sobre um critério de renda condicionada, parece-nos que poderá ser pouco (este período de tempo) para reembolsar a Região, daquela que foi a despesa realizada.

E sendo assim, tudo nos leva a crer que aquele que será o limite máximo poderá não ser assim tão aliciante para fazer face a despesas de reabilitação.

Depois, o segundo aspeto importante e que para nós acaba por desvirtuar parte deste sistema, principalmente no que diz respeito à segunda modalidade – o incentivo ao arrendamento – é quando nos deparamos com uma certa incoerência na forma como este sistema foi apresentado. Primeiro como um incentivo ao arrendamento, é verdade, mais do que um incentivo ao arrendamento seria uma forma de contribuir para que o mercado de arrendamento pudesse oferecer, não só preços mais condizentes com aquele que é o poder de compra e o poder económico das famílias açorianas, mas também aumentar a oferta de casas para arrendamento.

E parece-nos que isso não será cumprido. E não será cumprido porquê? Porque eu tive a ocasião de perguntar em sede de comissão à Sra. Secretária, estas casas depois de reabilitadas e ficarem inseridas naquele que é a segunda modalidade deste programa que é de arrendamento após reabilitação, qual será o destino destas casas? Será que serão integradas no mercado de arrendamento normal? Não, pelo que a Sra. Secretária nos transmitiu, estas casas serão integradas naquele que é o programa que atualmente está em vigor – Programa Famílias com Futuro –, que não é mais do que a comparticipação de rendas.

Ora, tudo indica então que esta comparticipação na renda e não colocando estas casas no mercado de arrendamento normal, tal e qual como ele existe para todas as famílias, independentemente dos seus rendimentos, não irá contribuir para que o mercado consiga dar resposta à procura de famílias que procuram uma

casa com uma renda comportável para aquela que é a sua disponibilidade económica e logo o contributo poderá ser muito reduzido no que diz respeito a esse sistema para que se discipline aquele que é o mercado de arrendamento na Região.

A prática de rendas condicionadas, tal e qual como está previsto neste sistema, parece-nos que poderia ser um bom princípio para influenciar o mercado de arrendamento porque uma renda condicionada é tendencialmente uma renda mais baixa do que aquela que é a média praticada pelo mercado, mas a partir da altura em que se cruza isso com a integração destas casas no programa Famílias com Futuro, parece-nos que afinal de contas a Região não quer, não está para aí virada, não está sequer interessada em interferir naquele que é o mercado de arrendamento e isso era necessário. Aliás, digo mais do que necessário, é urgente neste momento na Região haver uma interferência direta do poder público naquele que é o mercado de arrendamento porque a oferta é escassa e os valores das rendas são demasiado elevados para aquele que é o poder de compra das famílias açorianas. Ora, e se há ideia, por parte do Governo Regional, que a comparticipação de rendas é um contributo para disciplinar o mercado de arrendamento, bem parece-me que a prática a que temos assistido até hoje (a prática histórica do programa Famílias com Futuro) deveria ser suficiente para que o mercado de arrendamento neste momento na Região praticasse outros preços, o que não corresponde à realidade.

E portanto, parece-nos que, por exemplo, aquele anúncio que foi feito no final do ano passado de que 1600 famílias iriam usufruir do programa Famílias com Futuro durante o ano de 2019 e anos posteriores, deveria ser fator mais do que suficiente para fazer baixar aqueles que são os preços médios praticados no mercado de arrendamento, coisa que não corresponde e está longe de corresponder à realidade.

E aliás, se quisermos ter uma prova disso mesmo, uma prova no terreno basta lembrar aquilo que aconteceu há coisa de um ano na Praia da Vitória quando algumas das famílias desalojadas no Bairro de Santa Rita receberam um apoio à renda (e ainda bem que assim foi, que receberam esse apoio) da Câmara Municipal para poderem arrendar uma casa no concelho.

Ora, o que aconteceu e segundo informação que eu recebi, eu penso que é uma informação que até foi partilhada publicamente, o que aconteceu de imediato foi que estas famílias depararam-se, não só com o mercado de arrendamento na ilha Terceira e mais concretamente no concelho da Praia da Vitória, com uma oferta muito reduzida, mas além de ser muito reduzida e dos preços praticados serem elevados ainda foram mais elevados a partir da altura em que o mercado tomou conhecimento que estas famílias teriam, digamos que, o apoio à renda. Portanto, a tendência que há no mercado de arrendamento é, sempre que há uma comparticipação da renda, o mercado reflete essa comparticipação nos preços, aumentando-os. E portanto, em vez da comparticipação da renda contribuir para uma redução daquele que é o preço médio das rendas praticadas no mercado, acaba por ter um efeito exatamente contrário.

E portanto, julgamos que a proposta que aqui nos é apresentada peca por deixar alguns aspetos importantes para futura regulamentação, é verdade, mas mais importante do que isso é que se perde todo um potencial nesta proposta para atuar sobre o mercado de arrendamento e isso parece-nos que estará longe de vir a ser cumprido se esta proposta vier a ser aprovada.

Obrigado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Jorge Paiva.

(*) **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O direito à habitação é uma conquista dos Estados de direito democrático e constituem um direito fundamental social de todos.

A função social e solidária da habitação e o seu interesse geral e público tem de estar no centro das políticas públicas de forma a garantir a habitabilidade para todos.

Nos Açores, ainda hoje, são muitas as famílias que se deparam com enormes dificuldades em reabilitar as suas casas por incapacidade financeira, pois muitos são os açorianos que mesmo trabalhando não tem capacidade financeira para assegurarem os investimentos necessários para a reabilitação das suas habitações.

Neste sentido, o conjunto de propostas aqui apresentadas visam assegurar uma melhoria ao apoio para a reabilitação de imóveis e proporcionar uma habitação condigna a famílias em habitação degradada.

Esta proposta vai permitir uma recuperação do edificado urbano, garantindo também o acesso à habitação aos que não tem resposta por via do mercado do arrendamento.

Todavia, é fundamental que ao contrário do que até aqui tem acontecido em algumas ilhas, a análise dos processos sejam submetidos e atribuição dos respetivos apoios seja célere, devendo também ser alvo de uma fiscalização atenta e próxima para evitar abusos e garantir que os processos e a execução sejam realizados de forma correta.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem agora a palavra.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Falar sobre o financiamento da habitação nos Açores é falar sobre um tema muito caro a todos os açorianos. Faço notar que caro, é caro mesmo no sentido literal.

De facto, o direito constitucionalmente consagrado a uma habitação condigna para todos, está consignado pelos interesses dominantes. A habitação ao invés de ser um direito social, tornou-se num chorudo negócio para os poderosos e num grave problema para os que menos têm.

A habitação é um bem essencial para a satisfação de uma necessidade absolutamente básica, portanto um bem socialmente estratégico, o que releva um lucro na sua produção e venda e não o destino do bem, ou seja, o ser usado por quem necessita de habitação. Tanto assim é, que a Constituição afirma (no artigo 65º, ponto 2), que, " ... Para assegurar o direito à habitação incumbe ao Estado:

- a) Programar e executar uma política de habitação [...]
- b) Promover, em colaboração com as Regiões autónomas e as autarquias locais, a construção de habitações económicas e sociais.
- c) Estimular a construção privada, com subordinação ao interesse geral [...]"

O programa casa renovada, casa habitada não deixa de ser um avanço na clarificação dos apoios disponíveis pelo Governo. O PCP considera que as políticas de habitação e realojamento necessitam de ser aprofundadas e alteradas. As soluções que têm sido adotadas demonstram, pelos problemas sociais e de desenraizamento que advém da concentração em "bairros", onde são despejadas famílias e depois abandonadas à sua sorte, que têm de ser repensadas, sob pena de se continuarem a concentrar problemas sociais, ao invés de os resolver.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sem escamotear o esforço feito, nesta fase da política habitacional regional, aproveitamos para relembrar que se mantém a ausência de uma política governativa coerente, que mantenha a possibilidade de todos os açorianos terem o direito a uma habitação condigna, sem tempos de espera para obter as ajudas. Reafirmar que apenas quando os poderes políticos, central e local, passarem a intervir, de facto, de acordo com uma perspetiva de interesse público, na política de solos, na oferta de Habitação, nos Circuitos de Financiamento da urbanização/construção, e numa política fiscal relacionada com os bens imóveis e com a urbanização/edificação é que poderemos inverter a caótica deriva em que estamos metidos.

São notórias as crescentes dificuldades que as famílias enfrentam para fazer face às dívidas resultantes dos empréstimos, o que impede muitas famílias de conseguirem adquirir habitação. A esta situação acrescentamos a falta de ofertas habitacionais a preços razoáveis considerando que a maioria está reservada ao arrendamento sazonal, evitando o arrendamento prolongado.

Desta forma, a representação parlamentar do Partido Comunista Português votará favoravelmente a esta iniciativa, mas alertamos que muito ainda temos que fazer para garantir que todos os açorianos consigam aceder a uma habitação condigna a preços justos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Sónia Nicolau tem agora a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. Secretárias, Srs. Secretários:

Estamos hoje aqui na presença da análise de uma proposta do Governo Regional, uma proposta que o Partido Socialista assume como sendo uma proposta arrojada e que tem, mais uma vez, a coragem de trazer novas soluções para novos problemas.

Este diploma configura aquilo que para nós, para o Partido Socialista, é uma premissa do nosso trabalho político, do nosso trabalho de proximidade com os cidadãos. É a garantia que o Partido Socialista, através dos seus Governos, pode contribuir para conferir a habitação condigna. Porque este é um ponto importantíssimo e há pouco quando se falava da estratégia quanto à pobreza, deixe-me que lhe diga Sr. Deputado Marco Costa, que esta é a coragem, o arrojo, a diferenciação, a inclusão que este Governo coloca nas suas políticas e daí, para nós, sem dúvida que a questão da habitação estar efetivamente incluída na estratégia quanto à pobreza é a forma como nós aqui dizemos que concertamos a estratégia quanto à pobreza, desde logo com o seu pilar mais essencial, que é o direito à habitação.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Quero também aqui dizer que nós estamos aqui nesta missão de, efetivamente, conferir uma habitação condigna neste programa Casa Renovada, Casa Habitada que responde aos cidadãos, Sr. Deputado, esta proposta, que não é uma intenção, é uma ação clara do Partido Socialista responde aos cidadãos, às açorianas e aos açorianos que necessitam de apoio. E nós cá estamos com um programa arrojado, que se subdivide em dois bons programas, falamos do Renovar para Arrendar e do Renovar para Habitar e eles são para as famílias que precisam ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: ... com dignidade nós queremos apoiar as famílias que necessitam. E quero-vos aqui falar daquele que é um importantíssimo subprograma, o Renovar para Arrendar. O Renovar para Arrendar é, efetivamente um programa que traz uma nova solução para novos problemas. Tem como objetivo renovar imóveis devolutos que são disponibilizados pelos seus proprietários e que são colocados no mercado de arrendamento.

Aliás, e a propósito e a memória não pode ser curta nestas coisas Sr. Deputado, falar de mercado de arrendamento?

Atrever-se a vir falar aqui de política de habitação do Partido Socialista no que respeita às implicações no âmbito do mercado de arrendamento?

Oh Sr. Deputado, o que fez o PSD na legislatura passada, relativamente ao arrendamento? O que fez Sr. Deputado? Recorda-se? Milhares de famílias que saíram das suas casas, a ausência total de casas para arrendar. Recorda-se do que é que foi a Lei do Arrendamento? Isto não é social democracia, Sr. Deputado!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Isto é muita coisa, mas não é social democracia!

E portanto, o que nós temos nesta importante, corajosa medida do Renovar para Arrendar, é uma medida que disponibiliza imóveis para conferir o direito à habitação, dinamiza o mercado de arrendamento.

E porque é que dinamiza este necessário mercado de arrendamento? É preciso relembrar que graças às políticas deste Governo, no que diz respeito à alteração significativa ao nível do mercado turístico, nós hoje temos uma outra realidade e essa realidade exigia uma resposta por parte do Governo e o Governo não ficou preso ao passado, face a um novo problema, encontrou uma nova solução!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: Cá está o programa Renovar para Arrendar e foi isso que fizemos porque efetivamente, quer queiramos ou não, mesmo para os mais céticos é visível, entra pelos olhos dentro daquele que é o desenvolvimento turístico em todas as nossas nove ilhas.

Este programa tem uma importantíssima alteração que tem a ver com a reabilitação urbana, que nada aqui foi dito sobre isso, muitas vezes se fala sobre a reabilitação urbana, sobre o papel das entidades públicas e aqui está a

reabilitação urbana, a alteração do ambiente urbano e isto promove, claramente, uma excelente alteração ao movimento.

Também queria dizer que estas referências que se faz aqui do Renovar para Arrendar é uma resposta inovadora, é uma resposta que responde aos cidadãos.

Também falar aqui do Renovar para Habitar, o Renovar para Habitar é, claramente, a prova de que este Governo está continuamente inconformado pois vai buscar o Decreto Legislativo de 2002 e introduz alterações. Alterações para quem, Sr. Deputado? Alterações para os cidadãos, alterações para irem contra as famílias, alterações para perceber o que é que não esteve muito bem e que necessita de ser alterado.

Esta coragem que o Governo Regional coloca na alteração a esta proposta de Decreto Legislativo dá bem nota que a nossa única preocupação não é o assistencialismo, como aqui foi referido, é a resposta às famílias, é olhar para cada família, é perceber quais as necessidades de cada família. E é precisamente isto que nós estamos a fazer, conferindo dignidade, mas mantendo sempre aqueles que são os princípios fundamentais desta proposta de alteração que é, efetivamente apoiar os agregados familiares que necessitam.

Mas nesta alteração do Renovar para Habitar que no passado, há pouco o Sr. Deputado falava que isto era continuamente uma intenção, eu tenho que lhe lembrar que até o Sr. Deputado pode estar habituado, porventura, com o seu Governo aquando esteve na República, no que diz respeito a políticas de habitação, que era realmente todo um conjunto de intenções que, na máxima, até prejudicavam os cidadãos, olhe-se a Lei do Arrendamento! Mas deixe-me aqui lembrar, o que é que para si é uma intenção, para nós é uma ação e de certeza que para os cidadãos que estão em casa, para as famílias foi com certeza uma boa ação.

De 2012 a 2016 o Governo Socialista investiu mais de 50 milhões de euros, esses apoios foram diretos a mais de 4 mil famílias. Até dezembro de 2018

estamos a falar de 27 milhões de euros, foram mais de 3500 famílias. O que o Sr. Deputado refere como intenção, nós referimos como ação. E sabe como? Veja! Nós temos programas de realojamento em regime de arrendamento apoiado, regime de arrendamento com opção de compra, reabilitação e requalificação de edificado habitacional, oh Sr. Deputado vá dizer ...

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): A Sra. Deputada não estava atenta!

A Oradora: ... às famílias que utilizam estes apoios que efetivamente tudo isto é uma intenção? Não, não é, Sr. Deputado! Isto é ação, ação concreta dos Governos Socialistas para apoiar as famílias ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: ...e é isso que vos incomoda, é precisamente isto que vos incomoda.

Mas nesta alteração do Renovar para Habitar nós queremos aqui congratular o Governo Socialista porque efetivamente traz em si aquilo que de efetivo deve ser feito na garantia das condições de habitabilidade às famílias. Mas quero também aqui congratular por algo que é inovador neste diploma, algo que a todos nós nos responsabiliza: ao Governo que apresenta esta proposta e a esta Assembleia que, por aquilo que aqui já foi dito, irá votar favoravelmente. O Governo tem a coragem de introduzir nas majorações, em corpo de diploma, o apoio às famílias numerosas, o Governo tem a coragem e a responsabilidade social de dizer que as famílias que têm idosos a seu cargo serão majoradas. Oh, Srs. Deputados isto é, claramente, olhar para a frente, é ter a responsabilidade de olhar para o futuro e é isto que nós também queremos valorizar.

Há pouco falava-se das ilhas, das outras ilhas, do desenvolvimento harmónico, oh, Sr. Deputado nós trazemos ao corpo deste diploma a majoração das nossas ilhas, a majoração...

Deputado Marco Costa (PSD): E os resultados?

A Oradora: Os resultados existem Sr. Deputado, os resultados existem!

Há aqui mais uma questão que também não foi falada, este diploma, contrariamente àquilo que o Sr. Deputado veio dizer, do assistencialismo, eu nem vou utilizar a expressão “de mão estendida” que nos fica a todos muito mal, ...

Deputado Marco Costa (PSD): Não utilizei! São palavras suas!

A Oradora: ... mas deixe-me dizer, este diploma traz algo inovador, traz algo de mais inclusivo, reduz o esforço financeiro das famílias Sr. Deputado, isso para si não é importante? Vem apoiar, em muitos casos, a 100% o apoio no Renovar para Habitar. Isso não é importante, Sr. Deputado? Isso não interessa, Sr. Deputado? Claro que não.

O Renovar para Habitar é uma resposta reformulada que melhora as condições da vida das famílias, é uma medida que, claramente, vem contribuir para melhores condições de vida das nossas famílias.

E em conclusão e nesta primeira minha intervenção referir e incidir que Renovar para Arrendar ou no Renovar para Habitar, dois subprogramas arrojados de responsabilidade social e de enquadramento face àquelas que são os novos problemas, temos que encontrar novas soluções, têm como propósito máximo, e se calhar é isso que incomoda o Sr. Deputado Marco Costa, servir os açorianos, é para isto que nós criamos este programa, servir os açorianos. Não é uma intenção, é uma ação!

Sras. e Srs. Deputados dizer que este diploma assume, claramente, em letra aquela que é a convicção, ou seja, de que o programa Renovar para Arrendar é, claramente, algo que nos vem dizer que nós não nos conformamos, nós estamos aqui com novas soluções, estamos à procura de reinventar novas respostas. É este o princípio da nossa ação.

Renovar para Arrendar, Renovar para Habitar são dois excelentes subprogramas de uma proposta arrojada que procura novas soluções para novos problemas!

Obrigada!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou recorrer ao uso de três palavras que foram aqui usadas pelos Srs. Deputados Marco Costa, Paulo Mendes e João Paulo Corvelo. A primeira “avanço”: este programa representa um avanço, foi uma palavra utilizada pelo Sr. Deputado João Paulo Corvelo, e é de facto um avanço. É um avanço porque olhamos para um programa existente de recuperação de habitação degradada, observamos as suas fragilidades, fizemos um diagnóstico e acautelamos neste novo revisto programa essas preocupações que tínhamos na execução do programa de recuperação de habitação degradada e vou dar dois exemplos: o primeiro tem a ver com este programa agora prever o apoio a 100% da reabilitação para recuperação de habitação degradada e isto fará toda a diferença (há uma componente de apoio reembolsável e outra não reembolsável). E fará toda a diferença porquê? Porque até agora podíamos vivenciar a situação de que uma família, beneficiando apenas de 70% do apoio, pudesse não concretizar a recuperação da sua habitação e esta situação fica, a partir de agora, resolvida.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: E penso que este é um passo determinante e um passo importante em função daquele que é o conhecimento que temos da realidade das famílias açorianas.

Um segundo aspeto que nos parece também essencial: a possibilidade que se dá aqui, ao nível da recuperação de habitação degradada, de mesmo antes de dez anos (de termos apoiado uma família para recuperação de habitação), podermos efetivar um novo apoio e posso aqui concretizar exemplos, designadamente ao nível dos idosos, que podem ter beneficiado há dez anos de um apoio para recuperação de habitação degradada, mas agora com o agravamento da sua situação de dependência é fundamental promover pequenas adaptações na sua habitação e portanto, excepcionar esta questão dos dez anos. E estes dois aspetos são cruciais e fundamentais ao nível deste programa e portanto, representam, de facto, um avanço.

É uma proposta com virtudes, como disse o Sr. Deputado Marco Costa, e isso por si só já é uma grande virtude, ouvi-lo dizer que este programa é virtuoso, já teve esta grande virtude.

E é virtuoso porquê, Sr. Deputado? Apesar do Sr. Deputado não o ter dito e de ter apontado apenas outras questões que não virtudes, eu digo-lhe porque é que ele é virtuoso e eu sei que o sr. sabe porque é que o programa tem virtudes. E tem virtudes, exatamente, porque nós, observando os desafios que se colocam ao mercado de arrendamento atual e às famílias, sobretudo às famílias, propomos aqui um programa completamente novo a nível regional e a nível nacional e que no fundo vai permitir questões que os srs. já colocaram aqui, mas que hoje não as focaram que nos possibilita a recuperação de habitação, seja nas zonas mais urbanas ou nas zonas mais rurais e que é fundamental no sentido de recuperar o edificado e disponibilizar habitação a custos acessíveis. E este é o grande mérito do segundo programa.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: E representa, naturalmente, também muita ambição. Com certeza que sim. É um programa ambicioso, na medida em que nunca foi tentado antes e portanto, fazemos agora aqui esta proposta com vista à sua implementação e portanto, representa naturalmente a ambição e alguma inquietude também, em relação aos problemas que se colocam às famílias e que necessariamente nós queremos responder a todo o tempo.

E portanto, assentando esta minha intervenção nas três palavras que os srs. utilizaram, de facto representa não um único avanço, mas muitos avanços, é ambiciosa e tem inúmeras virtudes.

Deixe-me, Sr. Deputado Marco Costa, apenas lhe faço uma pequena nota final a propósito da sua intervenção inicial. De facto, os recursos que são disponibilizados para efeitos de todos os programas ao nível da habitação não assentam em fundos comunitários, é orçamento próprio da Região exclusivamente, sem recurso a fundos comunitários.

Apenas ainda no que diz respeito ao Sr. Deputado Paulo Mendes, um esclarecimento e que tem a ver com aqui alguma confusão a propósito da renda recondicionada e renda apoiada: sim srs., no âmbito do Renovar para Arrendar as casas serão colocadas no mercado de arrendamento e eu, questionada pelos Srs. Deputados na comissão, afirmei que se destinam a famílias que necessitem de habitação no regime de grave carência habitacional. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que o reembolso do apoio será feito no âmbito da renda condicionada, mas o pagamento da renda pelas famílias é renda apoiada e portanto, estamos a falar de dois valores distintos. Uma coisa é aquilo que é considerado para efeitos de reembolso do apoio e outra coisa é aquilo que a família vai necessariamente pagar pela utilização da habitação e nesta fase era o que eu tinha a esclarecer.

Obrigada!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Nós vamos votar favoravelmente esta iniciativa do Governo Regional e, fundamentalmente, quero aqui referenciar nesta intervenção muito curta três questões: a primeira, o êxito destes programas depende sempre da sua operacionalização e da eficácia da administração regional no âmbito da sua operacionalização e o que eu tenho verificado é que os programas, que podem ser bons teoricamente, depois na prática (alguns destes programas) tem muita dificuldade de operacionalização no terreno. Existem, mas não são utilizados, por questões várias, nomeadamente duas: o excesso de burocracia e a falta de informação, ou seja, a informação não chega à população, principalmente à população mais desfavorecida.

A segunda questão que queria aqui referenciar é a questão relacionada com o artigo 16.º das majorações e aqui quero falar no caso específico da ilha do Corvo. Nós temos um problema no Corvo, como o Sr. Deputado bem sabe, que tem a ver com a falta de resposta, não digo já até em habitações, digo até num simples quarto para quem chega de fora. Estou muito preocupado, por exemplo (e estou a referir-me à realidade da ilha do Corvo) que alguns professores já não tenham casa para residir a partir de setembro. Essa é uma situação muito grave que é preciso resolver com muita urgência porque não temos, neste momento, disponibilidade, não temos quartos nem casas para quem chega de fora. Não temos mesmo! Neste momento não há qualquer tipo de resposta! É uma situação grave que poderá entrar em rutura. Como sabem chegam um conjunto grande de novos funcionários públicos a partir de setembro e eu temo que a ilha não tenha a resposta necessária porque a população tem vindo a aumentar significativamente nos últimos dez anos. Eu penso que no próximo senso a

população do Corvo, que na década de oitenta era de trezentos e tal indivíduos, poderá atingir os quinhentos indivíduos, o que significa um crescimento bastante significativo e que coincide com a presença da representação parlamentar do PPM nesta Casa e as... Sim, Sim, não se riam que é verdade. E com as políticas e o investimento que tem vindo a ser realizado na ilha do Corvo e o conjunto de valências que entretanto foram instaladas e isto explica o pequeno milagre e o oásis em que a ilha do Corvo se transformou nestes últimos anos com políticas de desenvolvimento e dar iguais oportunidades de desenvolvimento à ilha do Corvo.

E quando se criam estas oportunidades, ainda falta fazer muita coisa evidentemente, é evidente que se projeta o desenvolvimento da ilha. É evidente que há muita coisa a fazer, por exemplo a nível das acessibilidades porque neste momento na ilha do Corvo vamos ter oportunidade de discutir essa questão amanhã, mas a ilha do Corvo está estrangulada do ponto de vista das acessibilidades e muitos outros pormenores que é necessário desenvolver, portanto há muitos constrangimentos ainda, mas quando alguns desses constrangimentos são retirados e lhes são dadas iguais oportunidades, a ilha cresceu e tem vindo a crescer muito significativamente.

Mas de qualquer das formas, recentrando-me na questão essencial, quero aqui chamar a atenção do Governo em relação às majorações que serão previstas ao abrigo da alínea b) do número 1, do artigo 16.º, estas majorações têm que ter em consideração a situação de urgência que já estamos a enfrentar na ilha do Corvo em relação à falta de casas para arrendamento. Essa é uma questão mesmo muito urgente e que gostava que o Governo tirasse nota, provavelmente já tem, realizou uma visita há muito pouco tempo à ilha, provavelmente já tem esta informação, mas de qualquer das formas quero aqui reiterar uma questão muito, muito urgente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

Para clarificar o que está em causa nesta proposta, principalmente no que diz respeito à segunda modalidade – Casa Renovada, Casa Arrendada – Sra. Secretária, eu só gostaria que esclarecesse se toda a casa depois de reabilitada e portanto, destinada a arrendamento (na segunda modalidade) se será uma casa que estará para arrendar, exclusivamente, para candidatos ao programa Famílias com Futuro ou se será uma casa que estará disponível no mercado para todo e qualquer pessoa, independentemente, de vir ou não a usufruir do programa Famílias com Futuro para poder arrendar? Essa é uma questão que se puder clarificar seria uma resposta valiosa porque nos permitiria esclarecer, logo de uma vez por todas, se de facto este sistema irá interferir de alguma forma no mercado de arrendamento e quando eu digo aqui “interferir” é influenciar os valores das rendas praticadas no mercado.

E a segunda questão: à laia da observação se calhar, tem a ver com o carácter inédito desta resposta aqui na Região. É sim, é verdade, é inédito, o Governo Regional não foi o primeiro a ter esta ideia, o Bloco de Esquerda em manifestos autárquicos de 2013...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Camisa amarela!

O Orador: ... e 2017 lançou esta ideia, mas também o Bloco de Esquerda não foi também quem trouxe esta novidade, esta não é uma novidade, quer nacional, quer mesmo em termos internacionais, por exemplo em Inglaterra esta é uma modalidade que é aplicada já há muitos anos e a nível nacional convém lembrar que eu não sei se ainda vigora, mas foi apresentado um programa de autoria do IHRU – Reabilitar para Arrendar (até no nome tem semelhança) que teria a aplicação também nos Açores. Se me pudesse, e de certeza que conhece este programa, explicar quais são as grandes vantagens desta proposta que aqui traz

comparativamente a este programa do IHRU, todos nós agradecemos essa análise comparativa se a pudesse fazer.

Obrigado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Marco Costa tem a palavra.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Gostaria de deixar uma nota porque eu não afirmei que este documento não trazia regras para corrigir, digamos assim, as questões de habitação entre ilhas. O que é facto é que não é novidade neste programa a questão das majorações e portanto, o apoio à habitação degradada, que já estava em vigor e que é revogado, ele já tinha medidas e está no preâmbulo da proposta que refere o período em que se procederam alterações e portanto, essas alterações a intenção, acredito eu, é que produzissem resultados já no passado. Portanto, não é novidade que esta proposta traga agora as majorações para corrigir as questões entre ilhas, como foi aqui afirmado.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não foi isso que foi dito!

O Orador: Gostava também de referir que elogiámos na questão da componente de reabilitação urbana portanto, que fique claro que não foi isso que eu afirmei e portanto, foi esta a nota que demos e que achamos interessante voltar a vincar.

Muito obrigado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa):** Para esclarecer o Sr. Deputado Paulo Mendes.

Eu penso que já tinha sido clara na minha última intervenção e na resposta que lhe dei.

Pelo período de reembolso as casas serão colocadas no mercado de arrendamento para alojamento de famílias ao abrigo do sistema de grave carência habitacional. Findo o período de reembolso, as casas ficam no mercado de arrendamento normal, perfeitamente normal. Portanto, potenciou-se a reabilitação de uma habitação, fica por um determinado tempo afeta aos programas do Governo Regional e portanto, grave carência habitacional e depois disso colocada no mercado de arrendamento, perfeitamente normal.

É claro que se me pergunta: “Entende que este programa vai de alguma forma ter intervenção nos preços praticados no mercado de arrendamento normal, já no imediato?”. Pois, eventualmente influenciará na medida em que coloca menos pressão no mercado de arrendamento e colocando menos pressão no mercado de arrendamento pois, naturalmente que é muito provável que as rendas sofram também o ajustamento que daqui decorra.

Naturalmente que a formação de preços no mercado de arrendamento é um assunto bastante complexo e que com certeza não é talvez agora para aqui chamado, mas é meu entendimento que naturalmente que sim e é com este propósito também que o programa é criado. No fundo é para introduzir normalização dos preços, evidentemente que sim, até por via daquilo que acabei por lhe dizer.

Quando falei a propósito de ambição, de inovação e do carácter inovador que este programa tem a nível regional e nacional, igual a este eu, de facto, não conheço nenhum programa que tenha sido tentado a nível regional, nem a nível nacional (eu também não mencionei a nível internacional) com estas características.

Há fundos a nível nacional que têm a intenção de promover também a reabilitação, ou seja, com os mesmos objetivos haverá muitos projetos, com os

mecanismos que estão aqui subjacentes, eu de facto não conheço nenhum programa portanto, parece-me que este será o primeiro com estas características a nível nacional, pelo menos é a informação de que disponho.

No que ao Sr. Deputado Marco Costa diz respeito e percebo as dificuldades em elencar as virtudes, eu sei que é sempre um bocadinho difícil, sobretudo para o Sr. Deputado Marco Costa, mas de facto elas existem e o facto de não as referir, para mim não diminui a proposta que nós apresentamos e o mérito que ela naturalmente terá, quer no apoio às famílias que vão beneficiar deste programa por via do Renovar para Habitar ou Renovar para Arrendar. Estamos em crer que são dois bons programas, a renovação de um e melhoria de alguns aspetos normativos e naturalmente que o carácter perfeitamente inovador do outro que tem objetivos muito claros e que pensamos que por esta via vamos conseguir chegar a todas as ilhas, na medida daquilo que é estritamente necessário.

E é também importante aqui que se diga que por via, quer da apresentação que foi feita deste programa, já a recolha de informação que temos feito em todas as ilhas é que de facto, as pessoas estão interessadas e há pessoas que têm de facto habitação devoluta e que estão interessadas em colocá-las neste programa e isso para nós é bastante incentivador.

Obrigada!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

Bem, o seu esclarecimento foi, passo o pleonismo, bastante esclarecedor, mas no entanto esta proposta seria uma boa oportunidade para debater aquilo que deve ser realmente debatido, que é o mercado de arrendamento. Faria todo o sentido, era aqui no âmbito desta proposta que valeria a pena ter este debate. Quando durante os dez anos em que o proprietário do imóvel está sujeito a fazer

o reembolso do investimento feito pela Região e falo através de uma prática de uma renda condicionada, não temos nada a opor a isso aliás, é mais do que compreensível e aceitável e é assim que deverá funcionar, se não o programa não funcionaria da forma como se coloca e faz todo o sentido.

Seria uma oportunidade que durante estes dez anos este proprietário, obrigado que está, a praticar uma renda condicionada que tem tendencialmente um valor inferior àquele que é o valor praticado no mercado. Portanto, seria aqui uma oportunidade excelente para se esta Casa pudesse estar disponível no mercado de arrendamento, independentemente do potencial arrendatário, inquilino, poder ou não ser beneficiário do programa Famílias com Futuro ou outro programa de comparticipação de rendas e isso seria uma excelente oportunidade para influenciar, interferir no mercado de arrendamento...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... e isso iria beneficiar todos os açorianos.

Agora, é claro que é também completamente compreensível que após os dez anos e depois da Região estar ressarcida do investimento que realizou, que o proprietário do imóvel não se veja obrigado a praticar uma renda condicionada ou sequer uma renda abaixo do valor médio praticado pelo mercado e a partir dessa altura o imóvel volta a praticar aquela que é a renda, a vontade e do mercado. E perde-se aqui uma oportunidade que poderia ser valiosa, ...

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Não, não se perde!

O Orador: tendo aqui uma espécie de bolsa de arrendamento a preços muito mais acessíveis e a comparticipação de rendas, tal como eu referi na minha intervenção inicial, tem um efeito tendencialmente contrário. As casas que estão neste momento no mercado de arrendamento quando o interessado na casa é um potencial beneficiário do programa Famílias com Futuro...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ...ou outro programa de comparticipação de rendas, a tendência que há é de automaticamente aumentar-se o preço da renda, ora isso acaba por prejudicar todo o mercado de arrendamento e todos aqueles que estejam interessados em arrendar casa.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Sónia Nicolau tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias Regionais, Srs. Secretários Regionais:

O grupo parlamentar do Partido Socialista entende, nesta fase do debate já a terminar para o fim, salientar e reforçar aquele que é a positividade deste diploma. E este diploma é positivo porque responde aos açorianos, este diploma é positivo porque responde às famílias que necessitam, em primeira linha, do apoio e de majorações específicas consoante a ilha onde possam estar ou a sua condição social.

Deputado Bruno Belo (PSD): A Sra. Deputada parece que está anestesiada!

A Oradora: E portanto, nós queremos aqui reforçar que efetivamente, quer o Renovar para Arrendar, quer o Renovar para Habitar são respostas para os cidadãos e é isto aqui que se denota.

Relativamente ao Renovar para Arrendar, uma medida inovadora deste Governo Socialista, vai ao encontro também daquela que é a leitura imediata da situação que existe, não só em São Miguel, na Terceira, nas Flores, no Corvo, em todas as nossas nove ilhas que é uma alteração socioeconómica, é uma alteração que decorre também muito daquele que é, neste momento, o input turístico que nós temos nas nossas ilhas e que vieram alterar de forma total, quase, o mercado de arrendamento e é a isto que nós estamos a responder,

efetivamente uma solução que urge alterar, uma situação que nós não podemos deixar que por via dos bons desenvolvimentos económicos e que são bastante importantes e eu aqui referenciava que, por exemplo, no que diz respeito ao desenvolvimento económico em 2018 o crescimento estimado do pib foi de 2,3% portanto, um excelente resultado. Tudo isto congregado vem também exigir ao Governo dos Açores que, efetivamente, inove nas suas políticas e é isso que nós estamos a fazer num período de dez anos que, efetivamente, toda a alteração conjuntural poderá acertar todas essas distorções do próprio mercado. E portanto, e para terminar, dizer que nós estamos convictos que este programa aqui apresentado, esta proposta que não é uma intenção, é claramente uma ação, que será validada pelas Sras. e Srs. Deputados daqui a momentos na sua aprovação, vai responder acima de tudo às pessoas que necessitam, à alteração necessária no nosso ordenamento de território no que respeita à reabilitação urbana e é isto que para nós, efetivamente, importa neste momento e nos próximos dez anos, estar a introduzir políticas que possam fazer a diferença a cada um e a cada uma dos cidadãos e das cidadãs que se possam candidatar a este programa.

Muito obrigada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver.

Terminamos assim o debate na generalidade.

Sr. Deputado António Lima pede a palavra para?

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente era para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental, regressamos então às 16 horas e 50 minutos.

Eram 16 horas e 21 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados peço que ocupem os vossos lugares para darmos início às votações.

Eram 16 horas e 57 minutos.

Sras. e Srs. Deputados terminámos antes do intervalo o debate na generalidade. Vamos então agora avançar para as votações e o debate na especialidade.

Votação na generalidade:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de DLR n.º 33/XI Programa Casa Renovada, Casa Habitada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao debate e votação na especialidade.

Passamos a votar a proposta de alteração do Partido Socialista ao artigo 1.º:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 1.º desta proposta de DLR com a alteração que acabámos de aprovar:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados nós temos agora uma série de artigos deste diploma que não sofreram propostas de alteração. Pergunto à Câmara se podem ser votados em conjunto.

Sr. Deputado Paulo Mendes para uma interpelação, tem a palavra.

Para uma interpelação à Mesa Sr. Deputado.

Para uma interpelação tem a palavra.

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente era só para participar na fase de debate.

Nós temos uma proposta de alteração ao artigo 12.º que eu penso que é a próxima a ser votada.

Presidente: Não, ainda não porque temos que fazer a votação sequencial do diploma.

Deputado Paulo Mendes (BE): Ok, está bem, eu aguardo então

Presidente: A pergunta que colocava à Câmara é da possibilidade de votar do artigo 2º ao 11º em conjunto?

Não havendo oposição está à votação do artigo 2º ao artigo 11º:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração.

Sr. Deputado Paulo Mendes pede a palavra para?

Não pode. O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo no debate na generalidade.

Está à votação então a proposta de alteração apresentada pelo Boco de Esquerda ao artigo 12.º, nomeadamente ao seu n.º1.

As Sras. e os Srs. ...

Sr. Deputado Paulo Mendes pede a palavra para?

Para uma interpelação?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Mendes (BE): Sim, é só para clarificar.

Eu julgava e se calhar estou errado, que haveria um tempo distinto para o debate em especialidade.

Não?

Presidente: Não.

Sr. Deputado para esclarecer, só há a divisão de tempos entre generalidade e especialidade no debate do plano e orçamento. No resto dos diplomas é por tempo global.

Está então à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao n.º1 do artigo 12.º:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão;

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 30 votos do Partido Socialista e a favor com 18 do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do Bloco, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora então à votação o artigo 12.º da proposta:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 13.º:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 14.º:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos então votar agora o artigo 14.º com esta alteração que acabámos de aprovar:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 15.º da proposta:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD ao artigo 16.º:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 16.º da proposta com estas alterações que acabámos de aprovar:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Pergunto à Câmara se podemos votar em conjunto o artigo 17.º e 18.º?

Julgo não haver oposição.

Sendo assim, coloco à votação o artigo 17.º e 18.º da proposta:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD.

Sr. Deputado Marco Costa tem a palavra.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD)**: Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. Srs. Deputados:

Só uma pequena nota sobre a nossa sobre a nossa proposta de alteração.

Veio ao encontro da apresentação inicial da nossa intervenção sobre este diploma. Não é mais do que manter o que já existia na legislação em vigor sobre habitação degradada e portanto, consideramos que o ónus da alienação deve continuar nos cinco anos e daí a nossa proposta de alteração ao diploma apresentado.

Muito obrigado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Sónia Nicolau tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS)**: Sra. Presidente, Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Presidente do Governo, Sra. Secretária Regional, Sr. Secretário:

O grupo parlamentar do Partido Socialista entende, tal como foi dizendo ao longo do debate na generalidade, que esta alteração assim como outras faz todo o sentido naquele que é o enquadramento geral do programa Renovar para Habitar. Nós alteramos porque a alteração que aqui está tem a ver com a análise feita ao conjunto de situações associadas ao programa Habitar e que para nós há esse sentido de alterar de cinco para dez anos.

Para além de uma outra questão que aqui importa também referir, o princípio da responsabilidade e o princípio da sustentabilidade financeira e há que garantir que face ao investimento feito pela administração pública, o cidadão deve ser responsabilizado de o ressarcir no período, que aqui está referido de dez anos, até porque o valor investido que no modelo anterior era só e unicamente de recuperação de habitação degradada, nós aqui já falamos de outros instrumentos, como a requalificação da habitação degradada, portanto, há aqui uma inovação onde o valor pode ser superior e os cinco anos seguramente

podem não ser suficientes e nós queremos aqui acautelar o investimento da administração pública e responsabilizar o cidadão.

Muito obrigada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Marco Costa tem a palavra.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Muito obrigado Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A nossa interpretação na apresentação desta proposta está ligada em termos de parque habitacional, portanto consideramos que não é deixar de ter a possibilidade de alienar a partir dos cinco anos, que deixamos de ter parque habitacional requalificado na Região. E portanto, como disse há pouco, estamos a falar num diploma que é revogado também e que já previa a habitação degradada, o primeiro diploma foi em 2002, estamos na terceira alteração que está em vigor neste momento e o que a Sra. Deputada acabou de dizer pode nos levar a fazer a interpretação que então esses argumentos que apresentou são contra este histórico todo que já reportou cá nas ações de habitação e portanto, não o consideramos e consideramos também que esse ónus e a sua preocupação sobre a utilidade das habitações no período e sendo elas financiadas, pode ficar salvaguardado em sede de contratualização para os fins a que se pode destinar, após o *términus* do compromisso e é esta a leitura que mantemos. Aliás o próprio Decreto-Lei nacional 109/97, que estabelece as regras sobre o crédito bonificado para a construção de habitações a custos controlados, portanto, é um diploma nacional prevê cinco anos do ónus e estamos a falar da mesma forma em fundos públicos que são utilizados para a habitação. Portanto, há aqui na nossa interpretação algumas notas que nos fortalecem sobre esta posição de manter o ónus nos cinco anos.

Muito obrigado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** (*Andreia Costa*): Apenas aqui para esclarecer que esta proposta de alteração de cinco para dez anos do ónus de inalienabilidade está relacionada com um facto simples que é o facto de passar a estar contemplada aqui a possibilidade de reembolso nas duas vertentes aqui propostas, quer na modalidade Reabilitar para Arrendar, quer na modalidade Reabilitar para Habitar. Nesta última que referi, Reabilitar para Habitar, até agora o regime vigente permitia apenas os subsídios não reembolsáveis, passa agora a contemplar subsídios reembolsáveis e portanto, parece-nos que faz sentido que pelo período de reembolso do valor que será apoiado nessa modalidade, se mantenha o ónus de inalienabilidade.

E outra questão que também aqui é relevante no Renovar para Arrendar, seguindo exatamente a mesma lógica e estando aqui estabelecido o período de reembolso previsto máximo de dez anos, que o ónus seja fixado pelo máximo do período de reembolso. E portanto, há uma associação clara entre a questão do reembolso do apoio e a questão da fixação do tempo do ónus. Naturalmente que também não é alheio aqui o facto de, na modalidade de reabilitar para Arrendar, não estando ainda aqui porque será fixado em diploma regulamentar, mas estamos a falar, naturalmente, de valores que podem ser bastante superiores àquilo que estamos a falar no Reabilitar para Habitar e como tal, é fundamental corresponsabilizar as famílias que colocam as suas habitações neste programa por um período, garantindo também a estabilidade do regime em que a habitação está colocada e são estes os motivos que invocamos e que trazemos aqui para que seja estabelecido o ónus de dez anos.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Julgo não haver mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Mendes pede a palavra para?

Para uma interpelação?

Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Para solicitar a votação número por número do artigo 19.º da proposta do grupo parlamentar do PSD.

Obrigado.

Presidente: Muito bem.

Vamos então colocar à votação parcial esta proposta de alteração. Está à votação a proposta de alteração do PSD ao n.º1 do artigo 19.º:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do Partido Socialista, 4 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 abstenção do PCP e 18 votos a favor do PSD e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD ao n.º 3 do artigo 19.º:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do Partido Socialista e 18 votos a favor do PSD, 4 do CDS, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 19.º do diploma:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstém, façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do Partido Socialista, 2 votos contra do Bloco de Esquerda e abstenção: 4 do CDS-PP, 18 do PSD, 1 do PPM e 1 do PCP.

Presidente: Está agora então à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD ao artigo 20.º:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstém, façam favor de se sentar.

A Sra. Deputada Sónia Nicolau pediu a palavra para?

Uma interpelação?

Tem a palavra, Sra. Deputada.

Deputada Sónia Nicolau (PS): [inaudível] ... referir à Mesa que, quer o artigo 20.º, 28.º está prejudicado por via da votação contra no artigo 19.º porque todos eles reportam ao artigo 19.º

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Tem razão, Sra. Deputada. Não era necessário ter votado esta proposta de alteração porque fica prejudicado uma vez que remete para o n.º 3 do artigo 19.º que acabámos de rejeitar.

Vamos então votar o artigo 20.º da proposta:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstém, façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 4 votos contra do CDS-PP, a abstenção de 18 votos do PSD, 1 do PPM, 1 do PCP e 2 do Bloco de Esquerda.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso votar em conjunto dos artigos 21.º ao 27.º ?

Não há oposição, portanto vamos então votar estes artigos:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Conforme foi referido há pouco está também prejudicada esta proposta de alteração do PSD ao artigo 28.º que previa uma alteração à alínea c) do n.º 2 do artigo 28.º, por isso vou colocar à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS a este mesmo artigo:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por maioria com 30 votos a favor do PS, 18 do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PPM e os votos contra do Bloco de Esquerda 2 e 1 do PCP.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 28.º com esta alteração que acabámos de aprovar:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém, façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do Partido Socialista, 18 do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PPM e a abstenção do Bloco de Esquerda com 2 votos e 1 do PCP.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 29.º da proposta:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 30.º:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação o artigo 30.º com esta alteração que acabámos de aprovar:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 31.º da proposta:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS à Tabela I do anexo:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votação final global:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Secretário: Em votação final global a proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sr. Deputado Marco Costa para uma declaração de voto.

Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD apresentou-se nesta discussão de forma construtiva tendo, em primeiro lugar as famílias, as suas preocupações e os problemas que existem nos Açores sobre habitação.

Considerámos e consideramos uma evolução nas políticas de habitação, disse-o na primeira intervenção, reiteramos e a prova de que nos apresentámos de forma construtiva foi a apresentação de propostas, como o referi tivémos e temos preocupação sobre a habitação jovem nos Açores, o acesso dos jovens à habitação, apresentámos a proposta de majoração e é com agrado que vemos que é aprovada por toda a Câmara. Portanto, esta é a nossa posição sabendo que vamos estar também atentos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E vigilantes!

O Orador: ... à aplicação destas novas regras e esperando que beneficie, acima de tudo, as famílias açorianas e os jovens açorianos.

Muito obrigado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Sónia Nicolau para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito obrigada Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. Secretárias, Sr. Secretário Regional:

O grupo parlamentar do Partido Socialista esteve ao lado deste diploma apresentado pelo Governo porque, inequivocamente, este programa vem responder às famílias e é isto que para nós é verdadeiramente importante.

Mas não se ficou só por responder às famílias, trouxe um arrojo naquele que é o programa de reabilitação, de requalificação e de apoio à habitação degradada. Trouxe desde logo o Renovar para Arrendar, este é um programa que nos orgulha, que é um programa pioneiro a nível nacional. E sabemos que nos

orgulha porque desde logo tem o propósito único de conferir dignidade, desde logo, ao conferir habitação aos cidadãos.

A nós também o que nos alenta é ver um Governo capaz de promover alterações, um Governo inconformado, um Governo que procura sempre novas soluções, um Governo que está atento, um Governo reformista que continua a adequar as respostas par aquelas que são as novas realidades e o caso do Renovar para Arrendar é, precisamente, o caso desta capacidade de inovar por parte do Governo.

E nós continuamos sempre no limite dos nossos recursos a apoiar os açorianos, a apoiar as famílias, a melhorar as suas condições de vida, garantir uma habitação condigna, ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: ... desde logo, para configurar aquele que é o imprescindível direito à habitação.

É para isso que nós cá estamos e é para isso que nós cá continuaremos!

Muito obrigada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições para declaração de voto.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Avançamos agora para o **Ponto 5 da nossa Agenda - Proposta de Resolução N.º 11/XI – “Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano 2017”**, apresentado pela Mesa da ALRAA.

A Conta da Assembleia, como é habitual, foi elaborada pelos serviços nos termos da nossa orgânica e seguiu a tramitação processual, tendo tido parecer favorável da Mesa e tendo depois seguido para a ACAPAT para apreciação.

O relatório foi distribuído por todos.

Pergunto se há alguma inscrição?

Não havendo inscrições vamos então passar à votação desta proposta de resolução:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao **Ponto 6 da nossa Agenda - Proposta de Decreto Legislativo Regional N.º 23/XI – “Regime de Proteção e Classificação das Cavidades Vulcânicas dos Açores”;**

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo.

(*) Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro):

Sra. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O arquipélago dos Açores, no seu conjunto e em cada uma das suas ilhas com as suas particularidades, constituem um património natural único e de enorme valor.

As ilhas açorianas foram, ao longo dos milénios, geradas e esculpidas por forças da natureza e nos séculos mais recentes sofreram alterações em resultado da introdução do fator humano e da interação do homem com o meio natural.

Chegamos ao século XXI ostentando um património natural relevante e oferecendo níveis de qualidade ambiental elevados, mas que precisam de ser cuidados, ordenado, protegido e por vezes, submetido a ações de recuperação ou de mitigação de danos. Reclama pois, uma gestão sustentável e que, simultaneamente, lhe confira valor e lhe assegure perenidade.

E este tem sido o caminho trilhado pela nossa Região, desde há cerca de duas décadas, desenvolvendo-se uma panóplia de mecanismos de planeamento, gestão e ordenamento do território em geral e das áreas sensíveis em particular, o que faz com que atualmente o arquipélago dos Açores esteja coberto por 65 instrumentos de gestão territorial.

Em paralelo consolidou-se uma ampla rede de áreas protegidas; foram construídas duas dezenas de centros de interpretação e visitação ambiental distribuídos por todas as ilhas; foram designadas quatro reservas da biosfera com a chancela da UNESCO e lançaram-se programas de apoio à manutenção de ecossistemas e paisagens protegidas.

Aqui, destacaria também a recente aprovação de uma resolução do Conselho de Governo que define os objetivos de qualidade e as orientações para a gestão da paisagem dos Açores, pela relevância deste recurso.

Hoje a rede de áreas protegidas dos Açores integra 124 sítios classificados, de acordo com os critérios da União Internacional para a Conservação da natureza, distribuídos pelos nove Parques Naturais de Ilha e ocupando, na sua componente terrestre, 24% do território do arquipélago.

Uma nota ainda para a recente qualificação do Vulcão dos Capelinhos como monumento natural, valorizando-o, no contexto da nossa rede de áreas protegidas.

Sra. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A proposta de Decreto Legislativo que trazemos hoje aqui é fruto deste caminho e deste trabalho que o executivo açoriano tem implementado, no que diz respeito à valorização do património natural e da conservação da natureza, neste caso em concreto, levando a cabo um regime de proteção e classificação das cavidades vulcânicas em função da respetiva importância fazendo jus ao programa do Governo.

Devido à natureza vulcânica do arquipélago e à presença de escoadas lávicas do tipo basáltico, as ilhas dos Açores apresentam um vasto e diversificado património espeleológico. Atualmente, aqui são conhecidas cerca de 270 cavidades subterrâneas naturais que incluem as grutas lávicas, os tubos lávicos, os algares vulcânicos, as fendas e as grutas de erosão marinha.

As cavidades vulcânicas dos Açores, em especial os tubos lávicos e os algares vulcânicos, constituem um habitat único, ostentando um valioso património geológico e biológico onde se inclui uma concentração única de espécies endémicas e diversas estruturas geológicas relevantes.

Neste sentido, o trabalho do Governo dos Açores nesta matéria começou em 1998 com o estudo sistemático do património natural associado às cavidades vulcânicas. Nesse mesmo ano criou-se, através de uma resolução do Conselho do Governo, um grupo de trabalho multidisciplinar para o estudo das cavidades vulcânicas que posteriormente se designou de GESPEA – Grupo de trabalho para o estudo do património espeleológico dos Açores.

Do trabalho efetuado pelo GESPEA resultou a inventariação e a caracterização das cavidades vulcânicas conhecidas, incluindo a respetiva cartografia e o desenvolvimento de uma base de dados relativa ao património espeleológico Açores. No âmbito do referido trabalho de inventariação e caracterização foi desenvolvido uma metodologia que permite a classificação e a hierarquização das cavidades vulcânicas e deram-se alguns passos no sentido de se elaborar um plano sectorial para as mesmas.

A presente iniciativa legislativa visa dar sequência ao trabalho desenvolvido pelo GESPEA e estabelecer medidas que assegurem uma adequada salvaguarda do património geológico, da diversidade biológica e dos serviços dos ecossistemas em causa. Até porque este património ambiental constitui um potencial recurso económico ligado à visitação das cavidades vulcânicas, o qual já assume hoje um papel relevante na animação ambiental e turística em quatro ilhas dos Açores, concretamente na Terceira, com o Algar do Carvão e a Gruta do Natal,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está sempre fechado!

A Oradora: ... em São Miguel com a Gruta do Carvão, no Pico com a Gruta das Torres e na Graciosa, naturalmente, com a Furna da Enxofre. Onde em

2018, as cinco cavidades vulcânicas abertas ao público receberam mais de 140 mil visitantes, o dobro do que tinham recebido em 2015, por exemplo.

E assim, com o presente diploma dá-se sequência ao inventário deste património que identifica, limita e caracteriza todas as cavidades vulcânicas conhecidas em função do respetivo grau de conhecimento e importância em termos geológicos, biológicos, estéticos e de integridade, numa das seguintes categorias:

Classe A, cavidade com elevado interesse de conservação, caracterizada pela presença de elementos patrimoniais geológicos e biológicos únicos ou de formações geológicas muito raras, bem como, pela grande dimensão ou elevada integridade, não apresentando sinais de destruição ou de interferência antrópica;

Classe B, cavidade com interesse de conservação caracterizada pela presença de elementos patrimoniais geológicos e biológicos importantes ou de formações geológicas raras, bem como, pela dimensão média ou relativa integridade, apresentado poucos sinais de interferência humana;

Classe C, cavidade com valor natural reduzido, caracterizada essencialmente pela pequena dimensão e pela ausência de elementos patrimoniais geológicos e biológicos importantes ou existência de sinais de deterioração do ecossistema;

Classe D, finalmente, cavidade com valor natural não conhecido em resultado da ausência de informação sobre os elementos patrimoniais aí presentes.

Para além da sua inventariação, estabeleceram-se ainda os seus princípios de gestão, nomeadamente no que diz respeito às que estejam abertas à visita regular, dotando-as, obrigatoriamente, de um plano de ação que estabelece as medidas e ações adequadas à concretização dos regimes de salvaguarda dos recursos e valores naturais presentes e à implementação dos usos compatíveis, como a fruição sustentável.

Definimos, inventariamos, orientamos, gerimos e monitorizamos. Mais do que conceitos, são ações concretas a que nos propomos com estas medidas.

Por tudo isto, esta proposta de Decreto Legislativo concretiza, uma vez mais, uma política que reconhece o legado do passado e se preocupa com o futuro, tendo em conta a relação entre o Homem e a natureza que o circunda.

Não temos dúvidas que por esta via cumprimos assim a estratégia espelhada no programa de Governo, valorizando o património natural dos Açores.

Muito obrigada!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Sra. Deputada Catarina Furtado tem a palavra.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de Decreto Legislativo Regional que se aprecia visa aprovar “o regime de proteção e classificação das cavidades vulcânicas da Região Autónoma dos Açores.”

Os objetivos que a sustentam, sejam ao nível da promoção do conhecimento e da proteção das cavidades vulcânicas da Região, sejam ao nível do fomento da compatibilidade entre a sua conservação e as atividades industriais, agrícolas, florestais, de turismo, ou de recreio e de lazer, colhem, obviamente, a concordância e aprovação do grupo Parlamentar do PSD/Açores.

As ilhas dos Açores apresentam um diversificado património espeleológico com valor insubstituível e inestimável. Foi a consciência deste valor que levou à criação, em 1998, de um grupo multidisciplinar encarregado de promover a elaboração de um estudo sobre as cavidades vulcânicas dos Açores, grupo esse

que em 2002 se passou a designar de GESPEA - Grupo de Trabalho para o Estudo do Património Espeleológico dos Açores.

Entre os objetivos principais desse grupo, encontravam-se, precisamente a proposta ao Governo Regional de medidas legislativas adequadas à proteção, conservação e valorização do Património Espeleológico dos Açores.

Fruto do seu trabalho, temos aqui, 20 anos depois, uma proposta de legislação que se crê, embora tardia, muito relevante.

Pretendem-se proteger e conservar tubos lávicos, algares vulcânicos, fendas e grutas de erosão marinha onde se encontram não só estruturas geológicas relevantes, mas também uma fauna cavernícola que inclui 17 espécies troglóbias dos Açores, todas elas endémicas do arquipélago, e a maior parte das quais está restrita a 1 ou 2 cavidades vulcânicas.

Falamos de espécies raras, como um camarão terrestre restrito à Gruta das Agulhas na ilha Terceira, ou um pseudoescorpião, cuja existência apenas se conhece na Gruta da Beira, em São Jorge.

Estas raridades, juntamente com o património geológico relevante que possuem, tornam tarefa necessária a conservação e proteção das cavidades vulcânicas.

Essa necessidade já havia sido identificada e apontada pelo GESPEA e há pelo menos seis anos um grupo de investigadores desenvolveu uma metodologia para a seleção das cavidades vulcânicas dos Açores com maior relevância para a conservação, criando um índice designado de “valor de importância para a conservação da cavidade vulcânica”.

Esta valoração incluiu índices de diversidade de espécies de artrópodes presentes, índices de qualidade geológica das cavidades e índices de funcionalidades de gestão, que, por sua vez, incluíram parâmetros como a dimensão da cavidade, a diversidade de estruturas geológicas presentes, a sua integridade, as suas ameaças e as acessibilidades existentes.

Foi na sequência desse trabalho que o Governo Regional, procedeu, já em 2015, à classificação das cavidades vulcânicas em função do seu interesse para a conservação.

Ainda nesse ano, numa publicação que resultou de um trabalho científico que envolveu o Departamento de Geociências da Universidade dos Açores, o Grupo para o Estudo do Património Espeleológico dos Açores, o Grupo de Biodiversidade dos Açores, a Associação Os Montanheiros e o Centro de Ecologia, Evolução e Alterações Ambientais, eram sugeridas as prioridades de medidas de gestão para as cavidades vulcânicas.

Em sede preambular a iniciativa sustenta-se com o facto de que importa “dar sequência ao trabalho desenvolvido pelo GESPEA e estabelecer medidas que assegurem uma adequada salvaguarda do património geológico, da diversidade biológica e dos serviços dos ecossistemas em causa”.

A legislação que se propõe para a conservação e gestão das cavidades vulcânicas dos Açores, resulta do trabalho aturado do Grupo para o Estudo do Património Espeleológico dos Açores, que se desenvolve de forma voluntária desde 1998.

A singularidade, raridade e representatividade em termos ecológicos, estéticos, científicos e culturais de algumas destas estruturas geológicas exigem uma atuação coerente, assertiva e atempada no sentido da sua conservação. Esta necessidade, embora sustente a proposta de Decreto Legislativo Regional em apreciação, não se esgota nela.

A importância dos objetivos que o diploma prossegue fazem com que as ações para a adequada salvaguarda do património espeleológico dos Açores imponham um real compromisso do Governo.

Não faz por isso sentido que um património tão relevante dependa de voluntariado. Já há 12 anos existiu intenção de criar um Plano sectorial para as cavidades vulcânicas e, no entanto, nada se fez nesse sentido. Não se fez porque o conhecimento sobre a matéria está bastante cristalizado em voluntários.

Entendemos ainda que atender verdadeiramente a matéria passa pela efetiva operacionalização de medidas e pelo cumprimento dos objetivos de gestão que constam das propostas de diploma. Neste particular, esperamos, que ao contrário do que se passa com os Planos de Gestão dos Parques Naturais de Ilha, os Planos de Ação obrigatórios para as cavidades vulcânicas com elevado interesse de conservação, a integrar os respetivos Parques Naturais de Ilha, com a categoria de cavidade vulcânica protegida, sejam de facto, uma realidade no prazo estabelecido, tal como esperamos que o compromisso do Governo nesta matéria seja, de facto, sério.

Disse!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto os Açores têm um património espeleológico extraordinário que importa conhecer e proteger. Neste sentido eu começaria por saudar o magnífico trabalho realizado pelo GESPEA nos últimos anos e que, de facto, deu contributos importantes para a gestão e conservação da natureza e também que resultou na inventariação e caracterização da esmagadora maioria destas mais de 270 cavidades subterrâneas conhecidas atualmente e que resultou também na criação da base de dados referente ao património espeleológico da Região.

Este regime de proteção e classificação das cavidades vulcânicas dos Açores que agora apreciamos é apresentado, de facto, de forma tardia, mas é um passo importante para dar continuidade ao trabalho que foi desenvolvido pelo GESPEA e vem colmatar uma lacuna legislativa que existia e que é, portanto manifestamente importante para a salvaguarda deste valioso património natural. O Espeleoturismo é, de facto, um importante ativo turístico para a Região. Eu tive a oportunidade na última sessão plenária de, no âmbito da discussão de uma proposta do CDS, dar o exemplo do número de visitas da Gruta do Natal e que de facto, cresceu de uma forma significativa entre 2015 e 2017. Passou de pouco mais de 11.500 visitas em 2015 para quase 30.000 visitas em 2017, ou seja, no espaço de dois anos quase triplicou. E como tal, tendo em conta esta procura crescente, nós entendemos ser da maior importância que no âmbito do desenvolvimento dos planos de ação para cada uma destas cavidades vulcânicas visitáveis sejam desenvolvidos os respetivos estudos de capacidade de carga e que sejam definidos e implementadas limitações à visita, de acordo com os números definidos nesses estudos, salvaguardando dessa forma a sustentabilidade desses ecossistemas e garantindo também a proteção e salvaguarda dos elementos naturais em presença.

Consideramos ainda que, no âmbito da realização destes planos de ação, devem ser asseguradas a avaliação dos perigos vulcânicos decorrentes dos fenómenos de desgaseificação e que sejam implementados sistemas de monitorização de gases, tal como aliás é sugerido pelo IVAR – Instituto de Investigação em Vulcanologia da Universidade dos Açores – e em relação ao sistema de classificação apresentado neste diploma, no entender do CSD, não faz, de facto, sentido nenhum agregar as classes C e D no que diz respeito aos condicionamentos a que ficam sujeitas as atividades nas suas imediações porque a classe C refere-se a cavidades assumidamente de valor natural reduzido, enquanto a classe D refere-se a cavidades vulcânicas de valor

desconhecido e portanto, no nosso sentido aplicar os mesmos condicionalismos a ambas as categorias não faz sentido, até porque no caso da classe D poderá ter um elevado valor natural e portanto, nós não sabemos e colocá-las as duas no mesmo nível de condicionalismos não faz sentido.

Isto tudo significa que há um enorme trabalho ainda a desenvolver nesta matéria e no que diz respeito ao estudo e à classificação das cavidades vulcânicas e esta aprovação que, eventualmente ocorrerá hoje, deste regime de proteção é apenas o início de uma nova etapa para nós aumentarmos o conhecimento sobre esta matéria e eu gostaria de chamar a atenção que nós não podemos (e este é um entender do CDS) continuar dependentes de projetos, cujo foco principal não seja o estudo destes fenómenos, é preciso dotar as associações e, eventualmente, até os departamentos governamentais de meios técnicos, financeiros e humanos que permitam, de facto, fazer uma investigação dedicada a esta área e só desta forma nós consideramos que poderá ser feita uma adequada proteção e uma gestão deste excecional património natural e também, numa etapa subsequente, a sua potenciação e valorização.

Muito obrigado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de Decreto Legislativo Regional visa criar um regime de proteção das cavidades vulcânicas dos Açores, versando também a sua visitação e atividades de visitação e animação turística.

E em boa hora, julgamos nós, ele é apresentado porque de facto existia uma lacuna no que respeita à proteção destas importantes estruturas geológicas que

existem em praticamente todas as ilhas dos Açores e que, infelizmente, ainda são pouco conhecidas da população em geral, mas que cada vez mais se têm tornado pontos de atração importantes para a educação ambiental e para a preservação também desses próprios ecossistemas que estão agora a ser, aos poucos, cada vez mais conhecidos.

E de facto, as grutas e algares dos Açores são um património geológico único e até com renome mundial, que não ocorre, obviamente, em qualquer zona do mundo e esse património deve ser preservado e valorizado, até porque, do ponto de vista do património geológico das características desses algares e dos túneis lávicos, eles são de facto únicos no mundo e devem ser alvo da maior proteção possível.

Para além disso, são ecossistemas também extremamente frágeis e onde, como já aqui foi referido, vivem espécies que são endémicas dos Açores, mas também endémicas por vezes de um determinado túnel lávico e que por isso são ecossistemas e são espécies que tem que ser estudadas e preservadas para as gerações futuras. É um património, sem dúvida, a proteger.

Ao longo dos anos, felizmente, este património tem sido estudado, talvez não tanto como deveria. O trabalho do GESPEA tem sido e foi fundamental durante muitos anos para o conhecimento dos túneis lávicos e dos algares dos Açores e esse reconhecimento a este trabalho realizado até aqui.

Este diploma reconhece, efetivamente, a importância das cavidades vulcânicas nos Açores, mas o diploma também tem algumas limitações e algumas falhas que, no nosso entender, podem e devem ser melhoradas aqui, durante este debate, e depois em votação na especialidade.

E do ponto de vista do Bloco de Esquerda, há matérias que são até de bom senso que devem suscitar a atenção de todos e para que se possa também criar aqui algum consenso, meios de e formas de preservar melhor estas cavidades vulcânicas.

Em primeiro lugar, sabemos que as cavidades vulcânicas são estruturas que por vezes tem alguma fragilidade em alguns locais, algumas delas estão sujeitas a desabamentos, por exemplo, e o diploma prevê e bem a criação de uma faixa de segurança à volta do traçado dos túneis lávicos, de onde não seja possível a utilização de explosivos e que nos parece obviamente bem, mas julgamos que por ser impossível de prever que tipo de explosivos e que potência de explosivos possam ser utilizados em redor desses túneis, haver um aumento dessa faixa de segurança que, pelo menos, tenha de exigir o parecer vinculativo da Direção Regional do Ambiente para a sua utilização numa faixa mais alargada, em redor do túnel lávico.

Assim, julgamos nós, que a preservação desses túneis, que por vezes até o seu traçado não é totalmente conhecido, seja melhor conseguido desta forma.

Para além disso, nós também consideramos que a integração dos diferentes tipos de cavidades vulcânicas nos Parques Naturais de Ilha deva ir para além das grutas classificadas como classe A, mas também incluir as grutas classificadas como de classe B, pois estas também têm e é reconhecido no próprio diploma, tendo em conta a descrição que se faz destas cavidades, ou seja, “cavidades com interesse de conservação caracterizadas pela presença de elementos patrimoniais, geológicos e biológicos importantes, nomeadamente a ocorrência de ecossistemas cavernícolas integrados ou de formações geológicas raras”, ou seja, julgamos nós que essa classificação que é feita aos túneis lávicos e algares da classe B, justificam a sua integração nos Parques Naturais de Ilha para uma melhor proteção.

Assim e finalmente, no que diz respeito à fruição dos túneis lávicos, à sua visita que, no nosso entender, deve ser feita de forma controlada, de forma que preserve, obviamente, a biodiversidade e a fragilidade destas estruturas e destes ecossistemas, essa visita deve ser efetivamente possível, até do ponto

de vista da educação ambiental e, obviamente, também de visitação com fins meramente turísticos.

Por um lado, o Governo Regional no diploma e até em sede de comissão e aqui também hoje na apresenta o, alerta exatamente para a importância e para a fragilidade destas estruturas, para a fragilidade das cavidades vulcânicas e também para a importância e fragilidade destes ecossistemas.

Por outro lado, abre a porta e permite que neste diploma que essa visita o seja feita com fins comerciais, ou seja, em nosso entender esta fragilidade destas estruturas, destes ecossistemas não   compatível com uma utiliza o com fins comerciais que, obviamente, terá uma pressão muito maior para um aumento da visita o e quem já visitou, por exemplo a Gruta do Carvão em São Miguel, sabe que o acesso humano   gruta tem provocado algumas altera es, que embora tanto quanto sei, estejam a ser devidamente acauteladas, mas a visita o humana tem por vezes consequências que até são inadvertidas.

A utiliza o comercial da frui o e da visita o destas grutas temos sérias reservas quanto a elas, julgamos que são incompatíveis.

Mas, a proposta do Governo Regional tem uma particularidade que eu gostaria de aproveitar para questionar a Sra. Secretária sobre ela, porque prevê, efetivamente, a concessão da visita o das cavidades vulcânicas a entidades privadas, sujeita   dete o de títulos de propriedade do terreno onde existe a abertura para aceder   gruta.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Se o terreno   do privado era são o que faltava!

O Orador: Como sabemos e como a Constitui o diz, o que está no subsolo pertence ao domínio público, daí obviamente a necessidade de haver uma concessão. No entanto, as cavidades vulcânicas, os túneis lávicos em particular, estendem-se por vários quil metros e atravessam terrenos que são,

efetivamente, de propriedade de variadíssimos proprietários, como não podia deixar de ser, e que têm múltiplas aberturas.

A questão que eu deixo é, se existirem dois ou três proprietários com intenção de explorar essa gruta comercialmente, certificar com a concessão da exploração, o que é que faz o Governo Regional?

E já agora, quais são as grutas que pretende o Governo Regional concessionar?

Muito obrigado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A representação parlamentar do PCP concorda na generalidade com esta proposta, mas temos algumas questões que gostaríamos que a Sra. Secretária Regional respondesse.

A primeira questão é relativa à posição do IVAR, será feita ou não uma avaliação dos riscos vulcânicos das cavidades abertas à visitação?

Outra das nossas preocupações é o resultado da posição da associação de Amigos dos Açores que nos deixou com a dúvida se este Decreto Legislativo Regional permite ou não a exploração das cavidades pelos proprietários?

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de Decreto Legislativo Regional além de legislar sobre proteção e classificação das cavidades vulcânicas, também aborda duas questões como o Turismo e a Segurança Pública e o Património Natural. Acho de interesse citar algumas informações que retirei do site dos Amigos dos Açores: “As cavidades vulcânicas, não sendo fenómenos geológicos muito comuns, o arquipélago dos Açores, dada a sua natureza vulcânica e a presença de escoadas lávicas basálticas, apresenta um diversificado património espeleológico. Podem

considerar-se dois tipos principais de cavidades vulcânicas: as grutas ou tubos lávicos e os algares vulcânicos”.

A caracterização deste tipo de cavidades e o proposto na articulação do Decreto Legislativo Regional leva-nos a tecer algumas considerações e deixam-nos algumas dúvidas. A abertura da possibilidade da concessão da exploração das cavidades aos proprietários dos terrenos ou estruturas que assegurem os acessos a estas grutas é mais preocupante do que aparenta.

Caso um proprietário explore essa abertura qual será o plano de ação que irá ter sobre a mesma?

Qual a segurança apresentada a quem a visita? Nós não podemos esquecer que podem existir entradas de cavidades que podem dar para grutas de vários proprietários, o que poderá provocar descontrolo e insegurança para todos os visitantes.

Não nos podemos também esquecer que temos várias grutas abertas informalmente que têm alguns visitantes, isto sem qualquer entidade fiscalizadora ou gestora. Para que este Decreto Legislativo seja devidamente aplicado é necessário também que exista investimento da parte do Governo para garantir que as pessoas que estão envolvidas tenham toda a formação adequada para ser feita uma exploração adequada dos locais.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O arquipélago dos Açores tem uma enorme potencialidade na exploração do seu património natural, mas não podemos esquecer que só temos este, temos de caminhar sempre no sentido de não o destruir. Desta forma a representação parlamentar do PCP considera que é necessário entregar a gestão destas cavidades às entidades competentes como os Parques de Ilha que irão gerir as concessões de forma adequada, salvaguardando, contudo, que tal gestão não

possa nem venha a prejudicar os proprietários dos terrenos que dependem do solo para recolher o seu rendimento.

Devido a estas características tão específicas que constroem a nossa Região, todas as medidas de proteção devem ser pensadas e discutidas com ponderação. Devemos salvaguardar três questões com este projeto, o património natural, quem o visita e o proprietário do terreno.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Contente tem a palavra.

Deputado José Contente (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O grupo parlamentar do Partido Socialista, como já tinha defendido na comissão devida, curiosamente conjuntamente com as entidades que foram ouvidas também nessa comissão, não só elogiaram e consideraram este diploma de grande relevância e interesse, como até nem acharam que ele tinha demorado muito tempo, uma vez que este é um processo dinâmico, toda a gente sabe que tem havido consoante o tempo mais cavidades, quer sejam algares ou tubos, que têm sido descobertas ao longo do tempo e é por isso também, e isso já foi levantado aqui, que há uma própria classificação no diploma da letra “D” que significa que são coisas desconhecidas, que ainda não estão descobertas e portanto, quando vierem a ser descobertas hão de ser integradas neste diploma e isso faz parte de um processo que para nós também é dinâmico.

Por outro lado também, já foi dito aqui e isso poderá ser discutido na especialidade, mas já foi aventado nesta primeira fase da apreciação na generalidade que as questões exclusivas, como foi dito também na comissão, está perfeitamente regulamentada, não é uma situação que tenha a ver com este diploma em particular, a utilização de explosivos é uma atividade regulamentada e tanto serve para o facto de haver terrenos onde há cavidades ou onde não há cavidades.

Gostaria também de dizer que este diploma se enquadra numa perspetiva mais global de ordenamento do território da Região Autónoma dos Açores que é exemplo numa política, quer sectorial, quer global, que o Governo tem vindo a densificar e que demonstra o cuidado que nos Açores há com as questões ambientais.

Mas, também gostaria de deixar aqui claro que o grupo parlamentar do Partido Socialista e o Governo, sob o ponto de vista ambiental, (já uma vez disse isso aqui) poderia ter uma de três perspetivas: ou pensar que nós iríamos ter um ambiente exatamente igual a quando estas ilhas se formaram e em permanente primavera colorida e portanto, não poderia haver atividades humanas ou que só as atividades económicas é que poderiam ser critério de decisão para nós utilizarmos a qualquer preço todo o nosso ambiente, o que seria também mau, ou então, como nós pensamos, que a posição mais sensata e aquela que o Governo Regional tem assumido, de haver algum equilíbrio ou balanceamento entre os recursos e a sua capacidade e otimização da sua gestão. E eu penso que este diploma se aproxima exatamente deste tipo de visão e de perspetiva que sem prejuízo de fixar normas e ter em conta regras apropriadas de ordenamento, como aliás, quer os Amigos dos Açores, quer também os Montanheiros e também a própria Universidade dos Açores que corresponde, de facto, a um diploma que vem, mais uma vez, dar instrumentos ao Governo para que tenhamos uma caminhada segura e respeitadora dos nossos limites e da nossa carga de utilização desse tipo de estruturas geológicas.

E por outro lado, também dizer que a maior parte dessas estruturas geológicas têm sido geridas, e bem, por associações que elas próprias são, intransigentemente, defensoras do ambiente, como os Amigos dos Açores e os Montanheiros e elas próprias, para além da legislação, são quase um instrumento de autorregulação dessas próprias infraestruturas e isso é um dado positivo que eu acho que o Governo Regional está promovendo e deve

continuar a promover. Por isso também, nós para além da questão da lei geral do direito de superfície em matéria de subsolo, quando isso acontece o diploma no artigo 12.º no ponto n.º 2 acautela a questão de cavidades no subsolo que possam, de algum modo, ser descobertas entretanto e que pudessem configurar algumas intervenções humanas que degradassem todo este tipo de património espeleológico que é, naturalmente, importante, não só para a questão turística, ou usufruto dos naturais e é uma marca indelével da Região Autónoma dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passamos agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A representação parlamentar do PPM irá votar favoravelmente esta iniciativa, aliás se considero que a proposta e a iniciativa fazem sentido, que está bem estruturada a representação parlamentar do PPM nunca olha ao seu autor, que neste caso é o Governo. Já a representação do grupo parlamentar do Partido Socialista tem sempre uma ideia destrutiva...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está na ordem do dia!

O Orador: ... em relação às iniciativas dos outros partidos, dos partidos da oposição.

Mas eu penso que esta é a forma correta de estar na vida e na política, que é valorizar aquilo que se tem que valorizar. E neste caso, trata-se aqui de uma lacuna que existe na legislação regional sobre esta matéria que o Governo resolve com a apresentação desta iniciativa.

Os diversos pareceres, solicitados a diversas entidades dão pareceres positivos, claramente positivos e favoráveis à iniciativa.

Devo apenas perguntar à Sra. Secretária, tendo em conta o parecer do IVAR, como é que irá resolver esta questão, que me parece uma questão relevante?

Diz o IVAR que: “considerando o carácter confinado que caracteriza estas cavidades e o conseqüente fraco arejamento, somos de parecer que para as cavidades abertas à visitaçãõ deverá ser feita uma avaliação dos perigos vulcânicos decorrentes de fenómenos e assegurado o sistema de monitorizaçãõ de gases vulcânicos, etc., etc.” .Ou seja, penso que é uma questão importante e que V. Exa, deve esclarecer, evidentemente, que a sua resoluçãõ pode ser feita fora desta legislaçãõ através de outros instrumentos. Deixo-lhe esta questão.

Em relaçãõ à possibilidade de visitaçãõ destas estruturas devo dizer que concordo em absoluto, ao contrário da posiçãõ da esquerda parlamentar em relaçãõ a esta matéria, concordo que a visitaçãõ se faça sempre que estiver assegurada a preservaçãõ do respetivo ecossistema.

Agora, evidentemente, não tem esta posiçãõ da esquerda em relaçãõ a esta matéria que é sempre uma posiçãõ que impede a exploraçãõ e está sempre contra a propriedade privada e a exploraçãõ dos nossos recursos, é evidente que a Regiãõ conta com diversos recursos e este é mais um recurso que deve ser utilizado no contexto de crescimento económicõ da Regiãõ, no contexto de crescimento turístico, como fazem todos os países do mundo, assegurando a manutençãõ das respetivas condições e assegurando também que não se correm riscos a este nível. Mas isso é possível e portanto, é evidente que não temos esta posiçãõ tão destrutiva em relaçãõ à exploraçãõ, mesmo que seja a exploraçãõ por parte de particulares e de entidades particulares.

Depois finalmente, dizer também que de uma forma geral o PPM concorda com o conjunto de questões que V. Exa. referenciou e nesse sentido, como disse no início, vamos votar favoravelmente este diploma.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo** (*Marta Guerreiro*):

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Tentando então responder às questões que foram aqui colocadas, que desde já agradeço.

No que diz respeito às questões colocadas pelo CDS-PP, pelo Sr. Deputado Alonso Miguel, gostava de referir que no que diz respeito às capacidades de carga e, inclusivamente, também aos sistemas de monitorização de gases, os mesmos já estão previstos no que diz respeito ao plano de ação que todas as cavidades que tiverem abertura ao público terão, obrigatoriamente, que ter. Inclusivamente, em específico no que diz respeito à monitorização de gases, que hoje em dia já existe, inclusivamente na Graciosa, está previsto no artigo 7.º, alínea g) à implementação de programas de monitorização geoambiental em cavidades vulcânicas, onde ocorram atividades regulares de animação ambiental e turística com vista ao controlo das condições de segurança e de estabilidade das estruturas subterrâneas, precisamente e para também já responder a essa questão.

Depois, um outro ponto colocado que tem a ver com a junção de alguns aspetos deste diploma, das cavidades de classe C com a classe D. Não estando preconizadas atividades semelhantes, acontece que, efetivamente, as cavidades classificadas como D, elas estão lá nesta classificação porque não temos conhecimento suficiente para que as mesmas possam estar numa outra classe. E esta classificação não tem que ser estanque e pode ser naturalmente ajustada face ao conhecimento que nós adquirimos das mesmas e portanto, é natural que as cavidades classificadas como D possam migrar depois para uma das outras três classes.

Relativamente também à referência que é feita sobre a alegada dependência deste tipo de estudos e de inventários de grupos de voluntários, nós não vemos a questão assim, vemos precisamente ao contrário. Estas iniciativas têm que ter uma base científica muito sólida e essa base científica nós acreditamos que se deve basear no sistema científico da Região, em concreto das nossas Universidades e dos nossos cientistas que trabalham e estudam estas matérias e portanto, é com eles que temos vindo a trabalhar nestas temáticas e noutras e é valorizando o seu trabalho, através da concretização das suas propostas em diplomas como este, que consideramos que os mesmos são, efetivamente, potenciados e que conseguimos beneficiar no todo a Região nesta matéria.

Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Deputado António Lima do Bloco de Esquerda, gostaria de referir que no que diz respeito à questão da fragilidade das cavidades, efetivamente, é um dado, é uma fragilidade que tem, naturalmente, que ser assegurada por esta via. Por isso, e no que diz respeito à questão dos explosivos, está previsto no diploma que seja interdita, relativamente às classes A e B, as explosões até uma faixa de 150 metros. Não estava a partir daí considerado como condicionado numa outra dimensão, mas percebemos que possa de facto ser uma valorização deste diploma essa questão. Do outro lado, já não concordamos com a análise que é feita quando se diz que uma cavidade que é aberta à visita, do ponto de vista turístico, terá naturalmente maior pressão e isso degradará a qualidade da mesma. E não estamos de acordo com isto porque este diploma tem precisamente, do nosso ponto de vista, o mérito de garantir para todas as cavidades vulcânicas com visita, teremos um plano de ação que acautelará, precisamente, estas questões. A própria capacidade de carga que o mesmo deve prever, tem naturalmente como base as contingências e as características e as singularidades de cada uma delas.

Relativamente à questão da concessão em si e aqui não olhando para este aspeto como uma questão ideológica, o que nós entendemos quando apresentamos esta proposta de diploma é que o foco deve estar na qualificação da oferta que temos em termos da visita que é feita. E portanto, se existir mais do que um interessado, seja ele uma organização não governamental, seja um privado, aquilo que é avaliado em termos de concessão, que é esse o instrumento que consideramos que é o adequado para garantir a partilha destes valores com todos, é naturalmente a proposta que traz mais valor para esta exploração e a exploração do ponto de vista comercial não tem que ser vista negativamente. Ela é condicionada, naturalmente, por um plano de ação que acautele todas as questões que têm que ser acauteladas nesta matéria, pode e deve, ser uma mais valia e é algo positivo.

No que diz respeito às questões colocadas pelo Sr. Deputado João Paulo Corvelo do PCP, eu penso que há aqui alguma confusão no que diz respeito às questões da propriedade do solo e subsolo. Não há proprietários de subsolo, de cavidades vulcânicas. O que nós colocámos neste diploma é a necessidade de, caso sejam postas a concurso novas concessões, não está neste momento na calha nenhuma e não estamos, neste momento, a pensar em nenhuma, mas caso isso aconteça, temos naturalmente que garantir que quem concorre, quem se predispõe a fazer a sua exploração tem naturalmente o acesso à mesma. Portanto, não faria sentido fazer concessões a alguém que depois não consegue chegar até ao subsolo, até ao local que deve efetivamente ser explorado. Subsolo esse, naturalmente, que é público e é esse, naturalmente, que será condicionado.

Relativamente à questão final, relativamente ao Sr. Deputado Paulo Estevão no que diz respeito à importância de podermos responder à necessária monitorização das questões, quer geológicas, quer também as próprias emissões de gases, mais uma vez, a resposta é a mesma que falei há pouco,

portanto, em termos de plano de ação está já previsto que uma das ações seja, precisamente, a monotorização do ambiente e das condições de segurança em todas as cavidades que estão abertas ao público de forma a garantir que esta partilha com o público é naturalmente feita salvaguardando todas as condições de segurança.

Penso que respondi a todas as perguntas.

Muito obrigada!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Obviamente que se sabia e seria normal que viessem de várias áreas deste Parlamento as acusações de que a questão da concessão seria uma questão meramente ideológica, mas muito se enganam as Sras. e Srs. Deputados e a Sra. Secretária porque esta questão não é ideologia, é defesa do ambiente, é defesa daquelas estruturas das cavidades vulcânicas e do seu ecossistema e da sua biodiversidade. E é defesa do ambiente de uma forma muito simples porque para nós a Direção Regional do Ambiente, os seus técnicos e as ONG's do ambiente, como nós aceitamos e propomos na nossa proposta de alteração e como acontece, efetivamente, atualmente em diversas cavidades vulcânicas, cuja visitação é gerida por ONG's da área do ambiente, consideramos que são estas entidades que têm o conhecimento e a sensibilidade ambiental para uma gestão que efetivamente proteja as cavidades vulcânicas dos Açores, proteja este património geológico e proteja esse património biológico único que os Açores têm.

Em nosso entender, uma atividade comercial com vista, obviamente, ao lucro legítimo mas, que irá criar uma pressão para um aumento da visitação, um aumento que poderá ser desregrado, que poderá ser demasiado e julgamos nós

que a fiscalização para isso não é suficiente, é preciso uma gestão que seja competente e que seja sensível.

É esta a nossa preocupação e é por isso que apresentamos uma proposta de alteração a este diploma que prevê isso mesmo, que a gestão, que a visitação, que as atividades que ocorram nessas cavidades vulcânicas sejam, efetivamente, geridas pelo departamento do Governo Regional com competência em matéria de ambiente ou então de forma protocolada com ONG'S da área do ambiente, como aliás, já acontece e, julgamos nós, com bons resultados.

Muito obrigado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições ?

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas para fazer alguns esclarecimentos na sequência da intervenção da Sra. Secretária.

O que eu disse não foi o que a Sra. referiu, eu não disse que não devíamos aproveitar e capitalizar o trabalho de investigação feito pelos nossos investigadores e pelos nossos cientistas, ele é da maior importância e nós devemos, obviamente, tê-lo em conta e eu aliás, comecei a minha intervenção por saudar o trabalho desenvolvido ao longo dos anos pelo GESPEA.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: O que eu disse é que nós não podemos, simplesmente, ficar dependentes de projetos cujo foco e o objeto principal não seja o estudo, caracterização e inventariação das cavidades vulcânicas dos Açores.

Disse também que era preciso dotar, ou as associações ou os próprios departamentos governamentais, de meios técnicos, financeiros e humanos que

nos permitam fazer uma investigação mais robusta e mais específica nesta matéria. E esta posição, por sinal, é partilhada por alguns dos próprios investigadores que estiveram na origem destes trabalhos até ao momento e portanto, eu julgo que o que eu disse é uma coisa perfeitamente compreensível e que é de todo o interesse que o Governo Regional possa fazer.

Depois, em relação ao aspeto da classificação proposta, eu obviamente que concordo com a classificação que existe, eu não disse que não concordava. Concordo, inclusive, com a existência de uma classe D porque é preciso, de facto, colocar as grutas com estas condições e com este estado de conhecimento numa categoria. O que eu disse é que essa categoria não devia ser, ao nível dos condicionamentos, agregada à categoria C porque no caso da categoria C, assumidamente, há um reduzido valor natural e em relação à categoria D nós não sabemos. Obviamente que considero que quando nós já estudarmos melhor pode-se fazer uma migração para uma outra categoria, sim sr. entendo isso tudo, só acho é que por um princípio de precaução, nós não deveríamos permitir algum tipo de atividades que possam danificar uma cavidade cujo real valor nós não conhecemos.

Apenas isto.

Muito obrigado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições ?

Julgo não haver.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo** (*Marta Guerreiro*):

Obrigada, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs.

Membros do Governo:

Apenas para tentar clarificar algumas questões.

Eu também há pouco disse, Sr. Deputado António Lima, não é uma questão ideológica que nos move, não é a quem a concessão é feita, mas sim a qualidade da concessão e isso é sempre aquilo que nos move, a qualidade do produto que é oferecido e a forma como ele é oferecido.

Relativamente ao Sr. Deputado Alonso Miguel, nós respeitamos muito, como se percebe também da forma como nos relacionamos com a área científica, também valorizamos muito a atividade de Organizações Não Governamentais na área do ambiente e precisamente por isso temos parcerias, colaboramos, nomeadamente até através da atribuição anual de apoios financeiros ao desenvolvimento de atividades dessas organizações para garantir que elas conseguem apostar na formação e na participação ativa em todos os processos onde são, de facto, muito importantes e portanto, a postura é precisamente essa.

Relativamente à classificação das categorias C e D é efetivamente sempre um risco. Até ao momento em que uma cavidade, classificada como D, por não termos conhecimento suficientemente dela estamos na ausência de alguma informação que será necessária para poder valorizá-la e portanto, o trabalho será no sentido de investirmos nestas cavidades não conhecidas ainda em termos do seu valor patrimonial, para depois então poder, se for o caso, classificá-las devidamente numa das outras três classes e a partir daí termos um trabalho condizente com o valor geológico e ambiental que as mesmas ostentam.

Obrigada!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Para uma última intervenção, julgo eu, sobre este tema. Até porque era para ter abordado este tema na intervenção anterior, mas voltando um pouco atrás, gostaria de notar e de apontar exatamente aqui a diferença entre a perspetiva

que o Bloco de Esquerda tem sobre esta matéria e a perspetiva que tem o Governo Regional.

A Sra. Secretária falou na intervenção de há pouco e agora também com outras palavras e referiu-se à qualificação da oferta. Julgo que a Sra. Secretária está, por vezes, a falar deste tema com o seu chapéu de Secretária Regional do Turismo, mais do que com o seu chapéu de Secretária Regional do Ambiente.

Ora, em nosso entender, esta é uma matéria fundamentalmente de ambiente que pode ser utilizada de forma a potenciar o turismo, sem dúvida, mas em primeiro lugar está aqui a preservação do ambiente e a proteção de aquilo que, como disse bem o Sr. Deputado Alonso Miguel há pouco, muitas vezes nem conhecemos aquilo que estamos a tentar proteger.

Mas, já agora gostaria de questionar a Sra. Secretária uma vez, julgo eu, que esta será (se houver alguma concessão deste tipo) a única, neste momento, no que diz respeito a Parques de Ilha, concessão a entidades privadas com fins comerciais, se é este o caminho que o Governo regional pretende seguir com outras áreas protegidas dos diversos Parques Naturais de Ilha dos Açores?

Muito obrigado!

Presidente: Obrigada, Sr. ...

(*) **Deputado António Lima (BE):** Era só para clarificar se este é um caminho de abrir a possibilidade da concessão a entidades privadas com fins lucrativos de áreas protegidas da Região?

Muito obrigado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver inscrições.

Não havendo vamos então passar à votação.

Começamos pela votação na generalidade:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: A iniciativa apresentada foi aprovada com os votos favoráveis do PS, PSD, CDS e PPM e a abstenção do Bloco de Esquerda e do PCP.

Presidente: Passamos agora ao debate e votação na especialidade.

Os primeiros quatro artigos do diploma não têm propostas de alteração, julgo que será consensual colocar à votação em conjunto.

Não havendo oposição, está à votação o artigo 1.º, 2.º, 3.º e 4.º da proposta:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação da proposta de alteração do Bloco de Esquerda ao artigo 5.º:

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para uma breve apresentação das propostas de alteração que apresentamos a este diploma.

Em primeiro lugar ao artigo 5.º que prevê que sejam incluídas nos Parques Naturais das várias ilhas, com a categoria de cavidade vulcânica protegida, não só as cavidades da classe A, mas também as cavidades da classe B, uma vez que a classe B refere que essas cavidades têm interesse de conservação, que é caracterizada pela presença de elementos geológicos e biológicos importantes, nomeadamente a ocorrência de ecossistemas cavernícolas íntegros com formações geológicas raras, bem como pela dimensão média ou relativa integridade, apresentando poucos sinais de interferência humana, ou seja, pela

descrição da classificação que é aqui feita parece-nos, até pelo princípio da precaução, adequado que estas cavidades sejam também incluídas nos Parques Naturais de Ilha.

Em segundo lugar, relativamente ao artigo 8.º, entretanto entregamos uma proposta de substituição integral porque o número dois efetivamente faria mais sentido que esta questão fosse incluída no parecer no número dois que regula, exatamente as situações em que é necessário parecer vinculativo do Governo Regional em que propomos que para além da interdição da utilização de explosivos até aos 150 metros, que até aos 300 metros haja a necessidade de existir um parecer vinculativo da parte do Governo Regional para essa mesma atividade, uma forma de precaução e de proteger eventuais situações que possam por em causa ou de troços mais sensíveis das cavidades, ou então até, explosivos de maior potência.

Finalmente o artigo 12.º em que, como já referi nas intervenções anteriores, eliminamos todos os números e propomos uma redação que prevê que as atividades de animação e interpretação ambiental e visitação turística sejam competência do departamento do Governo Regional competente em matéria de ambiente, com a possibilidade de existirem protocolos, como aliás já acontece com Organizações Não Governamentais da área do ambiente que têm, como já referi, uma sensibilidade e um conhecimento até da matéria, que lhes permite uma gestão mais competente destas sensíveis estruturas pela sua importância geológica e biológica.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições...

Sra. Deputada Graça Silva tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silva (PS):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente às proposta do Bloco de Esquerda, dizer que no que respeita ao artigo 5.º, no entender do grupo parlamentar do Partido Socialista, esta salvaguarda não deve ficar no diploma até porque o sistema de classes foi feito com base numa proposta da GESPEA portanto, tem uma base científica, os conhecimentos que se têm das grutas, quer de uma classe, quer de outra, não são os mesmos e isto teria também implicações na gestão das próprias grutas. Sendo que, a avaliação das grutas vulcânicas é um processo dinâmico, como já foi até aqui bastante referenciado, não é um processo estanque, em qualquer altura que hajam novas informações sobre as grutas de classe B, evidentemente que podem elas transitar para a classe A e aí sim, ficará a sua salvaguarda também garantida.

Quanto ao artigo 8.º, dizer que a proposta de alteração à alteração inicial do Bloco de Esquerda para nós parece-nos bem e que votaremos favoravelmente a ela.

Quanto à proposta de alteração do Bloco de Esquerda no que respeita ao artigo 12.º, dizer que para nós e até foi referenciado aqui pela Sra. Secretária e nós revemo-nos nas palavras da Sra. Secretária, ou seja, não é quem explora a própria gruta que nos importa, mas sim a qualidade da concessão que é feita. Sendo que, importa sempre garantir medidas de responsabilidade de salvaguarda e, efetivamente, de proteção do nosso património geológico e, neste caso, das grutas vulcânicas da Região.

Disse!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições vamos então votar a proposta de alteração do Bloco de Esquerda ao artigo 5.º:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 do PSD, 1 do PPM e 4 do CDS-PP e a favor com 2 votos do Bloco de Esquerda e 1 do PCP.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 5.º da proposta:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 do PSD, 4 do CDS-PP e 1 do PPM e a abstenção com 2 votos do Bloco de Esquerda e 1 do PCP.

Presidente: Julgo que poderei colocar à votação em conjunto o artigo 6.º e 7.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está então agora a votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao artigo 8.º:

As Sras. e os Srs. Deputados que ...

Sr. Deputado Alonso Miguel pede a palavra para?

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Era só para solicitar a votação do ponto 2, artigo 8.º, alínea a alínea.

Presidente: Todas as alíneas, alínea a alínea?

O Bloco da proposta e a proposta...

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Não, queria votar separadamente...

As alíneas d) e e) separadamente

Presidente: d) e e)?

Sr. Deputado Alonso Miguel, mas eu primeiro vou colocar à votação apenas a do Bloco de Esquerda, que é só o aditamento e depois então faço essa votação em separado. Certo?

Muito bem, então está à votação a proposta de alteração do Bloco de Esquerda ao artigo 8.º:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Pronto, votaremos então agora o artigo 8.º com esta alteração que foi introduzida e coloco à votação as alíneas a), b) e c):

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: As alíneas enumeradas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação as alíneas d) e e) do número 2 do artigo 8.º:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: As alíneas enumeradas foram aprovadas por maioria com 30 votos a favor do PS, 18 do PSD, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e do PPM e 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Coloco então agora à votação as alíneas f), g) e h) deste número 2 do artigo 8.º:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: As alíneas enumeradas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Julgo que posso votar em conjunto os artigos 9.º, 10.º e 11.º:

Não havendo posição, estão à votação estes três artigos:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos enumerados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao artigo 12.º:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A iniciativa foi rejeitada com 30 votos do PS, 18 do PSD, 4 do CDS-PP e 1 do PPM e a abstenção do PCP e 2 votos a favor do Bloco de Esquerda.

Presidente: À votação o artigo 12.º:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos favoráveis do PS, 4 do CDS-PP e 1 do PPM, 2 votos contra do Bloco de Esquerda e a abstenção com 18 votos do PSD e 1 do PCP.

Presidente: Está então agora a votação e julgo que não há oposição do artigo 13.º e 14.º da proposta:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: A iniciativa foi aprovada com a abstenção do PCP e 2 votos do Bloco de Esquerda e a favor 30 do PS e 18 do PSD; 4 do CDS e 1 do PPM.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado António Lima pede a palavra para?

Uma declaração de voto? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O grupo parlamentar do Bloco de esquerda absteve-se na presente iniciativa, não por não concordar com grande parte do que ela preconiza, porque evidentemente a classificação e a criação e um regime de proteção das cavidades vulcânicas dos Açores é importante e concordamos com grande parte do diploma, mas efetivamente como tivemos oportunidade de o dizer neste debate, o facto de se permitir e desse abrir aqui uma porta à exploração comercial destas frágeis estruturas e destes frágeis ecossistemas levanta-nos a nós muitas dúvidas e temos, obviamente, uma forte oposição a este aspeto conforme já referimos.

Apresentamos propostas de alteração no sentido de melhorar o diploma, congratulamos, obviamente, com a aprovação de uma delas, julgamos que poderá, efetivamente, contribuir para uma melhor proteção destas estruturas mas, efetivamente julgamos que se abre aqui um precedente e um caminho de gestão para fins comerciais de áreas protegidas, sensíveis que a nós nos parece um mau sinal.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Nós votámos favoravelmente porque consideramos que é importante, que é crucial, quer do ponto de vista ambiental, quer do ponto de vista turístico, que exista uma legislação e exista um regime de proteção e classificação das cavidades vulcânicas dos Açores porque outra alternativa de não votar favoravelmente é que não exista este regime de proteção nesta matéria.

E portanto, entre as duas alternativas a nós pareceu-nos, até porque não tínhamos discordância em relação ao diploma que aqui foi apresentado, nós o que nos parece é que como é evidente, é melhor ter um regime de proteção do que não ter nenhum e a alternativa de quem não votou a favor é de manter as coisas como elas estão, ou seja, de não existir um regime de proteção e classificação das cavidades vulcânicas dos Açores. Por isso, a nossa opção foi votar favoravelmente um diploma que está a legislar sobre uma matéria desprotegida, uma matéria em que não existia uma legislação que a protegesse do ponto de vista ambiental e também que garantisse que a futura exploração, do ponto de vista turístico, destas estruturas também é fundamental para o crescimento económico dos Açores.

Por isso, votamos favoravelmente porque a partir de agora existe, de facto, um regime de proteção e classificação das cavidades vulcânicas dos Açores, que não existia.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José Contente.

Deputado José Contente (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O grupo parlamentar do Partido Socialista votou favoravelmente esta proposta porque ela representa várias vertentes importantes num diploma que está bem feito.

Tecnicamente está bem feito porque é sustentado em critérios científicos rigorosos, tecnicamente é bem feito também porque prevê a dinâmica da própria evolução da descoberta de cavidades vulcânicas que podem ir subindo na hierarquia que está prevista na classificação que está plasmada no diploma e para além disso, tem um impacto fundamental no ordenamento do território e na capacidade que os Açores têm de regular a paisagem, o ambiente e naturalmente também, a nossa natureza no sentido positivo.

E por isso, nós não temos nenhum receio nas questões de os privados conviverem com o público porque há instrumentos que podem regular e regulamentar essa convivência, ou seja, não há fantasmas no Partido Socialista da convivência dos privados com a parte pública porque nós temos os instrumentos necessários e suficientes para que essa convivência seja sempre acauteladora dos interesses públicos em primeiro lugar. E por isso, o grupo parlamentar do PS fica satisfeito por mais um instrumento de ordenamento do nosso território e do nosso património geoespeleológico porque isso, efetivamente, também acaba por manter a Região com uma discriminação positiva face à proteção ambiental que todos defendem e que é um bem imaterial e é um bem que devemos continuar a preservar para as gerações futuras.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: O PSD Açores votou favoravelmente a esta proposta entendendo que os princípios que estão subjacentes a esta proposta são válidos e pertinentes.

Lamentamos que tenha demorado vinte anos a chegar à proposta que agora se apresenta, também lamentamos e sabendo que já em 2015 o trabalho já estava praticamente todo ele feito para que esta proposta surgisse, também lamentamos esse facto.

Mas a verdade é que concordamos com a proposta e aproveito para dizer que a nossa votação em relação ao artigo 12.º, de abstenção, tem a ver com um problema no articulado conforme consta do próprio parecer da Associação Amigos dos Açores – Associação Ecológica, que tem a ver com a questão do direito ao subsolo, ou seja, o direito à superfície não confere direito ao subsolo e isto é uma questão que nós consideramos que tem que ser revista e, se calhar, retificada e portanto, o articulado do diploma, neste particular, tem ali uma questão que é preciso verificar.

E de resto, obviamente, que não podíamos ter outra posição em relação à proposta, que não fosse a aprovação.

Disse!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos fazer um breve intervalo.

Regressamos às 19 horas.

Eram 18 horas 48 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 19 horas 06 minutos.

Entramos agora no Ponto 7 da Agenda - **Proposta de Decreto Legislativo Regional N.º 27/XI – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional**

n.º 19/2010/A, de 25 de maio, que regulamenta a elaboração e disponibilização de relatórios e informação pública sobre o estado do ambiente, regula o apoio às organizações não governamentais de ambiente e altera a composição do Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável”.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*):

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Responsabilidade do presente e oportunidade do futuro tem sido a estratégia levada a cabo pelo Governo dos Açores em matérias ambientais, com um conjunto de políticas que dão expressão prática ao compromisso do Governo dos Açores com os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030.

Neste seguimento e alinhados com as posições internacionais referentes a estas matérias temos desenvolvido um trabalho acrescido, não só para continuarmos a ostentar a riqueza do nosso património natural, mas mais do que isso para sermos considerados como um exemplo em termos de implementação de políticas públicas ambientais.

De facto, a natureza e a qualidade ambiental estão entre os principais ativos dos Açores e são o fator de diferenciação do arquipélago, pelo que se exige ao ser humano, enquanto parte integrante e determinante dos processos de desenvolvimento, uma participação ativa e conseqüente, concretizado numa efetiva cidadania ambiental, que acreditamos cada vez mais ativa e que tem sido um verdadeiro suporte para que hoje consigamos levar avante um conjunto de ações e medidas espelhadas no programa do Governo em matérias ambientais.

E acreditamos assim, que este processo de participação dos cidadãos na tomada de decisão em matéria de ambiente é enriquecido pelo funcionamento de um órgão consultivo da administração regional autónoma, aberto à sociedade de forma específica, promovendo o debate e o acompanhamento destas matérias.

Até ao momento, a participação da sociedade estava assegurada através de organizações representativas de interesses vários no CRADS – Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável – órgão consultivo da administração regional autónoma, aberto à sociedade na tomada de decisões em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável. Mas através desta iniciativa legislativa propomos a alteração da composição e das normas de funcionamento deste Conselho, dotando de uma componente participativa mais abrangente, uma revisão que estava preconizada no programa do atual Governo. E neste contexto, destaca-se a possibilidade de os cidadãos poderem participar na atividade do CRADS, seja mediante a apresentação de comunicações ao plenário, seja por via de comentários ou sugestões sobre os temas em debate, enviados através do respetivo site na internet disponibilizado no Portal do Governo dos Açores.

Esta proposta responde a isso mesmo, à vontade de tornar possível que os cidadãos participem na atividade deste órgão consultivo como influência direta nas decisões sobre políticas ambientais.

Mas mais do que isso, este processo de revisão não prevê apenas o aumento da participação dos cidadãos, estabelecendo-se também um conjunto de alterações que tornam este Conselho Regional mais forte, mais robusto, mais efetivo e também mais consequente, desde logo, no que diz respeito à sua composição, onde se suprime a representação de departamentos governamentais, reforçando a respetiva natureza do Conselho de Parceiros.

Paralelamente, torna-se o seu âmbito de atuação mais abrangente, introduzindo as questões da energia e da mobilidade sustentável, bem como a competência para participar na definição e acompanhamento de políticas agrícolas, florestal, desenvolvimento rural, bem como, das políticas ambientais referentes ao espaço marítimo adjacente ao arquipélago dos Açores.

Efetivamente com esta iniciativa legislativa garantimos o direito de participação pública em matérias relativas a estas políticas públicas, ao mesmo tempo que se assegura o diálogo e a cooperação com entidades e organizações da sociedade civil com interesses nestes domínios e na procura de consensos.

Esta é para nós uma prioridade, fazer com que esta estratégia seja cada vez mais pensada no futuro de cada açoriano, contruindo uma Região assente nos pilares do desenvolvimento sustentável.

Sabemos que o caminho ainda está a ser construído, mas a mudança profunda na valorização e proteção do nosso património enquanto parte integrante de cada um de nós está à vista. Nela, os açorianos estão a ser protagonistas e esperamos que continuem a sê-lo.

Defendemos sempre um crescimento harmonioso com a natureza e com as pessoas, que não ponha em causa a sustentabilidade das nossas ilhas e a valorização da nossa identidade, assegurando que a qualidade de vida das populações estará sempre em primeiro lugar.

Hoje damos mais um passo nesse sentido, um passo que permite a participação de todos na construção de um futuro melhor e mais sustentável nos Açores.

Muito obrigada!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** A maioria das propostas que estão neste diploma visam meramente uma atualização de conteúdos da terminologia utilizada.

Ainda assim, uma das alterações mais relevantes prende-se com o alargamento do âmbito de competências do CRADS, sendo-lhe atribuídas novas competências em áreas sectoriais como a política agrícola florestal e do desenvolvimento rural, bem como também, ao nível de energia e desenvolvimento sustentável.

No entender do CDS, faz de facto sentido que um órgão consultivo com a natureza do CRADS participe na definição e acompanhamento das políticas nestas áreas, até tendo em conta o carácter transversal do ambiente e do desenvolvimento sustentável, e também a interligação e a proximidade com as referidas áreas, que muitas vezes exige uma gestão interdisciplinar.

Vemos por isso com bons olhos a maioria das alterações propostas, apesar disso, em alguns casos, consideramos que se tratam de propostas algo inócuas, por exemplo quando questionei a Sra. Secretária Regional em sede de comissão, acerca das razões pelas quais havia uma passagem da duração dos mandatos de três anos para dois anos, a resposta que me foi dada era de que era o período de tempo que se considerou mais adequado. Bom, fiquei tão esclarecido como estava antes de colocar a questão.

Contudo, eu presumo que estas alterações derivem da experiência acumulada de funcionamento do órgão, mas ainda assim...

Atentando no preâmbulo da iniciativa e na exposição de motivos que justificam esta proposta de Decreto Legislativo Regional, nomeadamente, como meio de garantir uma maior participação da sociedade civil e dotando o CRADS de uma componente participativa mais abrangente, importa salientar alguns aspetos: no nosso entender, agitar a bandeira da maior participação dos cidadãos na atividade e funcionamento do CRADS, afirmando que esta é já uma intenção preconizada no programa do XII Governo Regional, não nos parece que se coadune com algumas das restrições que são implementadas neste diploma, por exemplo o artigo 45º, que se refere à participação dos cidadãos, possibilita que

estes façam comunicações ao plenário do CRADS, porém no ponto três estabelece-se o número máximo de duas comunicações por reunião.

Bom, se o que se pretende é de facto incentivar e tirar novas formas de participação dos cidadãos, não nos parece que haja grande sentido em limitar esta participação em apenas duas comunicações por reunião. Por outro lado, a própria formulação do texto é algo infeliz, se o que nós pretendemos é fomentar a participação, não me parece nada convidativo dispor que, e eu cito: “os pedidos que não sejam indeferidos pelo presidente são agendados por ordem de entrada e em número nunca superior a dois por cada reunião.” Quer dizer, era quase impossível tornar esta redação mais negativista sem lhe alterar o sentido.

Deputado Francisco César (PS): Também não é assim!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É uma maçada!

O Orador: Quase que parece.... É verdade, quase que parece que “é uma chatice páh, mas que se tiver que ser, que não sejam mais de duas e se não forem mais de duas, pelo menos, só aquelas que não forem indeferidas pelo presidente.” Bom, isto não nos faz qualquer sentido.

Independentemente disso, o facto é que, nós não concordamos com um número tão restritivo de comunicações ao CRADS, se o que queremos é uma componente participativa.

Por fim, ficamos também com dúvidas em relação ao facto de serem as próprias entidades representadas no CRADS a responsabilizar-se por suportar as despesas com a participação dos membros e tememos que isso possa prejudicar a participação de todos os membros com assento no CRADS e afetar dessa forma o seu funcionamento e isso foi referido numa das audições, que a maioria das associações, normalmente prevê estas despesas nos seus planos de atividades e nos seus orçamentos e que depois submetem para financiamento do Governo Regional, mas a verdade é que muitas vezes essas entidades tem uma

reduzida disponibilidade financeira e podem, por essa forma, comprometer a sua presença no órgão.

No nosso entender devia, portanto, ser o próprio CRADS a assumir essas despesas, eliminando a responsabilidade das associações em relação à despesa e à participação no CRADS.

Muito obrigado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Furtado tem a palavra.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de Decreto Legislativo Regional que se aprecia visa rever a composição e funcionamento do CRADS, Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de forma a dotá-lo de uma componente participativa mais abrangente.

Com a alteração proposta os cidadãos passam a poder participar na atividade daquele órgão consultivo, quer através de apresentação de comunicações ao Plenário, quer através da realização ou apresentação, em sítio de internet próprio, de comentários ou sugestões sobre os temas em debate.

O PSD/Açores entende que as medidas a implementar no sentido da promoção da participação cívica em matéria ambiental são de extrema relevância, já que a possibilidade de participação dos cidadãos na tomada de decisão em matéria de ambiente enriquecerá essas mesmas decisões.

Esta abertura à sociedade, na prática, traduz-se na existência de cidadãos mais motivados para a cidadania ambiental e em tomadas de decisão mais sustentadas e avalizadas.

Um Conselho Regional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável aberto à sociedade promoverá um maior debate sobre as questões ambientais, um maior

acompanhamento das matérias e bem assim uma maior transparência dos processos de decisão. É, pelo menos, isto que esperamos!

Esperamos, também, que aquele órgão consultivo, pela sua relevância, passe a reunir mais vezes, ou que, pelo menos, cumpra com as duas reuniões ordinárias, que estão previstas e a que está “obrigado” anualmente.

Relembramos que ao CRADS compete a emissão de pareceres e recomendações relativas à formulação das linhas gerais de ação da administração regional autónoma nos domínios ambiental e do desenvolvimento sustentável, nomeadamente em matérias de conservação da natureza e da biodiversidade, do ordenamento do território, da gestão dos recursos hídricos, de política de prevenção e gestão de resíduos, das estratégias de mitigação e adaptação às alterações climáticas e das políticas energéticas e de mobilidade sustentável.

A participação na definição e acompanhamento das políticas em todas estas matérias, matérias de extrema relevância para a nossa Região, atendendo as nossas especificidades, a ser encarada de forma séria, não poderá continuar a ser efetuada como foi até agora. Sobre este aspeto, julgamos importante dar nota que, entre fevereiro de 2013 e fevereiro de 2018, o CRADS reuniu apenas seis vezes, seis vezes em cinco anos. Nesse período apenas em 2016 se realizaram duas reuniões ordinárias, conforme estabelecido no diploma que agora se altera. Neste aspeto em particular, julgamos pertinente evidenciar que não basta legislar, é preciso cumprir com o que está legislado. E nesta matéria parece muitas vezes o Governo esquecer-se disso.

Por outro lado promover a participação cívica em matéria ambiental pressupõe que se efetue a auscultação dos cidadãos sempre que se afigure necessário e não apenas quando se afigure conveniente ou inevitável.

Não podemos ter uma Secretária Regional que decide “auscultar” os cidadãos quando apresenta o “ponto de partida para a reflexão” para aquela que será a “Estratégia Açoriana para a Energia 20-30”, documento que não é um Plano

estratégico ou sectorial, nem sequer um regime jurídico, mas não ausulta os cidadãos quando apresenta o “Plano para a Mobilidade Elétrica nos Açores”.

Além disso, apelamos, para que na promoção da participação cívica em matéria de ambiente se passe a garantir o efetivo funcionamento de links para toda a documentação sob consulta, já que não raras vezes os mesmos não funcionam.

Também propomos maior cuidado, coerência e celeridade na disponibilização dos vários relatórios existentes em matéria de ambiente.

É uma completa incoerência ter um diploma cuja alteração se baseia fundamentalmente no interesse de aumentar a possibilidade de participação dos cidadãos na tomada de decisão em matéria de ambiente e não ter, ainda, o relatório do Proenergia, ou o relatório de produção e gestão de resíduos nos Açores de 2018, por exemplo.

Ainda assim, para o PSD/Açores ter cidadãos mais motivados para a cidadania ambiental e ter decisões mais enriquecidas e fundamentadas pelos próprios cidadãos serão certamente sinais de maior conhecimento e desenvolvimento da Região, razão pela qual apoiaremos toda e qualquer medida a implementar no sentido da promoção de uma maior participação cívica em matéria de ambiente.

Disse!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Vasco Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista congratula-se com este diploma, acha-o útil, acha pertinente e acha atual.

Ele é, aliás, relevador de uma profunda maturidade democrática quando pretende e quando dá voz aos cidadãos para que venham a participar numa forma mais ativa, mais célere e mais efetiva no destino das nossas políticas, nomeadamente neste caso, das políticas ambientais.

É com agrado que vemos que os partidos que até agora já se manifestaram, quer seja o Partido Social Democrata, quer seja o CDS-PP, na essência concordam com o diploma, reconhecem o mérito de permitir uma maior participação dos cidadãos e portanto, esta é uma proposta que regulamenta, não só a alteração e a composição das normas de funcionamento do CRADS – Conselho Regional de Ambiente de Desenvolvimento Sustentável, mas também, regulamenta a elaboração e disponibilização de relatórios e informação pública sobre o Estado e ambiente, procede à alteração cinda da composição das normas de funcionamento do CRADS e regula o apoio às organizações não governamentais de ambiente.

Já constava, aliás, do programa do Governo que previa rever a composição e funcionamento do CRADS dotando uma componente participativa mais abrangente.

Esse Conselho Regional de Ambiente de Desenvolvimento Sustentável pretende uma maior cidadania ambiental, uma participação mais abrangente, seja com comunicações ao plenário, seja com comentários e sugestões sobre os temas em debate, através da plataforma do sítio da internet do próprio Conselho e portanto, agiliza ou desburocratiza a intervenção dos cidadãos no desenvolvimento dessas políticas.

Eu não vou repetir aquilo que disse a Deputada Catarina Chamacame por achar que é desnecessário considerar quais as componentes ou as atribuições deste próprio Conselho, mas diria em termos de essência do que aqui se trata, que participar na definição e acompanhamento das políticas ambientais referentes ao espaço marítimo adjacente ao arquipélago dos Açores, é uma das inovações que para nós é demasiado importante, o acompanhamento e a definição também e a participação nas políticas agrícola, florestal e desenvolvimento rural é de realçar igualmente, bem como o acompanhamento das políticas energéticas e mobilidade sustentável.

É portanto, um diploma que, no nosso entender e acima de tudo, revela uma visão e uma maturidade democrática do Governo Regional dos Açores com a qual nós nos revemos.

Lamento que seja recorrente, mas isso também talvez tenha a ver um bocadinho com o fel natural de uma determinada oposição e refiro-me concretamente ao Partido Social Democrata...

Deputado Bruno Belo (PSD): Não te metas nisso!

O Orador: ... que concordando com as propostas apresentadas tem sempre um “mas” ou um *quid*, normalmente e quase sistematicamente sem qualquer substância de conteúdo e portanto, nós certamente que votaremos a favor deste diploma e iremos, em sede de discussão na especialidade, apresentar algumas alterações e sabendo nós também que o PSD apresentou uma proposta de alteração que desde já referimos que, igualmente, iremos votar favoravelmente. Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP irá votar favoravelmente a esta iniciativa que visa tornar, mais inclusiva o funcionamento do CRADS.

Porque a mesma permite a abertura para a inclusão da população nesta matéria que tanto tem vindo a ser alvo de desatenção por parte das populações. Esta será

uma forma de tornar um debate aberto e mais real às preocupações dos açorianos.

Mas fugindo um pouco da iniciativa apresentada, gostaria de compreender ou que a Sra. Secretária Regional esclarecesse, como é possível que existam atrasos no pagamentos a estas associações que tanto dependem deste financiamento?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Obrigada Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa, já foi aqui referido, versa essencialmente sobre a composição do Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, assim como na atribuição de novas áreas onde este Conselho Consultivo poderá emitir parecer.

Esta proposta torna, efetivamente, mais abrangente o CRADS com a inclusão de novos membros e também com a inclusão de novas áreas e de entre as áreas que já foram também aqui referidas salientamos a inclusão da energia porque efetivamente quando estamos a falar de ambiente, a energia é uma área que está intimamente ligada e que, nos nossos dias, tem um peso enorme nas políticas que são também as políticas de ambiente.

Grande parte das alterações a este diploma têm, efetivamente a ver com o próprio funcionamento do CRADS, da forma como se organiza e quase que é o seu próprio Regimento.

E aproveito também esta intervenção para referir que este diploma é, efetivamente, muito específico, vai ao ínfimo pormenor em várias áreas. E é certo que este diploma já é de 2010 (o original como é óbvio), mas que estas matérias poderiam facilmente ser elaboradas por regulamentação. Ao contrário vemos muitas vezes diplomas que chegam a esta Casa, principalmente do

Governo Regional, que é também quem tem a competência de regulamentar, diplomas que chegam aqui com pouca especificidade, que não vão ao pormenor e que depois grande parte daquilo que é importante no diploma fica para regulamentação, que é exatamente o oposto deste diploma e deixo este apontamento até para reflexão, no caso do proponente, porque há muitas matérias que não passam nesta Assembleia, que são feitas em sede de portaria ou decretos regulamentares e que esta Assembleia deveria, efetivamente, pronunciar-se sobre elas e deveria ter também oportunidade de as discutir e votar.

Posto isto, o Bloco de Esquerda concorda com a proposta na sua generalidade e irá votar favoravelmente.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo** (*Marta Guerreiro*):

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente às questões que foram colocadas gostava então de tentar esclarecer.

Começaria então pelo Sr. Deputado Alonso Miguel do CDS-PP, relativamente à referência sobre a passagem dos mandatos de três para dois anos. Efetivamente não é uma alteração substancial, mas a experiência de funcionamento do CRADS e também a procura de uma dinâmica dos próprios participantes por essa via poder ser incrementada, ditou esta alteração.

Relativamente ao artigo 45º e ao facto de estar previsto por cada Conselho duas participações por parte da sociedade civil, gostaria de focar que o objetivo é, naturalmente, que as participações deem um contributo positivo, mas é importante que as mesmas também não prejudiquem o normal funcionamento

do Conselho devendo ser, naturalmente, integradas e proporcionais no âmbito das agendas que são discutidas.

Gostava também de lembrar que a participação dos cidadãos não se faz apenas pela participação presente no Conselho, estando previsto, até como já foi referido, também outras formas de se fazer chegar ao mesmo, o envio de comentários e sugestões que podem ser, naturalmente, levadas a debate.

Relativamente à redação negativista do não indeferir, reconheço, podemos pôr pela positiva, a mensagem é exatamente a mesma e o que se prevê aqui é, de facto, algo bastante positivo e portanto, faz sentido que assim seja.

Relativamente ao facto das entidades que participam neste Conselho a pagarem as suas despesas, a própria justificação foi dada na referência ao mesmo, pelo facto de a Direção Regional do Ambiente prever, em termos de apoio às organizações, precisamente rubricas para apoiar as suas deslocações.

Não revemos nesta referência, de que a tal pode comprometer a participação no Conselho. Nunca tal aconteceu e portanto, não vemos que possa ter aqui uma preocupação de maior.

Relativamente às questões colocadas pelo PSD, nomeadamente pela Sra. Deputada Dra. Catarina Chamacame Furtado, fiquei um bocadinho dececionada desta vez, porque é tão atenta a todas as coisas que nós fazemos e neste aspeto andou distraída nas duas referências que fez, nomeadamente sobre o número de vezes que o CRADS reuniu, admitindo que antes de 2013 não tinha acesso fácil à informação sobre as reuniões que aconteceram, e foram muitas, mas a partir de 2013 elas estão todas disponíveis na internet e é fácil chegar às mesmas. Não foram seis, foram oito e portanto, há aqui um problema de cálculo.

Desde que este mandato começou têm sido realizados Conselhos todos os anos, houve um efetivamente que foi cancelado por razões às quais somos alheios, mas de qualquer forma também importa perceber que o CRADS funciona, naturalmente, nas suas reuniões ordinárias, mas também trabalha e emite muitos

pareceres, mesmo quando não está reunido nestas reuniões que estão previstas em termos de regulamento.

Relativamente também ao PMEIA mais uma distração, a Sra. Deputada não se apercebeu que o PMEIA esteve em discussão pública. Esteve no final do ano, inclusivamente, está disponível no site da Direção Regional de Energia, já inclusivamente a análise das posições que foram recolhidas no âmbito dessa discussão pública.

Relativamente à questão colocada pelo PCP, no que diz respeito aos atrasos nos pagamentos desta Associação, eu não tenho nota de termos aqui atrasos. Acredito que possam ser questões muito circunstanciais associadas aos timings de pagamento da tesouraria porque não temos nenhuma nota relativamente a essa situação.

Penso que respondi a tudo.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sra. Deputada Catarina Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Muito obrigada Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto, Sra. Secretária, lamento desapontá-la mas não tenho por hábito andar muito distraída, às vezes acontece, mas esse não foi o caso. E se tivesse tomado atenção, se calhar, é que estava distraída, eu escolhi propositadamente foi de fevereiro de 2013 a fevereiro de 2018 e a informação que estava disponível online era essa. Portanto, se calhar, tiveram um problema na disponibilização das atas e da documentação associada às reuniões do CRADS, se faz favor podem corrigir.

Eu gostaria, já agora, de pedir alguns esclarecimentos, nomeadamente aqui ao nível das competências deste órgão consultivo porque no artigo 35º diz que: “ao

CRADS compete a emissão de pareceres e recomendações”, mas fala aqui claramente em pareceres e em audição, elementos do CRADS disseram que: “não, não nos compete emitir pareceres”.

Gostaria que esclarecesse se, afinal, ao CRADS compete emitir pareceres, ou não compete emitir pareceres?

Depois, em relação aqui às propostas de alteração do Partido Socialista, acho que posso pedir os esclarecimentos...Sra. Presidente...

Posso pedir os esclarecimentos associados aqui a esta proposta de alteração ao diploma ao grupo parlamentar do Partido Socialista?

Presidente: Pode fazê-lo.

A Oradora: Pronto, muito obrigada.

Gostaria de perceber porque é que eliminam a alínea g), do número dois, do artigo 35º, uma vez que acima no anterior articulado está estipulado que, em competência de energia e mobilidade sustentável, este órgão consultivo tem, efetivamente, competências. Porque é que retiram esta alínea?

E gostaria também de ter um esclarecimento aqui em relação à alteração ao artigo 47º, em que é revogado o número seis e o número sete, ora, eu vou à proposta de diploma e não tenho o número sete, portanto eu gostaria de saber se...já estava revogado na proposta de alteração seguinte e portanto, gostaria que esclarecessem.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Vasco Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigada Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de responder à Sra. Deputada Catarina Chamacame queria dizer apenas o seguinte, relativamente ao diploma em si e às declarações que foram prestadas aqui anteriormente.

O Sr. Deputado Alonso Miguel criticou alguns temas em particular do próprio diploma, mas no seu essencial concordou com a necessidade de agilizar, de pedir a participação de mais cidadãos e realmente a conclusão que eu posso tirar, e corrija-me se eu estiver enganado, é que essa crítica que faz é uma crítica de somenos importância porque se fosse uma crítica de conteúdo, certamente levaria a que viesse aqui e apresentasse propostas de alteração, se assim o entendesse.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não necessariamente!

O Orador: E portanto, o que eu concluo é que isso é mais uma operação de retórica, do que propriamente uma manifestação de conteúdo ou discordância de conteúdo. Até porque no relatório, se estiver atento a ele, quer os pareceres dados, quer as audições efetuadas, todas as entidades foram unânimes em considerar que a proposta é globalmente positiva e não se queixaram e acharam que era normal a redução do número de três para duas sessões, que não havia sequer necessidade de incrementar a verba para despesas porque elas eram já suficientes e portanto, nesse aspeto não entendemos muito bem.

Sra. Deputada Catarina Chamacame Furtado relativamente à alínea g) do artigo 35º, ela seria uma norma redundante face à introdução do artigo 40º-A, e portanto daí se requerer a eliminação.

E relativamente à questão do artigo 47º g), há de facto aqui um lapso. O número sete é um lapso da nossa parte, uma vez que está no diploma inicial e portanto, foi isso que levou à nossa proposta.

É isso, acho que foi essa a questão que fez.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária em relação à nota que não tem, eu posso-lhe dar já a nota. O relatório da comissão, diz o Sr. Dr. Diogo Caetano, que: “os principais problemas são os atrasos nos pagamentos por parte do Governo Regional”, portanto basta ler atentamente o relatório.

Gostava de saber, Sra. Secretária, se existem atrasos, se não existem atrasos e são devidos a quê?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro):**

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Catarina Furtado não há nada a corrigir, é uma questão de fazer as contas, entrar lá e somar, e vai somar oito, seguramente, que são os que lá estão.

Relativamente à questão de emitir pareceres, sim, o CRADS emite pareceres, não só em plenário, mas também a pedido entre reuniões.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Então tem de informar isso aos elementos do CRADS!

A Oradora: Relativamente, Sr. Deputado do PCP, pode ter havido um atraso pontual. Não temos nota desse ser um procedimento ou uma situação que possa condicionar qualquer desenvolvimento de atividade nem das organizações não governamentais que estão aqui em causa, nem da sua participação no CRADS.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Rapidamente, só para prestar algum esclarecimento ao Sr. Deputado João Vasco Costa.

Bom, eu não sei se o sr. estava na sala quando eu intervim, eu fiz uma avaliação global do diploma, disse que concordava genericamente com as novas competências de acompanhamento de novas áreas sectoriais, disse, inclusive, que o CDS via com bons olhos a maioria das alterações propostas e depois fiz uma análise a alguns dos aspetos que nos pareciam que podiam ter uma redação melhor e especificamente em dois pontos, nomeadamente, na questão de ter uma formulação mais positiva em relação às comunicações por parte dos cidadãos e uma parte que nos parece que é muito importante, o sr. pode dizer que das audições que nós tivemos, em sede de comissão, ninguém se queixou do financiamento para presença no CRDS, mas a verdade é que algumas dessas associações podem ter dificuldades e queixam-se em atrasos e eu acho que se fosse o próprio CRADS a assumir essas despesas já não havia esta responsabilização por parte das associações, pura e simplesmente foi isso que eu disse. Eu não sou obrigado a vir aqui fazer propostas de alteração, fiz uma apreciação, indicamos os pontos que nós considerávamos que podiam ser melhorados e que não estavam, se calhar, tão bem formulados. Basicamente foi isso, não percebo o que é que motivou a sua intervenção porque a nossa apreciação é uma apreciação sincera, é uma apreciação que no fundo faz uma avaliação global do diploma e nada mais.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Furtado tem a palavra.

Interpelação à mesa, tem a palavra Sra. Deputada.

(*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu vou fazer passar aqui um print screen das agendas das várias reuniões do CRADS e vão ver que entre o período que eu referi não incluí o de 2018, ou seja, foi até fevereiro de 2018 para perfazer os anos completos.

Repararão que foram seis reuniões.

Vou fazer passar então este documento.

Muito obrigada.

Presidente: Sra. Deputada.

Sras. e Srs. Deputados.

Sra. Deputada eu peço desculpa mas não percebi, vai fazer passar...vai-me entregar?

Ah, ok, ok, ok.

Não, não tinha percebido o alcance da sua interpelação.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** No sentido de solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Considerando o nosso horário vamos também interromper os nossos trabalhos por hoje.

Recomeçamos amanhã às 10h00.

Eram 19 horas e 43 minutos.

Deputado que entrou durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Deputado que faltou à sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Documentos entrados

1 - Projetos de Lei:

Assunto: Regime de estímulo ao ensino superior em baixa densidade – n.º 1172/XIII (PSD) - n.º 238/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 03 – 20

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2019 – 03 – 25;

Assunto: 1.ª Alteração ao Regime Jurídico da Avaliação do Ensino Superior – n.º 1173/XIII (PSD) - n.º 239/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 03 – 20

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2019 – 03 – 25;

Assunto: Disposição interpretativa sobre propina – n.º 1174/XIII (PSD) - n.º 240/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 03 – 20

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2019 – 03 – 25;

Assunto: Estrutura orgânica e a forma de gestão das Áreas Protegidas – n.º 1180/XIII (PCP) - n.º 241/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 03 – 26

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2019 – 04 – 15;

Assunto: 3.^a alteração ao Decreto-Lei 163/2006, de 8 de agosto, de modo a tornar eficaz o cumprimento e fiscalização do Regime da Acessibilidade aos Edifícios e Estabelecimentos que recebem Público, via Pública e Edifícios Habitacionais – n.º 1188/XIII (CDS-PP) - n.º 242/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 04 – 04

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2019 – 04 – 24.

2 - Projeto de Decreto-Lei

Assunto: Que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) n.º 1143/2014, estabelecendo o regime jurídico aplicável

ao controlo, à detenção, à introdução na natureza e ao repovoamento de espécies exóticas da flora e da fauna – MATE (Reg. DL 301/2018) - n.º 115/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2019 – 03 – 22

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2019 – 04 – 10.

3 - Projeto de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Regime Jurídico de Proteção e Classificação dos Percursos Pedestres da Região Autónoma dos Açores – n.º 31/XI](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2019 – 03 – 26

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2019 – 05 – 13.

4 - Proposta de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 32/2008/A, de 28 de julho, Regime Jurídico da Reserva Agrícola Regional – n.º 38/XI](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 03 – 19

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2019 – 05 – 07.

5 - Projetos de Resolução:

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional que desenvolva as medidas necessárias para assegurar a utilização da Baía da Barra, em Santa Cruz da Graciosa, criando condições para as atividades ligadas à náutica de recreio – n.º 132/XI](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2019 – 03 – 15

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2019 – 04 – 15;

Assunto: [Criação de uma Carreira de Investigação Científica Consolidada nos Açores – n.º 133/XI](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2019 – 03 – 19

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2019 – 04 – 22.

6 - Requerimentos:

Assunto: [Organizações de Agricultores dos Açores - Financiamentos](#)

Autores: António Almeida, Bruno Belo, Marco Costa, Luís Rendeiro, António Pedroso, Elisa Sousa, Luís Garcia e João Bruto da Costa (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 03 – 15

Referência: 54.03.00 – N.º 596/XI;

Assunto: [Ajuda aos produtores de banana](#)

Autores: Marco Costa e Jorge Jorge (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 03 – 18

Referência: 54.03.06 – N.º 597/XI;

Assunto: [Campo de Golfe do Faial: como foram salvaguardados os interesses da Região?](#)

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 03 – 18

Referência: 54.03.07 – N.º 598/XI;

Assunto: Atraso na abertura da creche "A Joaninha" da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada

Autores: António Lima e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2019 – 03 – 20

Referência: 54.06.02– N.º 599/XI;

Assunto: [Sinaga continua a consumir dinheiro dos açorianos](#)

Autores: António Almeida e António Vasco Viveiros (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 03 – 20

Referência: 54.03.00 – N.º 600/XI;

Assunto: [Centro de Reabilitação de Aves Selvagens de São Miguel](#)

Autores: Catarina Chamacame Furtado e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 03 – 20

Referência: 54.03.02 – N.º 601/XI;

Assunto: [Procedimento concursal para contratação de um Cardiologista na Unidade de Saúde da ilha Terceira](#)

Autores: Mónica Seidi, César Toste e Luís Rendeiro (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 03 – 21

Referência: 54.03.03 – N.º 602/XI;

Assunto: [Pista do Aeródromo da ilha de São Jorge](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2019 – 03 – 22

Referência: 54.04.05 – N.º 603/XI;

Assunto: [Remoção de resíduos e vedação do recinto da antiga britadeira do Cascalho na ilha das Flores](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2019 – 03 – 22

Referência: 54.04.08 – N.º 604/XI;

Assunto: [Derrocadas no Monte Queimado](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2019 – 03 – 22

Referência: 54.04.07 – N.º 605/XI;

Assunto: [Estrada ER 1-2, no lugar da Fazenda de Santa Cruz, na ilha das Flores](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2019 – 03 – 22

Referência: 54.04.08 – N.º 606/XI;

Assunto: [Acesso ao Farol da Ribeirinha na ilha do Faial](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2019 – 03 – 22

Referência: 54.04.07 – N.º 607/XI;

Assunto: [Faixa de rodagem na Estrada ER 1-2, na zona da Ribeira da Cruz, freguesia da Caveira na ilha das Flores](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)
Data de Entrada: 2019 – 03 – 22
Referência: 54.04.08 – N.º 608/XI;

Assunto: [Caminho agrícola dos Terreiros](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)
Data de Entrada: 2019 – 03 – 22
Referência: 54.04.08 – N.º 609/XI;

Assunto: [Casa do Parque Natural da ilha das Flores](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)
Data de Entrada: 2019 – 03 – 22
Referência: 54.04.08 – N.º 610/XI;

Assunto: [Estrada Regional ER 1-2, no lugar da Ribeira do Almeida, freguesia de Santo Amaro, na ilha de São Jorge](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)
Data de Entrada: 2019 – 03 – 22
Referência: 54.04.05 – N.º 611/XI;

Assunto: [Apoios públicos aos diversos parceiros do projeto “Quinta do Norte”](#)

Autores: António Vasco Viveiros, Catarina Chamacame Furtado e Sabrina Furtado (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 03 – 25
Referência: 54.03.00 – N.º 612/XI;

Assunto: [Melhorar as condições do Porto do Comprido como zona balnear e calendário da reparação dos prejuízos causados pelas tempestades *Diana* e *Kyllian* nos portos do Varadouro, Comprido e Castelo Branco, na ilha do Faial](#)

Autores: Carlos Ferreira, Luís Garcia e Catarina Chamacame Furtado (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 03 – 25

Referência: 54.03.07 – N.º 613/XI;

Assunto: [Gestão do sistema lagunar da Lagoa de Santo Cristo em São Jorge](#)

Autor: [António Pedroso \(PSD\)](#)

Data de Entrada: 2019 – 03 – 28

Referência: 54.03.05 – N.º 614/XI;

Assunto: [Necessidade de Centro de Inspeção permanente nas ilhas do triângulo \(São Jorge, Pico e Faial\)](#)

Autor: Jorge Paiva (CDS-PP)

Data de Entrada: 2019 – 03 – 28

Referência: 54.01.00 – N.º 615/XI;

Assunto: [Alienação da Norma Açores](#)

Autores: António Lima e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2019 – 03 – 28

Referência: 54.06.00 – N.º 616/XI;

Assunto: [Medicina Interna na ilha do Pico](#)

Autores: Mónica Seidi, Marco Costa e Jorge Jorge (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 03 – 28

Referência: 54.03.06 – N.º 617/XI;

Assunto: [Segurança na estrada de acesso ao Monte da Guia e à Praia de Porto Pim](#)

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 03 – 29

Referência: 54.03.07 – N.º 618/XI;

Assunto: [Palácio da Conceição – Casa da Autonomia](#)

Autores: António Vasco Viveiros, Catarina Chamacame Furtado, Sabrina Furtado, António Almeida, Luís Garcia, António Pedroso, Luís Rendeiro e César Toste (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 04 – 01

Referência: 54.03.00 – N.º 619/XI.

7 - Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Revisão da 3.ª versão do projeto da 2.ª fase do reordenamento do Porto da Horta](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 03 – 18

Referência: 54.03.07 – N.º 503/XI;

Assunto: [Órgão de Tubos](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 03 – 19

Referência: 54.06.00 – N.º 554/XI;

Assunto: [Solicitação de cópia dos cadernos de encargos referentes ao fornecimento das refeições escolares](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 03 – 19

Referência: 54.07.00 – N.º 575/XI;

Assunto: [Grua do Porto das Poças avariada](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 03 – 19

Referência: 54.03.08 – N.º 583/XI;

Assunto: [Solicitação de informações associadas à produção e gestão de resíduos na Região](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 03 – 21

Referência: 54.03.00 – N.º 502/XI;

Assunto: [Classificação das Danças e Bailinhos do Carnaval Terceirense no Inventário do Património Cultural Imaterial](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 03 – 21

Referência: 54.03.03 – N.º 586/XI

Assunto: [Ajuda aos produtores de banana](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 03 – 21

Referência: 54.03.06 – N.º 597/XI;

Assunto: [Concurso Público para a empreitada de construção do parque de estacionamento da Caldeira Velha](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 03 – 26

Referência: 54.03.02 – N.º 571/XI;

Assunto: [Estudo definidor do Modelo de Concessão do Porto da Praia da Vitória](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 03 – 27

Referência: 54.06.03 – N.º 439/XI;

Assunto: [Atraso no pagamento de salários aos trabalhadores da Empresa Provisé – Sociedade de Proteção, Vigilância e Segurança, S.A.](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 03 – 29

Referência: 54.06.00 – N.º 572/XI;

Assunto: [Acesso ao Farol da Ribeirinha, na ilha do Faial](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 03 – 29

Referência: 54.04.07 – N.º 607/XI;

Assunto: [Fábrica da COFACO da Madalena](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 04 – 01

Referência: 54.06.06 – N.º 569/XI;

Assunto: [Estrada ER 1-2, no Lugar da Fazenda de Santa Cruz, na ilha das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 04 – 01

Referência: 54.04.08 – N.º 606/XI;

Assunto: [Faixa de rodagem na Estrada ER 1-2, na zona da Ribeira da Cruz, freguesia da Caveira na ilha das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 04 – 01

Referência: 54.04.08 – N.º 608/XI;

Assunto: [Falta de transporte do correio para a ilha das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 04 – 05

Referência: 54.03.08 – N.º 580/XI.

8 - Comunicações/Informações:

Assunto: Solicitação de continuação de suspensão do mandato de Deputado, eleito pelo círculo eleitoral da ilha do Corvo, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados, até ao dia 26 de maio de 2019 (inclusive)

Proveniência: Iasalde Fraga Nunes, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2019 – 03 – 13;

Assunto: Correio eletrónico do Conselho das Finanças Públicas a remeter o relatório n.º 2/2019, relativo à Situação e Condicionantes 2019-2023 das Finanças Públicas

Proveniência: Nádía Dinis, Assessora de Comunicação do Conselho das Finanças Públicas

Data de Entrada: 2019 – 03 – 14;

Assunto: Ofício a informar a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que pretende nomear para a presidência do Conselho de Administração da Sinaga – Sociedade de Indústrias Agrícolas Açoreanas, S.A. o Dr. Rui Carlos Terra Maciel e que, para efeitos de audição pela ALRAA, remete a respetiva nota académica e curricular

Proveniência: Vasco Alves Cordeiro, Presidente do Governo Regional dos Açores

Data de Entrada: 2019 – 03 – 18;

Assunto: Ofício S/008/2019/XI, de 19-03-2019, a indicar alteração à composição das Comissões Permanentes da ALRAA

Proveniência: Francisco César, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2019 – 03 – 19;

Assunto: AT/433/2019, de 19-03-2019, a indicar retificação à alteração da composição das Comissões Permanentes da ALRAA

Proveniência: Luís Rosa, Secretário do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2019 – 03 – 19;

Assunto: Of.ºA 12, de 19-03-2019, a remeter o Decreto Legislativo Regional n.º 3/2019 “Cria o Monumento Natural do Vulcão dos Capelinhos e procede à

primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 46/2008/A, de 7 de novembro, que Cria o Parque Natural da Ilha do Faial”, aprovado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta, em 12 de fevereiro de 2019, devidamente assinado e a informar que foi enviado para publicação em Diário da República, a 19 de março de 2019

Proveniência: António de Almeida da Costa Coelho, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

Data de Entrada: 2019 – 03 – 22;

Assunto: Comunicação de 19-03-2019, a informar a renúncia ao cargo de Presidente da Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, com efeitos a partir daquela data

Proveniência: Francisco do Vale César, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2019 – 03 – 25;

Assunto: Comunicação de 20-03-2019, a informar a renúncia ao exercício do cargo de Relatora da Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, com efeitos a partir daquela data

Proveniência: Maria da Graça Oliveira Silva, Deputada do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2019 – 03 – 25;

Assunto: Ofício com a ref.^a 08/03/19, de 22 de março de 2019, com apresentação de cumprimentos da Presidente recém eleita e dos Órgãos Sociais da Casa dos Açores em Lisboa, para o biénio 2019/2020

Proveniência: Delfina Porto, Presidente da Direção da Casa dos Açores em Lisboa

Data de Entrada: 2019 – 03 – 28;

Assunto: Ofício S/008/2019/XI, de 29 de março de 2019, solicitando o agendamento, na Sessão Plenária de abril, de uma interpelação ao Governo Regional subordinada ao tema “Os desafios dos Açores na Europa pós 2020”, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 75.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e dos artigos 16.º, n.º 1, alínea f) e 183.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Francisco do Vale César, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2019 – 03 – 29;

Assunto: Ofício SAI-SRAPAP/2019/126, de 29 de março de 2019, remetendo o Relatório Anual de Atividades Inspetivas nos termos do artigo 10.º do Decreto Legislativo Regional n.º 10/2018/A, de 28 de agosto - 2018

Proveniência: Berto Messias, Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares

Data de Entrada: 2019 – 03 – 29;

Assunto: Ofício SAI-SRAPAP/2019/127, de 29 de março de 2019, remetendo o Relatório no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2008/A, de 19 de maio, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 8/2017/A, de 10 de outubro

Proveniência: Berto Messias, Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares

Data de Entrada: 2019 – 03 – 29;

Assunto: Ofício SAI-SRAPAP/2019/129, de 29 de março de 2019, remetendo o Relatório Anual sobre a aplicação do Decreto Legislativo Regional n.º

20/2010/A, de 31 de maio, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/2014/A, de 30 de outubro, que introduz regras de transparência na aquisição de publicidade pelos serviços da administração regional e local

Proveniência: Berto Messias, Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares

Data de Entrada: 2019 – 03 – 29;

Assunto: Ofício Gp0897-XI, de 1 de abril de 2019, requerendo o agendamento de um Debate de Urgência sobre Turismo e Acessibilidades, nos termos do artigo 185.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Artur Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2019 – 04 – 01;

Assunto: Ofício 22/019/RL, de 3 de abril de 2019, requerendo o agendamento de um Debate de Urgência sobre “Perda de rendimento dos produtores de leite dos Açores”, nos termos do artigo 185.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Luís Maurício, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2019 – 04 – 03;

Assunto: Resposta, por correio eletrónico, ao of. 28.12/3/XI, de 9 de fevereiro de 2019, a acusar a receção e a agradecer o ofício em referência, e informar que o mesmo foi distribuído aos Senhores Deputados da Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

Proveniência: Divisão de Apoio à Comissão 6.ª – CEIOP XIII

Data de Entrada: 2019 – 04 – 03;

Assunto: Ofício 465-ST, de 3 de abril de 2019, a enviar remessa de Relatório aprovado n.º 08/2019-VIC/SRATC (Ação n.º 18-428VIC3) – Escola Básica e Secundária de São Roque do Pico

Proveniência: Fernando Flor de Lima, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2019 – 04 – 03

9 - Relatórios:

Assunto: [Sobre o Projeto de Proposta de Lei que determina a cessação de vigência de decretos-leis publicados entre os anos de 1981 e 1985 – PCM – \(PL 48/2019\) – n.º 109/XI GR](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2019 – 03 – 15;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que determina a cessação de vigência de decretos-leis publicados entre os anos de 1981 e 1985 – PCM – \(PL 47/2019\) – n.º 110/XI GR](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2019 – 03 – 15;

Assunto: [Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades da Deputada Elisa Lima de Sousa](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2019 – 03 – 26;

Assunto: [Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades da Deputada Marta Ávila de Matos](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2019 – 03 – 26;

Assunto: [Sobre a Proposta de Resolução relativa à Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2017](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2019 – 03 – 27;

Assunto: [Sobre o pedido de autorização para que o deputado João Paulo Valadão Corvelo possa prestar depoimento, como testemunha, no âmbito do Processo Comum \(Tribunal Singular\) n.º 79/16.3T9SCF](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2019 – 04 – 02.

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 25/XI que adapta à Região Autónoma dos Açores a Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2019 – 03 – 28;

Assunto: [Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 29/XI – Proposta de adaptação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas à Administração Regional da Região Autónoma dos Açores, e quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/A, de 14 de outubro, que procede à Harmonização na Administração Pública Regional da Região Autónoma dos Açores, dos Regimes de Vinculação, de Carreiras e de Remunerações dos Trabalhadores que exercem funções públicas, sucessivamente alterados pelos](#)

[Decretos Legislativos Regionais n.ºs 33/2010/A, de 18 d novembro, 2/2014/A, de 29 de janeiro, e 3/2017/A, de 13 de abril](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2019 – 03 – 28;

Assunto: [Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 33/XI – Programa Casa Renovada, Casa Habitada](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2019 – 03 – 28.

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que transpõe diversas diretivas de adaptação ao progresso técnico em matéria de segurança dos brinquedos, uso de substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrónicos, adjuvantes de produtos fitofarmacêuticos e exame de plantas – PCM – \(DL 90/2019\) – n.º 112/XI GR](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 03 – 20;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 27/XI \(BE\) - Décima terceira alteração ao DLR n.º 8/2002/A, de 10 de abril, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 04 – 04;

Assunto: [Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 36/XI – Décima terceira alteração ao DLR n.º 8/2002/A, de 10 de abril, alterado pelos DLR n.ºs](#)

[22/2007/A, de 23 de outubro, 6/2010/A, 23 de fevereiro, 3/2012/A, de 13 de janeiro, 3/2013/A, de 23 de maio, 2/2014/A, de 29 de janeiro, 14/2014/A, de 1 de agosto, 22/2014/A, de 27 de novembro, 8/2015/A, de 30 de março, 1/2016/A, de 8 de janeiro, 3/2017/A, de 13 de abril, 1/2018/A, de 3 de janeiro, e 6/2019/A, de 12 de fevereiro, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 04 – 04;

Assunto: [Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 37/XI – Regime jurídico de licenciamento das atividades espaciais, de qualificação prévia e de registo e transferência de objetos espaciais na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 04 – 04.

10 - Diários:

Consideram-se aprovados os Diários da Assembleia n.ºs 82, 83 e 84, bem como a Separata n.º 15/XI.

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários da Assembleia n.ºs 85, 86 e 87.

Transcrição efetuada por, Sara Azevedo